



COMO **OVN** FAZER UM GOLPE DE ESTADO NO BRASIL

COLEÇÃO
TEMPO PRESENTE

 **EDUPE**

**FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
E KARL SCHURSTER**

**COMO OVN
FAZER UM GOLPE
DE ESTADO NO
BRASIL**



Foto: **Marcelo Camargo**
/AGÊNCIA NACIONAL

**FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
E KARL SCHURSTER**

COMO OVN FAZER UM GOLPE DE ESTADO NO BRASIL

UMA HISTÓRIA INTERNA DO 8 DE JANEIRO DE 2023

**COLEÇÃO
TEMPO PRESENTE**



**Rio de Janeiro/Recife
2023**

« Comprendre le présent par passé et surtout le passé par le présent! »

Marc Bloch¹

« C'est bien en effect l'union e l'interaction entre le présent et le passé en quoi réside l'innovation à base de l'Histoire du Temp Présent ».

François Bédarrida²

Em Memória do **Marechal Teixeira Lott**
e do **Brigadeiro Francisco Teixeira.**

1 Bloch, Marc. Les caractères originaux de l'histoire rurale française. Oslo: H. Aschehong, 1931, p. 13.

2 Bédarrida, François. Histoire, Critique et Responsabilité. Paris, IHTP/éditions Complexe, 2003, p. 49.

OS AUTORES

Francisco Carlos Teixeira da Silva, 1954/Professor Titular de História Moderna e Contemporânea/UFRJ, Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior/Eceme, Professor Titular de História Agrária/CPDA/UFRRJ e Professor Titular de Teoria Social da UFJF. Cavaleiro da Ordem do Mérito Naval, 2010 e Oficial da Ordem da Vitória (da Segunda Guerra Mundial), 2015. Professor Visitante da Universidade Livre de Berlim e do Instituto de Relações Internacionais/IRI, da Universidad Nacional de La Plata e da Universidade de Arrábida.

Autor (com Karl Schurster) de “A República Sitiada” (Recife, Cepe, 2023), coordenador do “Dicionário de História Militar do Brasil, 1822-2022” (Edupe/ Editora da UFRJ, 2022) e com Maria Yedda Linhares de “Terra Prometida. Uma História da Questão Agrária no Brasil” (Expressão Popular, São Paulo, 2021). Ainda com Karl Schurster é autor de “Passageiros da Tempestade. Fascistas e Negacionistas no Tempo Presente” (Cepe, Recife, 2022). Prêmio Abert de Melhor Livro do Ano, 2001 com o livro “Terra e Alimentos” (Embrapa, Brasília, 2001) e Prêmio Jabuti de Melhor Livro de História, com “Atlântico, História de um Oceano” (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014). Fundador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente da UFRJ, 1992.

Karl Schurster /Professor Visitante do Programa Maria Zambrano de Talento Internacional na Universidade de Vigo, Espanha. Livre docente em História pela Universidade de Pernambuco e bolsista de produtividade pelo CNPq. Autor com Francisco Carlos Teixeira da Silva do livro “Passageiros da Tempestade. Fascistas e Negacionistas no Tempo Presente”, editora CEPE. Foi organizador da edição do “Novo Dicionário Crítico do Pensamento das Direitas”, EDUPE 2023. Autor/Organizador, ainda, das obras “Por que a Guerra? Das batalhas gregas a ciberguerra” e “Atlântico: a história de um oceano”, Prêmio Jabuti, 2014, ambas pela editora Civilização Brasileira, com Francisco Carlos Teixeira Da Silva.

COMO NÃO FAZER UM GOLPE DE ESTADO NO BRASIL:

Uma História interna do 8 de janeiro de 2023

Copyright © 2023, by Coleção Tempo Presente

Capa	Alexandre Britto
Diagramação	Gabriela Gandolfi Siqueira

COMISSÃO EDITORIAL

Professor Doutor Antônio Fernando de Araújo Sá/UFS; Professor Doutor Rafael Araújo/ UERJ; Professor Doutor Antônio Elíbio /UFPB; Professora Doutora Maria Paula Nascimento/ UFRJ; Karl Schurster/ UPE Universidade de Vigo; Professora Doutora Andreza Maynard / UFS; Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira da Silva/ UFRJ /UFJF; Professor Doutor João Claudio Platinik Pitillo/ UERJ; Professor Doutor Ricardo Figueiredo de Castro/ UFRJ; Professor Doutor Sidnei Munhoz/ UEM; Professora Doutora Márcia Carneiro /UFF; Professora Doutora Laura Bonno/ Universidad Nacional de La Plata/ Argentina; Professor Doutor Wolfgang Benz/ Technische Universität Berlin; Professor Doutor Igor Lapinsky/ UPE.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Silva, Francisco Carlos Teixeira da
Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil :
uma história interna do 8 de janeiro de 2023 /
Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schurster.
-- 1. ed. -- Recife, PE : Editora Universidade de
Pernambuco, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-86413-96-0

1. Ciência política 2. Democracia - Brasil
3. Golpes de Estado - Brasil 4. Eleições - Brasil
5. Estado de direito - Brasil 6. Política - Brasil -
História I. Schurster, Karl. II. Título.

23-147949

CDD-320.0981

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

1. BRASIL : POLÍTICA : HISTÓRIA E CRÍTICA 320.0981
HENRIQUE RIBEIRO SOARES - BIBLIOTECÁRIO - CRB-8/9314

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Reitora: Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti

Vice-Reitor: Prof. José Roberto de Souza Cavalcanti

Conselho Editorial da Editora Universidade de Pernambuco – EDUPE

MEMBROS INTERNOS

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento/ Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela
Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos/ Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura
Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos/ Profa. Dra. Emilia Rahnemay Kohlman Rabbani
Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho/ Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros Carvalho
Macedo/ Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida/ Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos
Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo/ Profa. Dra. Rosangela Estevão Alves Falcão
Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo/ Profa. Dra. Silvânia Núbia Chagas
Profa. Dra. Sinara Mônica Vitalino de Almeida/ Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila
Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto

MEMBROS EXTERNOS

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento – Universidade Tiradentes (Brasil)
Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton – Universidad Andres Bello (Chile)
Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)
Profa. Dr. Gustavo Cunha de Araújo – Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)
Prof. Dr. José Zanca – Investigaciones Socio Históricas Regionales (Argentina)
Profa. Dra. Letícia Virginia Leidens – Universidade Federal Fluminense (Brasil)
Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho – Instituto Federal da Bahia (Brasil)
Prof. Dr. Pedro Gil Frade Morouço – Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)
Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira – Universidade da Guiana – França Ultramarina (Guiana Francesa)
Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán – Università Niccolò Cusano (Itália)
Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto – Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

Diretor Científico e Coordenador: Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Secretário Executivo: Felipe Ramos da Paixão Pereira Rocha

Assistente Administrativo: Renan Cortez da Costa

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.



**COLEÇÃO
TEMPO PRESENTE**



ÍNDICE

Apresentação , por Carlos Zaratini	13
Prefácio , por Wadih Damous	17
I: Á Guisa de Quadro Teórico	21
II: Tempos Históricos, Memória e História do Tempo Presente: o método	37
III: O esperado aconteceu: o golpe	51
IV: Encontro marcado: o 8 de janeiro de 2023	57
V: As bases sociais do bolsofascismo	69
VI: A “falha”: confiança quebrada!	77
VII: Um janeiro estilhaçado!	81

VIII: Intervenção Militar ou ruptura com a tradição?	85
IX: Brasília ocupada: o fascismo em marcha!	91
X: Insurreição, golpe de Estado, terror e sedição	99
XI: Lula fala sobre o perigo	107
XII: Militares e a República: entre o braço forte e a mão amiga!	115
XIII: O retorno de “1964”: a utopia reacionária	123
XIV: Os golpes de Estado de Jair Messias Bolsonaro	135
XV: Conclusões Provisórias: O retorno da Insurreição Fascista	147

Apresentação

por Carlos Zaratini

Em 8 de janeiro de 2023 o povo brasileiro assistiu atônito à invasão e à depredação das sedes dos três Poderes em Brasília. A horda raivosa, oriunda das diferentes regiões do Brasil, avançou quebrando e destruindo tudo que encontrava pela frente, inclusive obras de arte, o que resultou num enorme prejuízo financeiro e artístico para o país. Para além disso tudo, o que assistimos naquele dia foi um atentado contra a democracia do Brasil, foi a tentativa de um golpe de Estado.

Para tratar desse assunto, Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster utilizaram com muita competência a larga experiência que possuem no campo da pesquisa histórica, as vivências profissionais que tiveram em órgãos particularmente envolvidos nesse processo, como o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para apresentar esta obra “Como (não) fazer um golpe de Estado no Brasil: uma História interna do 8 de janeiro de 2023” que consolida uma importante análise da história de tempos passados, bem como do tempo presente para ajudar o leitor a compreender o golpe fracassado de 8 de janeiro desde a sua gestação até sua realização.

“Como (não) fazer um golpe de Estado no Brasil” traz um panorama de

todos os movimentos relacionados a esse insólito acontecimento que, por suposto, foi inspirado no que aconteceu nos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, quando militantes supremacistas brancos, apoiadores do ex-presidente Donald Trump, invadiram o Capitólio, sede do Congresso americano, buscando impedir que fosse declarada a vitória de Joe Biden nas eleições

No Brasil, com a ascensão de Bolsonaro ao poder, manifestações que ferem a democracia e pretendem normalizar todo tipo de preconceito e ódio ao que está do lado oposto, que pregam o negacionismo, distribuem fake-news, difundem o autoritarismo e usam o discurso nacionalista para impactar a população, tornaram-se mais públicas e frequentes, culminando com o fracassado golpe de 8 de janeiro. Uma ação fascista que só não causou mais danos à Nação pela ação rápida e enérgica do Presidente Lula que, sabiamente, decretou intervenção federal na Secretaria de Segurança do Distrito Federal, negando a aplicação da Garantia da Lei e da Ordem que levaria os militares às ruas; dias depois Lula demitiu o Comandante do Exército que havia sido nomeado pelo ex-presidente dias antes da sua posse em 28 de dezembro.

Como bem lembram os autores, a falha na tentativa de golpe não deve nos impedir de caracterizar o teor fascista da ação e muito menos nos desobriga de um estudo atento e alinhado dos acontecimentos e as trágicas semelhanças com outros eventos históricos nacionais e internacionais como a ditadura no Brasil, o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha.

Essa é uma leitura fundamental para entender o que aconteceu no Brasil em 8 de janeiro. Parabênizo os autores que num espaço de tempo tão curto, ainda no calor dos acontecimentos, produziram esse rico material que certamente será uma das principais fontes de consulta sobre essa insurreição que, felizmente, resultou num golpe fracassado.

Carlos Zarattini

Deputado Federal



Prefácio

por Wadiah Damous

8 de janeiro de 2023. Palácio do Planalto. 18: 00. A devastação era total. Nada restou de pé – o que tinha por destinação ficar de pé. Nada ficou nas paredes – o que tinha por destinação ficar nas paredes. Tudo foi destruído.

Móveis desenhados por Oscar Niemeyer; obras de arte – como um quadro de Di Cavalcanti; joias e relíquias de outros séculos. Tudo despedaçado, perfurado ou queimado.

Os retratos dos ex presidentes, vandalizados (é verdade que alguns deles desonravam a galeria).

De imediato, me veio à imaginação o interior do Palácio de La Moneda em 11/9/73. Deve ter ficado parecido.

A sala da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) além de vandalizada, foi revirada pelos invasores em busca de documentos. Alguns deles foram levados.

De igual modo, as dependências do GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República) foram invadidas e de lá levadas armas letais e não letais.

Fui ao Palácio a convite do meu amigo Paulo Pimenta, Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Ali filmamos as primeiras imagens a que público teve acesso desse cenário que acabo de descrever.

A imprensa só teve acesso a partir do dia seguinte. No dia 8, usaram as imagens que produzimos.

Naquele domingo estava pranteando o meu grande ídolo no futebol, Roberto Dinamite, cuja morte era o centro do noticiário.

Em dado momento começam a aparecer as imagens da invasão dos palácios dos três poderes pela multidão de fascistas ensandecidos.

De imediato, telefonei para o Ministro da Justiça, Flávio Dino, para tomar pé da situação. Alertei-o de que algumas lideranças, inclusive petistas, começaram a falar em GLO.

Ambos sabíamos o que isso significaria: o fim do governo Lula, com a tão sonhada intervenção militar almejada pela extrema direita. Viraríamos reféns dos militares.

Era preciso alertar o Presidente, que se encontrava em Araraquara prestando solidariedade ao povo vítima das enchentes. E isso foi feito pelo Ministro.

A partir do telefonema do Pimenta, tornei-me personagem da história do tempo presente, que é o que trata o livro que tenho a honra de prefaciar, conforme adverte o autor na introdução.

Não se trata da História do presente, ou da História imediata nem, tampouco, de Jornalismo. O que os professores Francisco Carlos Teixeira e Karl Schurster fazem é localizar permanências e rupturas de nosso passado histórico-político.

Em meio aos escombros, antigas convicções me martelavam a cabeça: deve ser dito aos militares com todas as letras e sem hesitação que eles não são tutores da nação nem, tampouco, herdeiros do poder moderador imperial.

Um bom começo será a revogação do art. 142 constitucional. Não custa lembrar: militares de diversas hierarquias, inclusive generais, estavam envolvidos em atividades golpistas.

Enquanto os governos civis se sentirem obrigados a “negociar” cenários com chefes militares, sobretudo os do Exército, estaremos sempre legitimando essa suposta tutela.

Mas novas convicções sobrevieram: a extrema direita será um fator permanente no jogo da política doravante. A utilização de métodos terroristas e insurrecionais será constante.

Precisamos de uma inteligência de Estado civil e competente. A militarização desse setor ao longo dos anos só causou atrasos e impotência. A inteligência não pode estar contaminada pela visão militar do inimigo interno comunista.

Da mesma forma, será incidir em equívoco similar entender a inteligência como dimensão da polícia.

O livro dos historiadores Francisco Teixeira e Karl Schurster é instrumento precioso para o calor da hora, quando a visão do imediato ainda está um tanto enevoadá.

Wadih Damous

Secretário Nacional do Consumidor/Ministério da Justiça
Presidente da OAB/Rj-2007/12, Deputado Federal-PT/RJ, 2015/2018



CAPÍTULO I

À Guisa de Quadro Teórico

Assumimos a tarefa de escrever, no calor da hora, uma análise dos eventos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, bem como em todo o país, na expectativa de fornecer ao público um repositório de fontes, documentos e análises que balizem as necessárias discussões que doravante envolverão a História da *Nova República*. Corremos fortes riscos: não tivemos acesso aos interrogatórios de mais de um milhar de presos, bem como aos autos de acusação. Estas são fontes clássicas para o historiador. No entanto, a abundância de material que as “novas” redes sociais, os diversos “canais” de Youtrube e outras plataformas oferecem, sejam dos atores bolsonaristas e seus apoiadores, sejam das diversas fontes de controle/manutenção da ordem, bem como o necessário relevo que o tema assumiu na mídia, tudo isso nos forneceu importante material para a organização do pretendido repositório. O que, por sua vez, justifica a abundância e volume das notas no texto que se segue. Da mesma forma, nossa vivência profissional no âmbito do Ministério da Defesa, a experiência profissional no GSI/Gabinete de Segurança Institucional, na Funai – como indigenista concursado –, nas escolas e academias militares entre 1991 e 2016, nos permitiu manter e expandir uma rede de parcerias civis e militares – na Reserva e no Serviço Ativo. Ao longo dos dias de maior algidez da crise – entre 12 de dezembro de 2022 e 21 de fevereiro de 2023 –, graças a tais redes, mantivemos conversas e debates

sobre aspectos específicos da crise. Acreditamos que esse acesso “*from the inside*”, ao qual se somaram intensas conversas com autoridades do novo governo no Ministério da Justiça, na Presidência da República e Abin/Agência Brasileira de Inteligência, nos permitiu tanto o acesso, em tempo real, às informações necessárias, como principalmente ao debate dos núcleos decisórios centrais no grave jogo político em curso. Assim, nos achamos confortáveis para prosseguir no texto e nenhuma revelação posterior a sua redação – terminada em 25/02/2023, até o momento, contradisse quaisquer umas de nossas teses centrais.

De certa forma, o presente trabalho é um desdobramento, ou mesmo uma continuidade, de uma pesquisa anterior patrocinada pelo CNPq/Faperj, que havia se encerrado em dezembro de 2022, com a publicação do “Dicionário de História Militar do Brasil, 1822-2022”³. Tal pesquisa, um gigantesco esforço reunindo pesquisadores civis e militares, acreditamos inédito no país, reuniu com mais de 80 pesquisadores do Brasil e do Exterior especializados em Defesa, Assuntos Militares e História Militar. Ao mesmo tempo, e graças a uma ampla cooperação entre a Universidade de Vigo e a UFRJ/UFJF, tivemos a oportunidade de publicar um volume especificamente sobre a Ressurgência Fascista, em âmbito mundial, mas com específico interesse no chamado bolsonarismo⁴, e, ainda, um premonitório volume sobre as relações entre militares e o bolsonarismo⁵. Ou seja, os eventos de 8-J foram vivenciados à luz de uma série de pesquisas anteriores no campo da Defesa e dos Assuntos Militares. Neste sentido, o texto lançou-nos num desafio para o qual estávamos relativamente instrumentalizados e muniados. Os eixos centrais de tal desafio apontavam para hipóteses iniciais de trabalho que foram, ao longo da redação, se convertendo em teses embasadas em fontes variadas, disponíveis para o escrutínio dos diversos especialistas do campo.

São, pois, elementos centrais da discussão apresentada no texto:

3 Teixeira Da Silva, Francisco C. et alii (Org.). Dicionário de História Militar do Brasil, 1822-2022. Rio de Janeiro/Recife, Editora da UFRJ/Edupe/Autografia, 2022.

4 Teixeira Da Silva, Francisco C. e Schurster, Karl. A República Sitiada: bolsonarismo e militares no Brasil. Recife, Edupe, 2022.

5 Teixeira Da Silva, Francisco C. e Schurster, Karl. Passageiros da Tempestade. Fascistas e Negacionistas no Tempo Presente. Recife, CEPE, 2022.

- a natureza ampla, sistêmica, do movimento de “insurreição” que se deu em 8 de janeiro de 2023, expressa como tal desde as variadas manifestações presidenciais anti-democráticas, como em 7 de setembro de 2021, incluindo atos de terrorismo fora do cenário crítico de Brasília;

- a necessária discussão dos concenitos de “Insurreição”, “Sedição”, “Golpe de Estado”, “Putsch”, “Auto-golpe”, “Terrorismo” e sua relação com a adjetivação, por demais rápida e emocional, de tipo “vândalos” e “bárbaros” para descrever os eventos, que além de trazer, em si, um conteúdo etnocêntrico podem reduzir um evento político de grande significado a um “caso de polícia”, perdendo-se, por esse caminho, a dimensão política dos eventos em pauta;

- a percepção da multiplicidade, e organicidade, dos “tempos” em que se deram os eventos, reconhecendo a existência de um “tempo longo”, anunciado desde a campanha eleitoral de 2018, quando se pressupõe fraude e intervenção “militar” contra o sistema político brasileiro como razão – a presunção sem provas – e legitimação para um (auto)golpe de Estado; correndo ao seu lado, um “tempo das conjunturas”, onde se acumulam as crises, como as de 7 de setembro de 2021, de 30 de outubro de 2022, de 12 de dezembro de 2022 e finalmente o transbordamento em 8 de janeiro de 2023 e, por fim um terceiro movimento, um “tempo curto”, nervoso, dos desdobramentos do imediato, onde a abundância de informações, por vezes, encobre o que é, verdadeiramente, essencial e sistêmico no evento, moldando o que o filósofo Byung-chul Han denominou de “infarto das *infohighways*”⁶. Todos estes movimentos importam numa cronologia múltipla, nem sempre linear, e que obedecem a uma diversidade de impulsos que se dão nestes três tempos;

- a análise das narrativas – entendendo-se de forma vernacular a noção de narrativa, ou seja, exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, reais ou imaginários, por meio de palavras ou de imagens – que implica em reconhecer uma vontade e uma inteligência que apontavam para uma tentativa de golpe em substituição da alternância política, objetivo perseguido de forma coerente e sistemática;

- a modalidade de (auto)“Golpe” envolveu várias situações clássicas em

6 Han, Byung-Chul. Topologia da Violência. Petrópolis, Vozes, 2017.

Ciência Política e já vividas em outras dimensões históricas, como no caso do Reino da Itália em 1922, da República de Weimar (1919-1933) ou, ainda, contra a Segunda República no Brasil (entre 1934 e 1937), culminando na “Intentona Integralista” de 1938. O conjunto de tais movimentos apontam para a modelização de um evento “insurreição+sedição+(auto)golpe de Estado”, num *continuum* crescente e bastante bem planejado;

- a sequência “insurreição”+(auto)Golpe de Estado emula as experiências históricas já havidas, em especial a “Marcha sobre Roma”, organizada pelo Partido Nacional Fascista, em 28 de outubro de 1922, que serviu de modelo para o “Putsch” fracassado da Cervejaria de Munique, em 1923, bem como para o “Domingo da Vergonha” de 8 de janeiro de 2023 em Brasília – nos ocuparemos de tal paralelismo largamente no texto;

- ao reconhecimento das forças, e consequentes estratégias, ocultas nos acontecimentos de Roma, em 1922 – conspiração dos militares italianos, do rei e da grande indústria –, e em Munique em 1923 – com a forte participação de militares ex-combatentes da Grande Guerra –, e mais tarde em Brasília em 2023. A tais fenômenos deve-se somar a insurreição da Praça Maidan, em Kiev em 2014 – com a ativa participação das polícias, de quadros das FFAA e de grupos armados fascistas, tais como o notório “Batalhão Azov”; a insurreição “dos ricos” em La Paz em 2019 – de onde emerge o conluio polícia+militares e, também, a “Invasão” do Capitólio em 2021 – esta com a ativa participação de milícias neo-nazistas e uma curta ambiguidade das forças policiais, que só se mobilizariam via os governos estaduais de origens no Partido Democrata. Com horas de atraso. Todos estes eventos, com seu imaginário, doutrinas, métodos, bandeiras, camisetas e objetivos forjados em torno de um conceito ressignificado de “liberdade” se irmanam enquanto formas de “tomada do poder” – “*Machtergreifung*” – descritas na historiografia especializada dos fascismos clássicos, ditos históricos, aqueles que aconteceram entre 1922 e 1945;

- tal constatação, via o recurso da História Cruzada e da História do Tempo Presente, implica no reconhecimento de uma “Ressurgência Fascista” no nosso tempo, dita neo-fascista(nazista), presente mundialmente, e ativa em 2014 nos eventos da Praça Maidan, em Kiev, em La Paz, na Invasão do Capitólio, na Conspiração fracassada de militares, policiais e aristocratas (“Rei-

chsbürgerputsch”) na Alemanha em dezembro de 2022 e no “Domingo da Vergonha” em Brasília em 8 de janeiro de 2023; todos esses eventos, guardadas as especificidades nacionais, se enquadram num “*minimus ad fascism*”;

- é comum a todos estes movimentos a presença de formas específicas de nacionalismo, racismo, negacionismo, revisionismo, o elogio ao ódio e a construção de um “Outro conveniente”, o inimigo oportuno utilizado como bode expiatório e, simultaneamente, como alvo capaz de manter as massas constantemente mobilizadas em torno de um “chefe nacional” contra a ameaça de um “Outro” diferente⁷. Estes são pontos de partida fundamentais – a negação do outro, o anti-socialismo e o anti-liberalismo numa construção falseada da realidade via uma “novilíngua”, para a construção de um campo fascista – *exemplum generale* – que abarque tanto os fascismos históricos em sua larga diversidade de construções nacionais como também a “Ressurgência Fascista” atual, em especial após o fim da Guerra Fria, desde 1989/1991;

- neste sentido cabe claramente a distinção entre as formas que assumem os regimes de exceção: “Ditadura”, “Ditadura Militar” e Fascismos – agora no plural em face de sua diversidade de cores e formas “nacionais” – evitando-se uma “retro-construção” dos eventos denominados como “Ressurgência do Fascismo” como mera “sobrevivência” de um tempo passada e destacando os traços originais como os ocorridos em Brasília em 8 de janeiro⁸. Não se trata, como muitas vezes jornalistas, pesquisadores e os próprios atores em ação afirmam de um “retorno” mítico à 1964 e aos “bons tempos de segurança e fartrura” da ditadura civil-militar no Brasil. Embora, de fato, vários atores do 8 de janeiro sejam saudosos de “1964”, as novas formas de tomada do poder e de organização do Golpe de Estado não cabem nos “Putsch” militares, fracassados ou não, do tipo “1964” no Brasil, ou 1973 no Chile e 1976 na Argentina. Trata-se, agora, de um movimento de massas – a insurreição – que busca desestabilizar, criar o caos, para justificar a “Intervenção Militar Já”. Os fascismos – devemos ter isso em mente –, ao contrário da “Ditadura”

7 Gay, Peter. O Cultivo do ódio. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 77 e ss.

8 Ver para o debate entre os conceitos de “Ditadura”, “Ditadura Militar” e Fascismo: Poulantzas, Nicos. Fascismo e Ditadura. Lisboa, Portucalense, 1974. E ainda: Poulantzas, Nicos. A crise das Ditaduras. Petropolis, Paz e Terra, 1976.

ou da “Ditadura Militar”, são movimentos de massa;

- componentes fundamentais para o entendimento do bolsonarismo e sua fixação em teorias da conspiração e na produção de uma “realidade paralela”, através da novilíngua da extrema-direita, e assim sua justificação – fato comum aos regimes fascistas ou aos componentes fascistas num regime político em crise – são: de um lado, o forte anti-intelectualismo, o desprezo pela ciências, artes e cultura, apontando para o mundo intelectual como a fonte permanente de corrupção de um padrão de vida regularizado em termos de uma sociedade heteronormativa, misógina, desigual e falocrata e, em segundo lugar – de forma complementar – o mais aberto “estilo paranóico” na condução dos negócios do Estado, confundindo medos e ansiedades pessoais com o agir na esfera pública. Ambos os temas foram tratados de forma clássica pela historiografia norte-americana durante o período do macartismo/Guerra Fria nos Estados Unidos (em especial durante sua algidez, entre 1950 e 1957), tornando-se uma constante do anticomunismo combatente do período 1947-1989. Coube ao historiador, premiado, Richard Hoffstaedter (1916-1970) tratar com extrema acuidade as crises de “paranóia” que emergem em situações críticas nas democracias de tipo liberal. Suas duas grandes obras – incrivelmente pouco conhecidas no Brasil – primeiro em 1963, com o “*Anti-intellectualism in American Life*” e em seguida, em 1965, com o seminal trabalho “*The Paranoid Style in American Politics, and Other Essays*”, trazer à luz a confusão, muitas vezes proposital, entre a esfera pública e esfera da vida privada, projetando sobre a política os espectros da vida privada, causando grande comoção popular, medos coletivos, e, assim, facilitando a construção do “inimigo interno” – o “Outro conveniente” – e outras fantasias de tipo paranóide capazes, no entanto, de servir de “alto-falante” para a mobilização de paixões populares. É importante distinguir que a análise de Hoffstaedter aponta para um “estilo” de fazer política que denomina de “paranóide”, não se tratando, portanto, da produção de um diagnóstico psicológico *sine auctoritate*. Cabe, ainda, destacar que tanto Hoffstaedter como Franz Neumann (1900-1954) – este ainda junto ao grupo de psicanalistas criado pelo próprio Freud em Berlim –, estudaram detalhadamente a teoria freudiana.

Sem adotar um psicologismo raso na explicação da História, mas se-

guindo os passos de Hoffstaedter, Franz Neumann e Peter Gay (1923-2015), na trilha da Teoria Crítica da Sociedade, nos vemos, no caso do bolsonarismo, em face de situações bastante similares àquelas que quase levaram, entre 1950 e 1957, as instituições democráticas norte-americanas à borda colapso⁹;

- nos dias seguintes ao 8 de janeiro de 2023 começaram a surgir, em pleno “estilo paranóide” – vamos discutir isso mais à frente –, “narrativas”, impulsionadas pela própria família Bolsonaro, que explicariam o golpe como uma farsa montada por Lula e seu governo para desmoralizar o bolsonarismo e que todos os depredadores de Brasília são “homens de bem” transformados em reféns e prisioneiros políticos do petismo, verdadeiro – nessa a versão – golpe contra o Estado Direito, numa fantasiosa torção dos fatos típica da novilíngua do fascismo¹⁰;

- lançamos mão, para tal análise, dos recursos metodológicos, e do rigor, da História Política, da História Cruzada e da História do Tempo Presente – como forma de tranquilizar aqueles puristas preocupados com a “invasão” da fortaleza “História” pelo jornalismo. O recurso à multiplicidade de “tempos”, da memória reconstruída e partilhada e dos enlaces em profundidade entre os diversos “tempos” históricos, passado/presente, nos afasta do relato jornalístico, mesmo daquele de excelência.

Neste momento, como surgirá ao longo deste livro, precisamos aclarar alguns pontos sobre “Ditadura”, “Ditadura Militar” e “Fascismo(s)” para entender a natureza de “insurreição+(auto)golpe” da ação dos perpetradores do 8 de Janeiro. Reconhecemos a dificuldade de conceituação de fascismo/nazismo, além do neologismo redundante “nazifascismo”, de origens jornalísticas, bem como seu uso meramente desqualificatório. A compreensão do fenômeno é, ainda, sobre-dificultada quando se junta à experiência histórica dos fascismos – fascismo italiano, nacional-socialismo alemão, fran-

9 Ver nesse debate: Hoffstaedter, Richard. *Anti-intellectualism in American Life*. New York: Knopf, 1963 e *The Paranoid Style in American Politics, and Other Essays* (New York: Knopf, 1965).

10 FOLHA DE SÃO PAULO. Há muita gente boa presa após o 8/1, diz novo presidente da bancada evangélica, 25/02/2023. In: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/ha-muita-gente-boa-presa-apos-o-81-diz-novo-presidente-da-bancada-evangelica.shtml>, consultado em 27/02/2023.

quismo, salazarismo, movimento das flechas cruzadas húngaro, a Guarda de Ferro romena, a ditadura polonesa, e, claro, o movimento “Exército Ucrainiano”, nazista, de Stepan Bandera, etc... – com a “Ressugência Fascista” atual. Muitas vezes tal “Ressugência” nega sua natureza fascista – como no caso de Giorgia Meloni, na Itália – e se auto-denomina de “Pós-Fascismos” ou “Para-fascismo”¹¹. Outras vezes, como no caso dos militantes supremacistas que invadiram o Capitólio em 06/01/2021, tal identidade é estampada em bandeiras, camisetas e tatuagens.

Notáveis historiadores da “primeira geração” de estudiosos dos fascismos, como Hugh Trevor-Roper (1914-2003), Renzo de Felice (1929-1996) ou Emilio Gentile (nascido em 1946) negam, com veemência, a possibilidade de um fascismo pós-1945. Argumentam, com vasto material histórico, que as condições específicas de surgimento dos fascismos no “Entre-Guerras”, 1919-1939, jamais se repetirão, como ademais a História não se repete¹². Para personagens como Victor Órban, Giorgia Meloni, Donald Trump ou Jair Bolsonaro reservam, ao menos Gnetile, caracterizações como “autoritários-iliberais”.

Esse “mix” de personalidades é reunido exclusivamente por sua negação ao liberalismo e as políticas de livre-mercado recusando as demais características fundamentais do fascismo. Na verdade, nada une em termos conceituais Recep Erdogan – um líder muçulmano moderado, alvo de um golpe de Estado fundamentalista, e defensor de uma “otomanidade” da Turquia¹³ como potência com um Rodrigo Duterte, das Filipinas, católico, nacionalista e defensor de “Esquadrões da Morte” e no plano da economia, um liberal.

11 Um bom exemplo é a manchete seguinte: DW. Itália vai às urnas com populista de direita como favorita, 29/04/2022. In: <https://www.dw.com/pt-br/it%C3%A2lia-vai-%C3%A0s-urnas-com-populista-de-direita-como-favorita/a-63222363>, consultado em 21/02/2023.

12 Ver para esse debate: Teixeira Da Silva, Francisco C. e Schurster, Karl. Passageiros da Tempestade: fascistas e negacionistas no tempo presente. Recife, CEPE, 2022. .

13 “Otomanidade” ou “pan-otomanidade” é uma virada na política turca desde a fundação da Turquia moderna por Mustafá Kemal Atatürk, entre 1919 e 1921, quando as pretensões da manutenção do Império Otomano são substituídas por uma “turquicidade”. Com Erdogan, a partir de 2003, relança as pretensões de unir antigas partes do Império Otomano, com uma agressiva política na Síria, Iraque e de hegemonia sobre as ex-repúblicas turcomenas da antiga URSS.

Ambos em nada se aproximam de Vladimir Putin, um líder laico fascinado pela geopolítica, estudioso de Maquiavel, intervencionista em economia, e decidido a impedir o isolamento e o cercamento da “nova” Rússia com fascistas católicos como Victor Órban ou os irmãos Kacinsky da Polônia, todos ultra-liberais em termos de política econômica. No entanto, ferrenhos adeptos da repressão da pauta comportamental, apontada como anti-nacional e atentatória à família heteronormativa. Na verdade, a maior proximidade existente, e comprovada pela organização internacional denominada de “Consenso de Genebra”, reunindo países anti-aborto e anti-União Civil de Gays, se dá entre como Bolsonaro, Órban, Trump e o rei Salman da Arábia Saudita. No entanto, quando alinharmos o negacionismo histórico, médico e sanitário, o anti-socilismo radical, com o extremo liberalismo econômico e a destruição das instituições da sociedade civil e do Estado democrático e a negação peremptória, da aletridade – traços marcantes do fascismo¹⁴ – ainda uma vez, teremos Mussolini como o precursor¹⁵. O desprezo pela vida humana, como frente ao desastre da pandemia de covid-19, incluindo a tragédia de Manaus e o genocídio Yanomami, é um traço insuperável do bolsonarismo, sua negação da vacina e do distanciamento social, sua acusação contra a Nação de ser um “bando de maricas”¹⁶ emula um Hitler escondido no bunker de Berlim decidindo pela destruição do povo alemão acusado pela derrota em face aos Aliados. É a necropolítica, para retomar uma expressão já clássico, que marca o traço comum entre Mussolini, Hitler e Bolsonaro. Nem Órban, nem Netaniahu, nem Erdogan negaram a vacina e a possibilidade de salvar seu próprio povo da dor e da morte. Mesmo Donald Trump e Boris Johnson, outros epígonos do negacionismo, após os primeiros efeitos desastrosos da pandemia, aceitaram a realidade da vaci-

14 Ver a noção de “Ur-fascismo” em Eco, Umberto. O fascismo eterno. Rio de Janeiro, Record, 2018.

15 Ao contrário do que normalmente se afirma os primeiros anos do fascismo na Itália, entre 1922 e 1925, a política econômica de Mussolini foi dirigida por Alberto Di Stefano, um notável liberal em matéria econômica, que favoreceu políticas como o livre-comércio, redução de impostos, baixa interferência do governo na economia e privatização de empresas, como a indústria de comunicações e de máquinas-ferramentas ao mesmo tempo que impunha um brutal arrocho salarial. Ver Forsyth, Douglas J. *The Crisis of Liberal Italy*, Cambridge University Press, 2002, p. 75

16 O GLOBO. “Bolsonaro: tem que deixar de ser um país de maricas”, em 10/11/2021. In: <https://oglobo.globo.com/brasil/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-co-vid-19-1-24739111>, consultado em 21/02/2023.

na. Embora, muito tardiamente para os 1.120 milhão de vítimas norte-americanas da pandemia¹⁷. A questão, entretanto, se nos afigura de outra forma, envolvendo três pontos fundamentais da abordagem tomando o fascismo(s) como uma unidade conceitual – não como um fenômeno histórico único, mas como uma possibilidade da própria crise da sociedade industrial de massas – a noção de um “Ur-fascismo”¹⁸. Em primeiro lugar, pensamos num tempo longo, onde o fundo histórico comum é o desenvolvimento do capitalismo de forma desigual, porém massivo e monopolista, em países com um forte contingente “popular” – classes médias, lojistas, pequenos produtores rurais e urbanos, funcionários públicos e privados, etc... – e, simultaneamente, estruturas não-capitalistas que começam a ser subsumidas ao cálculo do grande capital, gerando uma ruptura nas formas econômico-sociais da pequena burguesia, que se vê, assim, na iminência da destruição de seu modo de vida. Eis uma situação comum da Alemanha, Itália, Japão, Polônia, Espanha, Portugal na fase histórica dos fascismos e os casos da Ucrânia, Brasil, Itália – ainda uma vez – e dos Estados Unidos com sua imensa diversidade sócio-econômico, onde, em nossos dias, tais segmentos sociais se sentem, ainda uma vez, ameaçados pela ascensão de novos grupos étnico-sociais que exigem a ampliação do “demos” da democracia – são imigrantes africanos, negros e pardos nativos, populações mestiças, mulheres e o povo Lgbt+, que passam, desta forma, a alvo do ressentimento dos grupos estabelecidos. A *fala* fascista, uma “novíngua” que se constrói para a mobilização violenta e furiosa das massas e não para o diálogo/compreensão mútua, desloca o núcleo do mal-estar existencial de tais segmentos sociais do complexo núcleo econômico para as visíveis transformações sócio-comportamentais¹⁹. Trata-se de uma “*Ersatzfrage*” – uma problemática paralela, para onde se desvia a crítica social. Assim, o fascismo desloca da agenda econômica – intervenção do Estado, emprego, anteparos econômicos, tributação de altas rendas, etc... – para uma agenda comportamental, muito

17 Estatísticas da Pandemia nos Estados Unidos em 20/02/2023. In: <https://www.reuters.com/graphics/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/countries-and-territories/united-states/>, Consultado em 21/02/2023.

18 Ver a noção de “Ur-fascismo” em Eco, Umberto. O fascismo eterno. Rio de Janeiro, Record, 2018.

19 Ver para o tema Neumann, Franz. Estado Democrático e Estado Autoritário. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. P. 297 e ss.

mais visível. Cotidiana e opiniática, a questão comportamental torna-se o fulcro de sua mobilização conservadora, atraindo, ainda, os segmentos religiosos fundamentalistas e tradicionais da sociedade. Assim, no lugar de se discutir a marcha do grande capital e a desapareição do mundo pequeno burgues, centra-se o debate na percepção ressentida da “perda” do seu próprio mundo de valores. A pauta moral, comportamental, a ideia de “perda da própria identidade” em favor dos recém-chegados, ditos como invasores, torna-se central na mobilização fascista. É aí que emerge o judeu culpado “por todos os males da Alemanha”, os imigrantes do Norte da África na Itália atual, ciganos e maçons em face do Salazarismo clássico ou a destruição da família heteronormativa e branca em face da ascensão de grupos e formas alternativas de pensar, como o povo Lgbt+ no bolsonarismo. Os diversos fascismos englobam todos estes “inimigos objetivos”, o “Outro” conveniente, como o “seu judeu” específico. Com uma *fala* peremptória, a novílingua do fascismo, não admite a alteridade, traço fundamental de sua própria natureza brutal.

Em segundo lugar, a afirmação, como em Emílio Gentile, que não podemos equiparar a dita como “pós-fascista” Giorgia Meloni – cabeça da lista “Fratelli d’Italia/ Partido Conservador –, Jair Bolsonaro ou Donald Trump com os “fascistas” dos anos de 1920/1930 seria um “reducionismo esquerdista”, apenas revela desconhecimento da própria discussão da moderna historiografia sobre fascismos²⁰. Ninguém é cópia ou repetição de uma figura histórica por moto próprio, como Napoleão III jamais pode se equiparar com Napoleão I. No entanto, podemos, a partir da bela análise de Karl Marx e, mais tarde, da sua adequação por Antonio Gramsci como o conceito de “cesarismo”, falar dos fascismos como um fenômeno social e político de longa duração²¹. O que caracteriza a historiografia que desconhece o potencial da Ressurgência Fascista em nosos dias é seu notável historicismo. Aceita-se a História enquanto uma sucessão de fatos únicos, singulares, e

20 EL País. Emilio Gentile, historiador: “Es un disparate pensar que el fascismo puede volver”, em 28/10/2022. In: https://elpais.com/internacional/2022-10-28/emilio-gentile-historiador-es-un-disparate-pensar-que-el-fascismo-puede-volver.html?rel=buscador_noticias, consultado em 04/02/2023.

21 Marx, Karl. O 18 Brumário de Luis Napoleão. Prefácio de Friederich Engels (1852). São Paulo, Boitempo, 2011. Ver ainda, Gramsci, Antonio. Obras Escolhidas, vol. I. Lisboa, Editorial Estampa, 1974, pp. 247 e ss.

infinitos, portanto incapazes de repetição, e sempre imunes em sua singularidade única a formulação de “leis”, modelos ou métodos de comparação. Numa História única, factual e que se movimenta numa mecânica newtoniana, uniformemente acelerada, não há lugar para uma Teoria da História que trabalhe com leis, modelos e conceitos e, acima de tudo, com a multiplicidade temporal. Assim, entende-se, a recusa, a priori, de qualquer conceito de “Ressurgência Fascista”, tomando apenas a aparência, o simulacro, e não os conteúdos dos próprios eventos. Para esses historiadores as suásticas tatuadas nas cabeças e braços dos supremacistas brancos norte-americanos, as falas retomadas de Goebbels, Himmmler ou mesmo de Plínio Salgado no bolsonarismo, são formas “inautênticas” de viver a História. Aqui, os historiadores historicistas negam aos atores históricos, também de forma autoritária, o direito mínimo de se dizerem fascistas, como se somente o historiador, na sua própria concepção, soubesse e pudesse autorizar alguém ou algum movimento a se auto-intitular fascista.

Em terceiro lugar, fascismo, como o “Césare”, do Dr. Caligari²², é capaz de inúmeras faces e de disfarces e torna-se incontrolável depois que desperta do seu profundo sono. As formas fascistas não se recusam a unir-se com outras correntes políticas – conservadoras, reacionárias, católicas, liberais em pânico – para assumir o poder e, em seguida, liquidar com cada um dos seus antigos aliados. A expectativa de “usar” o fascismo como elemento de luta anti-marxista, anti-social-democrata e anti-socialista, redundou em tragédia.

O fascismo não se instala de imediato no poder, mesmo depois da “*Machtergreifung*”, da tomada do poder, seja em 1922, 1933 ou em 2019. Há entre a “tomada do poder” e a completa hegemonia fascista, um período que classicamente Nicos Poulantzas denominou “processo de fascistização”²³. É a fase mais complexa e potencialmente reversível do fascismo. Na Itália durou de 1922 até 1926, quando Mussolini decreta o conjunto das “Leis fascistíssimas”. Na Alemanha, Hitler precisou de um período entre 1933 e 1937

22 Fazemos aqui alusão ao personagem sonâmbulo sob controle do mestre do crime no filme de Robert Wiene, *Das Cabinet des Dr. Galigari* (O Gabinete do Dr. Galigari), Alemanha, 1920.

23 Poulantzas, Nicos. Op. Cit., p. 71 e ss.

para se livrar de toda oposição e resistência e eliminar, inclusive, os inimigos no próprio Partido Nacional-Socislista/NSDAP, como no caso do “Putsch” de Ernst Röhm, em 1934. A esse processo de fascistização denominou-se, a partir da experiência alemã, de “*Gleichschaltung*” da sociedade: a uniformização, nivelamento e imposição da ordem fascista, com um vocábulo trazido da física com sentido de “equalização”²⁴. Experiências que não chergaram ao seu bom término – Donald Trump, Jair Bolsonaro – são casos em que o processo de “equalização fascista” da sociedade, a supressão do pluralismo e das suas instituições garantes, não se completou. Isso não torna o intento fascista menos fascistas. Trata-se, tão somente, experimentos falhados, porém não abandonados. Além disso, estranhemos o “pudor historiográfico” em usar o conceito – não a descrição factual – de “fascismo” em tais autores que negam a possibilidade da Ressurgência Fascista. São eles, no entanto, pródigos no uso de uma mixórdia de denominações que captam apenas aspectos parciais do fenômeno, como “populismo de Direita”, “radicalismo de Direita”, ultra-nacionalismo, hiperpopulismo, etc... Tal atitude carrega um subtexto que também nunca é explicitado. Os novos “apelidos” do fascismo hoje – iliberalismo, iliberalismo reacionáriuo – a partir do que Richard Haass, influente ideólogo do *Council of Foreign Relations*, nomeia um “eixo iliberal” reunindo sob um só epíteto Recep Erdogan, da Turquia, Rodrigo Duterte, das Filipinas e, claro, Vladimir Putin, da Rússia, ao qual se acrescentaria Jair Bolsonaro²⁵. Por esse caminho, a noção de “iliberal” – intervenção na economia, invasão da esfera privada, controle das comunicações, etc... substitui o conceito já estabelecido de fascismo. O conceito de “iliberalismo” foi amplamente divulgado por Richard Haass, influente conselheiro de Ronald Reagan e depois de George Bush, junior, e profundamente enredado nas justifiativas de ataque ao Iraque e ao Afeganistão, tudo em nome da democracia “liberal”²⁶.

24 Pätzold, Kurt. *Gleichschaltung*. In: Wolfgang Benz, Hermann Graml und Hermann Weiß (Org.): *Enzyklopädie des Nationalsozialismus*. Ketti-Cotta, Stuttgart 1997, p.. 490

25 BBC Brasil. Liberalismo: o ‘eixo’ global que, para alguns analistas, poderá incluir o Brasil, 16/01/2019. In: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46796474>, consultado em 24/02/2023.

26 Ver Haass, Richard. *A World in Disarray: American Foreign Policy and the Crisis of the Old Order*. Nova York, Penguin Books, 2017.

Mais uma vez vemos uma reedição da aventura do velho conceito de “Totalitarismo” – que durante a Guerra Fria reunia enquanto solução teórica fascismo e comunismo numa mesma chave de compreensão. Ou o uso generalizada da noção de “Populismo”. Agora, as mesmas vertentes liberais buscam opor ao conceito fascismo, a idéia de um “iliberalismo”. Assim, por uma estranha antonomásia fascismo passa a ser “iliberalismo” e, consequentemente o subtexto que se impõe é que apenas o “liberalismo” é um antagonista do “iliberalismo/fascismo”.

O caráter distintivo dos fascismos, em todas as suas manifestações históricas e atuais, é marcado, acima de tudo, pelo anti-marxismo, anti-socialismo, anti-social-democrata e, também, anti-liberalismo (e, por vezes, com adaptações locais, como o “anti-bolivarianismo”), ao lado da negação peremptória da alteridade – étnica, social, de gênero – e de se constituir em um movimento de massas dotado de um “chefe” carismático (um “super-homem” que como Mussolini nunca erra ou Bolsonaro, imortal e “imbrochável”) caracteriza o conjunto de movimentos no ecossistema atual dos fascismos. Nisso se distingue da “ditadura” e da “ditadura militar”, quase sempre regimes oriundos de ações putschistas – sem a característica insurrecional –, sem grande movimentos de massa e adesão popular e onde a violência se impõe como forma única da dominação, sem alcançar o nível de hegemonia que os fascismos alcançaram seu apogeu.



CAPÍTULO II

Tempos Históricos, Memória e História do Tempo Presente: o método

A segunda década do século XXI se encerra, em todo o mundo, tendo como uma de suas características básicas o retorno das “Direitas” e em especial das “Direitas extremistas”, ditas Extrema-Direita ou mesmo (neo) fascismo ao cenário político mundial. A mobilização permanente das massas e a disseminação do ódio, em especial nas redes digitais, colocando em questionamento o agir político democrático, por todo o Mundo, tornou-se ator político relevante em países como França, Espanha, Itália e Alemanha.

A chamada “ressurgência fascista”, com inspiração nos regimes fascistas históricos dos anos entre 1922 e 1945, provoca a impressão de que o “século XX não passa”, ameaçando repetir-se em nossos dias. Agora, nos meios políticos e acadêmicos, retomamos a discussão central sobre os fascismos históricos – aqueles que aconteceram na primeira metade do século XX – percebendo que mesmo com o fim da guerra em 1945 e da Guerra Fria em 1989-1991, as condições de sua reprodução/regeneração permaneceram presentes. A ânsia pelo novo e por enterrar um século de guerras e genocídios foi tão grande que muitos historiadores não se deram conta de que a sombra dos fascismos não havia desaparecido. Tais movimentos se consolidam no *mainstream* político como algo permanente e com reconhecimento

pelo próprio sistema, muitas vezes assumindo funções de Estado, como foi o caso no Brasil e na Itália. Por isso, a história e o historiador do tempo presente não trabalham com uma periodização fixa – um tempo único ‘em seta’ –, mas sim com as variadas formas de construção da sensibilidade e dos mecanismos de recepção e percepção do passado para compreender a noção de tempo, relacionado com seu objeto de investigação.

No início dos anos 1990 René Remond afirmava, de forma pioneira, que era irreversível a inserção da História do Tempo Presente como um campo disciplinar novo das ciências humanas. Naturalmente, essa afirmação não foi *ex nihilo*. Um longo caminho intelectual e institucional foi trilhado para que esse campo teórico pudesse ter a validade acadêmica que hoje possui. Frente à força da pioneira e consolidada *Zeitgeschichte* e a *Contemporary History*, a História do Tempo Presente era, então, apenas a pretensão de um pequeno grupo de historiadores franceses em rebeldia com as “tradições institucionais”. Tais historiadores, já se encontravam demasiadamente incomodados com a (não) leitura do difícil passado recente de seu próprio país e pela construção de uma mítica “França Resistente”, coletiva e unificada, perante a ocupação nazista. François Bédarida entendeu que entre seus contemporâneos ainda permeava uma forte presença do pensamento historiográfico do século XIX, evolucionista, linear e compartimentado e que esse já não seria suficiente para dar conta das demandas oriundas das diversas experiências históricas vividas como trauma no presente. Tratava-se, pois, das experiências de guerra, dos genocídios e da repressão às lutas anticoloniais do século XX. Claro que, neste rol de eventos-limites, estavam as ditaduras, militares ou não, e o fascismo. Tampouco acreditava que ler o presente faria da história “um jornalismo culto”, como ele mesmo afirmou. Era bem mais do que isso. As diferenças entre jornalismo, o melhor que ele seja, e a História do Tempo Presente reside na aplicação rigorosa do método histórico na construção explicativa da relação passado/presente. O entendimento das estruturas de longa duração e do seu peso sobre as práticas sociais, políticas e mentais do presente supõe uma percepção histórica, um mergulho em profundidade, nos processos em curso no Tempo Presente. Neste sentido, por melhor que seja o jornalismo – e temos grandes nomes com capacidade de análises esclarecedoras, como foi Carlos Castello Branco e hoje Jânio de Freitas – escapa ao Jornalismo a identificação e análise

das “forças profundas”, no dizer de Pierre Renouvin, que moldam os próprios processos de configuração do “Jetztzeit” – do aqui e agora²⁷.

Trata-se de um longo processo de “desfactualização” da história, de eliminar uma visão progressiva e unívoca na compreensão dos processos históricos, permitindo a visão simultânea de tempos da História. Parafraseando Paul Ricoeur²⁸, ou seja, é uma tentativa de introduzir a dimensão de explicação dos tempos múltiplos, cruzados, onde uma “época” – no sentido do Historismo alemão – informa e molda os processos em curso. Seguindo os princípios de Henri Marrou²⁹, era necessário localizar o conhecimento histórico no tempo, mas sempre com o foco no presente que seria o interlocutor direto com o historiador e seus questionamentos incessantes. A partir do tempo presente a história passaria a ter uma relação dialógica com as várias temporalidades e o presente seria entendido como um grande espaço de experiência. Não há dúvidas de que um fenômeno do presente jamais será compreendido nas mesmas condições de outro já inscrito no passado, em especial do passado longínquo. A isso chamamos de delimitação de inteligibilidade, o que não representa uma questão apenas de “distanciamento” – leia-se de “neutralidade” epistemológica – para os historiadores do presente, mas todos que exercem o ofício da história. Debates contemporâneos, por exemplo, sobre a invenção múltipla ou difusionista da agricultura ou da natureza das primeiras cidades da História – se, são resultado da sedentarização agrícola ou foram, muito antes, como as ruínas de Göbekli Tepe nos sugerem, fruto da organização de povos coletores-caçadores já no XI milênio A. C. –, permitem debates tão acalorados, por vezes até passionais, quanto o papel da política de “Apaziguamento” de Melville Chamberlain permitiu o fortalecimento de Adolf Hitler, ou a Guerra do Vietnã foi perdida pelos Estados Unidos, aferrado ao anticomunismo da Guerra Fria, e, assim, surdos ao conteúdo “nacional” e “anticolonial” da Frente de Libertação Nacional de Ho Chi Minh e seus companheiros de luta. O debate, quanto ampa-

27 Cécile, Gonçalves. *Histoire du temps présent, Sources orales, Témoins, Passé proche, Rôle social de l'historien*. Coimbra: Revista Estudos do Século XX, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

28 Ricoeur, Paul. *The conflict of interpretations: Essays in Hermeneutics*. Northwestern University Press, 2007.

29 Marrou, Henri. *The meaning of history*. Helicon; Ex-library/stated first Edition, 1966.

rado no rigor do método histórico, aclara e faz avançar os conhecimentos³⁰. O inaceitável é o negacionismo.

Não há tempo que não limite a sua própria inteligibilidade. Esse reconhecimento dos limites da compreensão histórica, não exclusivo ao presente, colocou François Bédarida, Henry Rousso e os historiadores do Tempo Presente na vanguarda dos debates públicos. No campo da história, cada vez mais permeável à Ciência Política, à Sociologia e à Antropologia a obsessão pelo passado recente tornou a História um campo minado, como explicita o Projeto “Escola sem Partido” debatido nos Governos Temer e Bolsonaro. Não era apenas o lidar com a memória presente da França de Vichy ou a Alemanha de Hitler ou o Brasil sob o Regime Civil-Militar de 1964, mas entender como esse “luto inacabado” da História retorna, sistematicamente, para informar o Tempo Presente e mobilizar a sociedade para debater seus próprios temas. Antes de lidar diretamente com o luto/dor/sofrimento, a história do Tempo Presente, ao resgatar, como uma de suas temáticas nobres, a análise dos fascismos e das ditaduras modernas, se debruçou sobre os impactos da Justiça de Transição, as anistias e como as tentativas de “esquecimento” operaram na formação desse ‘luto inacabado’. Se, a melancolia para Freud era a forma patológica do luto e, neste, o sujeito estaria num exercício de “desligamento progressivo” do objeto da perda, no processo histórico o sujeito se sentiria “deslocado”, idealizando tempos passados, reconstruindo fantasias e mitificando o passado. Assim, os atores da História acabam por se identificar com o objeto perdido, a ponto de não mais encontrar ou perceber seu próprio eu. Isso demonstra o quanto a História do Tempo Presente, ao resgatar, por exemplo, a época dos fascismos e das ditaduras, foi capaz de retomar a discussão do “eu/individuo”, dessa identidade dissipada em meio a “esquecimentos” construídos pela incapacidade de lidar com o passado vivido como trauma – exato ersatz do “luto” no método histórico. Um procedimento necessário, posto então, é a distinção entre o campo do “Tempo Presente” e um conjunto de fatos “recentes”, sucessos “imediatos”, correntes”, o turbilhão de fatos dos jornais diários, que se desenrolam aos nossos olhos. Muitas vezes se confunde o “Tempo Presente” com o fluxo extenuante, incontrolável, de informações, de qualidades e origens diversas, como material

30 Para esse debate ver: Graeber, David e Wengrow, David. O Despertar de Tudo: Uma Nova História da Humanidade. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

histórico. Na História do Tempo Presente cabe ao historiador, com seu controle do método e discernimento decorrente de sua especialização no campo do objeto sobre escrutínio, distinguir dentre o turbilhão de informações incontroláveis do âmbito atual de redes de dados, e o que são processos que identificam tendências e, assim, mostraram-se portadores de futuro em face do universo que compõe um imenso lixo digital.

Não podemos, pois, confundir o que é estrutural/estruturante, profundo, com fatos que se desenrolam de forma “imediate” e constante, quase presencial, – o conceito de “*surface*” braudeliana da História, um tempo rápido, nervoso, descartável – com a abordagem metodológica rigorosa dos processos estruturantes do Tempo Presente³¹.

Ora, tal debate historiográfico, já ocorreu e foi posto para os historiadores de ofício, embora tenha sido, ao que parece, relegado, ou mesmo esquecido, na maior parte das vezes³². Para grande parte de historiadores – e mesmo para outros profissionais em Ciências Sociais – ao lançarem mão do sintagma “Tempo Presente” acaba-se por transformá-lo em um significante sem significado, ou na melhor de suas escolhas, num significante reduzido a sua expressão mais pobre: a cronologia que aponta para os fatos recentes³³. Por tal dificuldade, a História do “Tempo Presente” passa, então, a ser fragmentada, segmentada, “nacionalizada”, perdendo o seu sentido “universal”, no momento exato em que se torna, cada vez mais necessário “uma História Global”³⁴.

31 Dentre tais exceções devemos citar: Elíbio, Antônio. (Et Alii). História do Tempo Presente: uma história em debate. Recife: Autografia/Edupe, 2019.

32 Schurster, Karl. O fenômeno Nazi e a historiografia do Tempo Presente. Recife: Autografia/Edupe, 2017.

33 Ver em especial Schurster, Karl; Moraes, Alana. Disputas historiográficas acerca do Nazismo e do Holocausto. In: Revista Locus: Revista De História 26 (2):386-406. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30669>. 9

34 A partir de que “ruptura” poderíamos falar, no Brasil, de uma “História do Tempo Presente”? Para a França a experiência da Ocupação-Colaboração/Descolonização é, sem dúvida, o fenômeno traumático mais significativo capaz de obrigar toda uma mudança de grande profundidade na sociedade francesa. Para os alemães a “*Katatastrophe*”, de 1945, com o reconhecimento da “Responsabilidade Coletiva” herdada do Terceiro Reich, é uma ruptura com o passado. Para os americanos a experiência do “*Neal Deal*” e o rompimento com o “*Isolacionismo*” e a emergência da República Imperial são marcos fundamentais. E no Brasil? Poderíamos falar de 1930 ou 1945 como tais marcos? Ou teríamos que avançar mais, até 1964? Por outro lado,

Tal campo deve ser problematizado em outra direção, como discutido por Marc Bloch, Bédarrida, Soulet e Rousso. Implica, com outra denominação/distinção, já amplamente discutida, na definição de História Contemporânea, de “História Imediata”, e História do Tempo Presente, cruzando-se, agora, com as possibilidades da “História das Emoções” ou das “Sensibilidades Públicas” – um território das grandes vertigens³⁵.

A preocupação com o impactante, “um acontecimento histórico” que envolva todos os indivíduos em sua época e deixe suas marcas permanentes nos grupos sociais, venha a causar impacto e relevância, terá suas dimensões apreciadas por todos esses campos. Alessandro Portelli, num estudo exemplar sobre uma comunidade italiana durante a Segunda Guerra Mundial, mostrou como um evento local pode ser apropriado diversamente pelos grupos e sua memória, dividida e antagonica, e as comemorações que daí decorrem, marcam de forma permanente as fronteiras mentais pré-existentes dos grupos. Só não pode ser negado que naquele agosto doloroso reféns italianos foram sumariamente fuzilados pela Wehrmacht. De outra forma seria negacionismo³⁶.

A Pandemia de Covid-19 terá sua história nos três níveis do tempo: o *imediato* – rápido, nervoso, impressionista –, o das *conjunturas* – de onde emergem as primeiras análises e a compreensibilidade do próprio fenômeno – e o *profundo*, que estrutura os demais e é, por sua vez, formatado pelos anteriores, apontando para as *tendências* de uma época. As “emoções”

podemos buscar uma periodização diferenciada, fora dos marcos, com os sempre recorrentes na historiografia brasileira, de caráter político-administrativos, teríamos que buscar nos anos de 1955-1960, na “Modernidade Brasileira” – urbanização avançada, industrialização, Bossa Nova, a Nova Arquitetura, a Política Externa Independente etc. os marcos do “Tempo Presente” no Brasil? Sem dúvida, englobar países diversos – Argentina, Bolívia, México, Brasil – num só conjunto em nome de uma militância terceiro-mundista não é uma grande ajuda, contudo ignorar condições comuns como a industrialização dependente e a dependência, como propõe a obra de Celso Furtado, no âmbito de um sistema dito “subdesenvolvido e socialmente desigual”, seria desconhecer a própria história do capitalismo. Ver: FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

35 Soulet, Jean-François. *Histoire Immediate*. Paris, Armand Colin, 2012.

36 Portelli, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: Moraes, Marieta; Amado, Janaína. *Usos e Abusos da História*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

de cada um são vívidas, já são história cotidiana da epidemia – a dor, as histórias do isolamento, a resistência, os números que se transformam tão rapidamente em nomes, a incompetência e o deboche do poder bolsonarista³⁷. Os fatos que se sucedem, as análises diárias, por vezes que se contam nas horas, que se confirmam ou contradizem, que formam dossiers e balanços. São elementos *históricos* mas, ainda não configura “a” História. No início são “Histórias” fragmentadas, partidas. São os relatos históricos da semana. Do mês. Do ano. Por cidade. Por Região. Por país. Um dia o será do movimento global da pandemia. No entanto, contém uma provisoriidade que não é o provisório de toda a pesquisa científica. É o provisório do *corsi et ricorsi*, do “imediato” aos nossos olhos, da fluidez do acontecimental que se transforma em vagas. Cabe ao historiador, munido do método, organizar e interpretar tudo que flui em tais imensas “*Infohighways*”, sob o risco – como diria o filósofo Byung Chul Han de paralisarmo-nos perante um verdadeiro “infarto” das novas “*Highways*” de informações que nos chegam³⁸.

No “Tempo Presente” toda fluidez é também parte e forma de um movimento mais largo, contínuo e lento, que se estrutura em camadas: as tochas da marcha neonazista da cidade de Dortmund 2015 foram acessas em Berlim 1933, e antes, na ‘Marcha sobre Roma’ em 1922; as montanhas de mortos do negacionismo de 2021 no Brasil se iluminam à luz das tochas acessas de Berlim 1933, em Roma em 1922, em Dortmund 2015 e nas eleições brasileiras de 2018. Tais eleições, no Brasil, em *corsi et ricorsi*, irmana-se na ilustração significativa da camiseta de um invasor do Capitólio (em 06 de janeiro de 2021) que estampa: “*Camp Auschwitz*” e 1922, 1933, 2015 e 2018, a “*longue durée*”, são “tempos” da estruturação do genocídio Yanomami em 2023 e as ameaças golpistas seja na Alemanha em 2022, seja no Brasil em 2022 e 2023. A história yanomami guarda, também, estes tempos diversos onde se inscreve o genocídio: desde os primeiros exploradores da Amazônia, passando pelas conjunturas da construção do Estado Nacional brasileiro até as invasões, destruições, sequestros, estupros, a febre e a fome que compõe a vida diária, hoje, dos Yanomami.

37 Casa Nova Maia, , Vera e Lucia. *Arquivos da Pandemia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020.

38 Chul Han, Byung. *La Société de la fatigue*, Paris, Édition Circé, 2014.

Nenhuma narrativa que aponte para a máquina de morrer que se constitui na longa duração, selando desde logo o destino das pessoas, pode desculpar a “intenção” imediata de infringir dor. Na verdade, não se morre de covid-19, fome ou febre na longa duração. É no imediato do tempo do “*Jetztzeit*” que os genocídios ocorrem.

É esse método da História do Tempo Presente que denominamos de “enlaces” estruturantes das relações passado/presente.

São os “enlaces nos enlaces” profundos que fazem os temas História do Tempo Presente. Assim, o “Tempo Presente” não é uma “cronologia” ou uma “periodização” nova aposta a uma fase, mais próxima de nós, da História Contemporânea. Não falamos de cronologias baseadas em “escalas móveis” de um tempo linear. Nos debruçamos sobre metodologias e problemas; com François Bédarida, insistimos sobre a questão do historiador e seu papel de “crítica e responsabilidade” no seu tempo³⁹, e com Pieter Lagrou, nos voltamos para as “sequelas e o pânico moral na História em face dos temas difíceis ou traumáticos”, que se tornou por vezes paralisante⁴⁰. Mas, com certeza, o “tempo” do Tempo Presente não é linear e, tão pouco, um tempo estabelecido numa “escala móvel” de periodização de épocas da História. O “tempo” no campo do Tempo Presente é derivado do objeto construído pelo historiador e é um resultado, na abordagem do objeto, dos enlaces do presente em direção ao passado, daquilo que constrói a matéria do compreensível⁴¹. A proposta da História do Tempo Presente traria uma revolução de paradigmas na medida em que não só aponta a diversidade das fontes de análise, mas produz novos caminhos para as leituras das fontes já tradicionalmente conhecidas nos arquivos públicos, valorizando a multiplicidade dos tempos históricos. Como na antropologia, torna-se impossível extrair o observador do que é observado. Por isso, o historiador do tempo presente não está apenas lidando com sobreviventes, mas, como

39 Bédarida, François. *Histoire, Critique et Responsabilité*. Paris, IHTP/CNRS, 2003, em especial p.23 e ss.

40 Lagrou, Pieter. *Mémoires patriotiques et l’occupation nazie*. Paris, CNRS/IHTP, 2003, p. 139 e ss.

41 Voldman, Danièle. *Définitions et usages*. *Les Cahiers de l’IHTdeleP*, n. 21, p.33-53, nov. 1992.

afirmou Pieter Lagrou, ele é um deles⁴². Lagrou está correto ao afirmar que a reflexão sobre o campo da memória não é um subproduto da História, em especial da História do Tempo Presente, mas parte integrante daqueles que trabalham com a própria História⁴³. É nessa relação que o historiador do Tempo Presente renuncia ao seu “exclusivismo” da especialidade histórica para aceitar que a História é sempre “pública”, polifônica, e que está imersa num jogo de identidades e memórias diversas, flutuantes e combativas. A experiência do pesquisador e seu apego ao método rigoroso é o único recurso na construção de um idioma universal através do qual todos possam dialogar.

Retomemos aqui as palavras de François Bédarida: “É exatamente a união e interação entre o presente e o passado em que reside a inovação maior em que se baseia a construção do IHTP [Instituto de História do Tempo Presente]”⁴⁴. Ou seja, retomando Marc Bloch, não estamos trabalhando com um período “novo” da História Contemporânea, mas com um novo método de “interação”, especialização e de abordagem da História. Não por acaso, que historiadores “clássicos”, como Ernest Labrousse e Arnaldo Momigliano, apoiaram, desde logo, a emergência do “Tempo Presente” como campo de atuação do historiador, denominado por este último de “l’histoire retrouve” – uma presença reencontrada da história de Bloch com o historiador, depois de tantas ausências.

Foi esse o “cruzamento” dos campos operado no do 6 de janeiro de 2021 [quando uma multidão, motivada por “paixões mobilizadoras”, invadiu violentamente o Prédio do Capitólio em Washington] que aponta e, em parte explica, o 8 de janeiro de 2023, quando uma outra multidão destruiu os palácios da República na Praça dos Três Poderes em Brasília: História Imediata, História das Emoções, História do Tempo Presente, História Política e a Sociologia e a Ciência Política explicitando uma ampla transdisciplinaridade de várias abordagens possíveis e, porém, diferenciadas.

Mas, como podemos relacionar as ações, bandeiras e programas, por

42 Lagrou, Pieter. De l’actualité du temps présent. In: L’histoire du temps présent, hier et aujourd’hui, Bulletin de l’IHTP n° 75, juillet 2000.

43 Idem.

44 Bédarida, François. Op, cit, p. 49.

exemplo, das milícias – de existência já durável na vida política americana – e que se organizaram para o 06/01 no Capitólio através das redes sociais – com a Marcha de Tochas dos neonazistas de Dortmund em 2015 e, antes, com as Marchas de Tochas de Berlim de 1933 – e a “Marcha sobre Roma” em 1922 – e o 8/01/2023 em Brasília?⁴⁵ E qual a relação de todos esses eventos com as eleições brasileiras de 2018 no sentido que 8/01/2023 está contido em 2016 e em 2018?



Washington, Capitólio, 06/01/2021: vários grupos de extremistas de Direita, supremacistas brancos e milicianos de organizações neofascistas invadiram e depredaram a sede do Poder Legislativo americano. Na camiseta, além da denominação “Camp Auschwitz”, um dos locais de extermínio na Segunda Guerra Mundial, consta o lema do exterminacionismo. O militante Robert Keith Peirce durante a Invasão do Capitólio com a camiseta-documento estampada “Camp Auschwitz”, com a caveira e os ossos cruzados, e o lema dos campos de concentração “Arbeit Macht Frei” como elo/enlace passado-presente entre todo o ecossistema das Extremas Direitas e do Fascismos numa longa duração desde 1922, com a “Marcha sobre Roma” até 2023 em Brasília. Fonte: <https://www.nbcnews.com/news/us-news/man-camp-auschwitz-shirt-photographed-u-s-capitol-riot-arrested-n1254070>

45 Ver: Neonazi im Dortmund. In: <https://www.tagesspiegel.de/politik/neonazis-in-dortmund-die-braune-suppe-im-pott/11343966.html>, 08/02/2015/ consultado em 21/04/2021.

Ao historiador cabe a crítica, e a responsabilidade, de realizar os enlaces entre fenômenos, só aparentemente, distantes no tempo e no espaço, como um processo “trans-histórico” único⁴⁶. Só uma leitura não-historicizante pode realizar os enlaces necessários para criar esse idioma comum da história do arbítrio e da tirania, reunindo fenômenos dispersos no tempo/espaço, provendo uma leitura de “mitos, signos e emblemas” – tochas, bandeiras, uniformes, camisetas, palavras de ordem, etc... – que pode nos fazer entender, por exemplo, a unicidade do fenômeno fascista numa longa duração. Neste caso, a “camiseta” do depredador do Capitólio – estampando “Camp Auschwitz” –, do militante extremista de Washington, adquire um significado transcendental de elo entre épocas, permitindo o enlace entre quatro eventos históricos diversos, e mais corretamente, com um quinto: a “Marcha sobre Roma”, dos fascistas italianos em 1922; as Marchas de Tochas de Berlim, 1933, que resultaram nos campos de extermínio, entre eles o nomeado “[Camp] Auschwitz”; a Marcha de Tochas de Dortmund, em 2015, da Ressurgência fascista [nazista], repetindo odioso temas exterminacionista e antisemitas; a Invasão do Capitólio, em 06/01/2021, com as Milícias supremacistas brancas antisemitas – onde aparece a camiseta do militante antisemita, o “signo” que faz o enlace/elo dos diversos “tempos” – e os repetidos sinais de emulação nazista do Governo Bolsonaro, o “quinto tempo”, com seu paroxismo em 8/01/2023⁴⁷.

46 Ginzburg, Carlo. *História Noturna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

47 Não se trata tão somente da absurda afirmação de Bolsonaro sobre o Holocausto ou da sua insistência em classificar o Nacional-socialismo como um movimento de “esquerda”, mas da atuação concreta de funcionários e políticos do Governo como a cópia de discursos de Goebbels ou a sinalização, em pleno Senado Federal com sinais típicos da Supremacia Branca, em ofensa e desafio aos básicos princípios dos Direitos Humanos da Constituição. Da mesma forma, o uso público por parte do Presidente da República do “copo de leite”, um signo claro dos supremacistas. Ver: Valor Econômico. Secretário da Cultura é demitido após citações nazistas. In: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-da-cultura-devera-ser-afastado-apos-discurso-semelhante-ao-de-goebbels>. Consultado, em 22/04/2021 e Brasil de Fato. Cinco vezes que Bolsonaro, ou pessoas ligadas a ele, recorreram a símbolos nazistas, 21/03/2020. In: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/cinco-vezes-que-bolsonaro-ou-pessoas-ligadas-a-ele-recorreram-a-simbolos-nazistas>, consultado em 22/04/2021 e Congresso em Foco. Entenda o gesto feito por assessor de Bolsonaro e sua relação com o racismo, 21/03/2021. In: <https://congressoemfoco.uol.com.br/midia/simbolo-ok-racista-extremista-supremacista/>, consultado em 22/04/2021.

O conjunto de tais “enlaces”, do presente para o passado, no dizer de François Bédarida, deslanchados aqui a partir do signo/enlace/elo “camiseta [Camp] Auschwitz”, constitui-se na abordagem chave dos estudos-tipo do Tempo Presente e permite, desta forma, a reconstituição, nos tempos diversos e na suas diversidades nacionais e históricas, do ecossistema da Extrema-Direita fascista na longa duração – da Marcha sobre Roma”, em 1922, até o Golpe falhado de 08/01/2023 em Brasília. Tais “interações”, como propõe Bédarida, são o próprio material da História. Trata-se de um fiel retorno a Marc Bloch, um olhar prescrutador do historiador – “l’attention particulière que j’ai accordée, dans mes travaux, aux choses rurales a achevé de me convaincre que, sans se pencher sur le présent, il est impossible de comprendre le passé”⁴⁸. Estamos, desta forma, perante uma metodologia, jamais em face de uma cronologia, e nunca de uma periodização baseada em uma “escala móvel”, segmentando o contemporâneo. O campo do Tempo Presente constrói sua própria periodização, a partir dos enlaces entre o presente e o passado expostos pela pesquisa histórica, que emergem da definição do tema, sem ser um tempo constante ou externo ao próprio objeto da pesquisa.⁴⁹


48 Marc Bloch (1886-1944) refere-se aqui a sua vasta produção de trabalhos sobre a História Agrária que medieval e moderna, a maior parte de cunho comparativista, que realizou, de forma original, junto com Lucien Febvre e André Piganiol na Universidade de Strasbourg, nos anos de 1920. Em 1931 defende sua tese de doutorado – “Les Caracteres Originoux de la Civilización Rurale Française”, obra de forte impacto para formação do campo da História Agrária em todo o mundo, embora já então se faça sentir o clima antissemita reinante na França (como na barreira a sua entrada no Colège de France). Em 1929 funda com o amigo Lucien Febvre a revista “Annales”, que terá fortíssimo impacto renovador sobre toda a História profissional no Mundo, e abre as portas para a “chair” de História Econômica na Sorbonne sucedendo a Henry Hauser. Com a invasão da França e a publicação do Estatuto dos Judeus pelo Regime de Vichy, de 3/10/1940, Marc Bloch perde seu cargo na Sorbonne, é obrigado a migrar para o sul – quando escreve “A Estranha Derrota” – e por fim passa para a Resistência. Preso e torturado pela Gestapo, é fuzilado em 16 de junho de 1944, junto com outros 27 resistentes.

49 Bloch, Marc. *L’Etrange Défaite*. Paris : Éditions Franc ’Tireur, 1946, p. 5.

**Tempo Presente: 2015 como 1933, 2021, 2023 como a repetição da
Marcha sobre Roma de 1922: a História como Imitação.**



Grupos de neonazistas alemães organizam-se persistentemente em manifestações antissemitas, contrárias aos residentes estrangeiros e alemães de origens diversas e escandem palavras de ordens claramente racistas, tais como “Israel nie wieder” (Israel nunca mais), particularmente odiosa por sua similitude com “Nie Wieder” utilizado como dístico do Holocausto); como também “Der Staat Israel ist unser Unglück” (“O Estado de Israel é nossa infelicidade”), que remete diretamente a um dos mais conhecidos chavões do Terceiro Reich – “Os Judeus são nossa infelicidade”; ou, ainda, “Wer Deutschland liebt, Antisemit ist” – “Quem ama a Alemanha, é antissemita”, claramente assume uma atitude racista e discriminatória. Tais manifestantes – jovens, instruídos e provenientes das classes médias de Dortmund – compõe os militantes da “Marcha das Tochas” de 2015. Fonte: <https://www.belltower.news/dortmunder-neonazis-antisemitische-beleidigungen-zu-rosh-haschana-91873/>

A black and white photograph of a protest scene, heavily obscured by a dense, intricate web of white cracks resembling shattered glass. The cracks radiate from several points, creating a complex, spiderweb-like pattern across the entire image. In the background, a crowd of people is visible, some holding flags. A person on the right is holding up a sign. The overall tone is one of chaos and resistance.

**ABAIXO A
DITADURA
DO STF**

CAPÍTULO III

O esperado aconteceu: o golpe

As eleições presidenciais brasileiras, em 2022, realizaram-se em clima de grande tensão. Para ambos os lados de um país fortemente dividido tratava-se bem mais da aprovação de projetos antagônicos para o futuro da Nação do que a eleição de um candidato. De lado, com o Presidente Jair Bolsonaro e seu vice, o General Braga Netto, do PL/Partido Liberal, com o antigo PSDB – que vinha se radicalizando à Direita –, o PP/Progressistas, o Republicanos, o PTB – que através da candidatura de um religioso no primeiro turno funcionou como linha auxiliar do Bolsonarismo com uma pauta comportamental especialmente reacionária. Tal “frente” de Direita e Extrema-direita organizou sua proposta eleitoral em tono da defesa do país ante a ameaça de um “projeto comunista” – ou simplesmente “petista” ou ainda “bolivariano”, com forte apelo em prol da família tradicional, heteronormativa, de fundo patriarcal, ao lado de uma gestão econômica liberal, privatizante e longe da atuação indutora do Estado e “honesta”, anticorrupção. A dura caracterização do candidato desafiante, Lula da Silva, como “chefe de uma organização criminosa” que fora “descondenado” por um Supremo Tribunal Federal partidário – sob forte influência do ex-Juiz Sérgio Moro, que se reconciliará com Bolsonaro e assumiria um papel de “conselheiro” do Presidente. Lula da Silva seria apontado como um “descondenado” por manipulações políticas e detalhes jurídicos conduzidos no Supremo Tribunal Federal/STF. Essa eram

a temática obsedante da chapa Bolsonaro-Braga Netto.

O desafiante do Presidente no cargo foi o ex-Presidente Lula (com mandatos anteriores entre 2003 e 2011), do Partido dos Trabalhadores/PT, tendo como vice o ex-Governador Geraldo Alckmin, ex-PSDB, recentemente filiado ao Partido Socialista Brasileiro/PSB. Lula da Silva vinha da recuperação de seus direitos políticos, atingidos após uma série de condenações no âmbito da chamada “Operação Lava-Jato” – já então fortemente desacreditada pela série de denúncias de irregularidades de tipo “Lawfare”, conhecidos como “Vaza-Jato” – e após estar preso 580 dias. Lula da Silva formou uma ampla coligação de partidos como o PT, PSB, PCdoB, PV, Avante – do deputado André Janoanes, que desiste em favor de Lula tornando-se peça-chave na campanha-, do partido Solidariedade, Psol, após o primeiro turno, somar-se-á a esta frente com o MDB, da senadora Simone Tebet e o PDT, historicamente à Esquerda, mas que havia feito uma dura campanha contra Lula da Silva sob a liderança de Ciro Gomes e, ainda, o partido Cidadania. A campanha de Lula apontava para o combate à fome, que voltara a maltratar 33 milhões de brasileiros, a criação de novos empregos, a defesa do meio-ambiente, a inclusão das diferenças e a retomada do protagonismo brasileiro em relações internacionais.

No primeiro turno Lula da Silva consegue 57.209 milhões de votos, ou seja 48,43% do total dos votos, contra 52.072 milhões de votos depositados nas urnas para Jair Bolsonaro, ou seja, 43,20% dos votos – uma significativa diferença de 5.23 pontos percentuais, correspondente a pouco mais de 6 milhões de votos sobre um total de mais 154 milhões de eleitores. No entanto, tal votação não foi suficiente para decidir as eleições no primeiro turno em 2/10/2022. Deu-se, no campo da coligação de Centro-Esquerda um forte sentimento de abatimento, e mesmo de perplexidade, posto que havia a boa perspectiva de uma vitória decisiva e final no primeiro turno. A trajetória antipopular de Jair Messias Bolsonaro, as tremendas falhas na gestão da epidemia de covid-19 – incluindo o trágico evento das mortes massivas em Manaus – e os péssimos resultados sociais e econômicos, com o retorno da fome coletiva no Brasil, havia sugerido aos estrategistas, e aos militantes, uma rápida vitória contra o que chamavam de “barbárie” e “fascismo”. Porém isso não ocorreu. O segundo turno acirrou ainda mais a disputa. Às denúncias, constantes de fraude nas urnas eletrôni-

cas feitas por Bolsonaro, sem qualquer base factual, somaram-se ataques aos meios jornalísticos e contra as empresas de enquetes das tendências eleitorais. Ao mesmo tempo o Presidente em função utilizou-se da máquina do Estado, sobre a proteção de centenas de ordens indevidas de sigilo, de forma nunca vista numa eleição presidencial na Nova República. Assim, Bolsonaro afirmava que as eleições só seriam limpas e justas se ele fosse o vencedor.

Em tal clima, deu-se o segundo turno em 30/10/2022, quando Lula da Silva vence o Presidente em função, com 50,90% dos votos – ou seja, 60.345.999 votos – contra 49,10% – com 58.206.354 votos. Ou seja, com a estreitíssima diferença de 1.8% de votos em favor de Lula da Silva. Assim, o radicalismo bolsonarista, embora derrotado, não foi “quebrado” nas urnas, mostrando, ao contrário, uma grande capacidade de mobilização, sedução e convencimento. A diferença de 5.3% alcançada no primeiro turno reduziu-se no segundo turno a 1.8%. O bolsonarismo conseguiu convencer eleitores ausentes ou que haviam anulado seu voto a votar e, além disso, reuniu candidaturas avulsas e derrotadas em 2/10 – do PTB e uma possível parcela do eleitorado do candidato Ciro Gomes, entre outros. O que não estava claro então, embora as declarações neste sentido fossem corriqueiras entre bolsonaristas, que se tramava uma “alternativa” antidemocrática, anticonstitucional, de anular as eleições e desfechar um golpe de Estado para manter Jair Bolsonaro no poder malgrado o resultado eleitoral.

Aí residiam as razões do golpe, falhado, de 8 de janeiro de 2023.

O que nos propomos neste trabalho, através do recurso metodológico da História do Tempo Presente é uma análise “à quente”, no calor da hora, dos eventos que precederam e sucederam o 08/01/2023, em especial o período entre 12/12/2022 – quando se deram sérias violências e destruições em Brasília, que estender-se-iam até o dia 02/02/2023, quando se configura o caráter renitente da conspiração antidemocrática do bolsonarismo, passando por 21/01/2023 quando o Presidente Lula da Silva, de forma brusca, ao exonerar o Comandante do Exército junto com a tentativa de golpe uma crise militar.

Da mesma forma, nos vemos obrigado a voltar a uma temática dolorosa para as ciências sociais hoje no Brasil: as fontes e a extensão do bolso-

narismo no Brasil e suas relações com os militares⁵⁰. Daí avançamos duas hipóteses-quadro, gerais. para o entendimento do processo golpista. Uma primeira hipótese sobre a visão autoindulgente, benevolente, do povo brasileiro – mesmo quando se é duro e realista acerca das qualidades, ou ausência delas, de nossas elites, como no caso de Darcy Ribeiro⁵¹ e Florestan Fernandes⁵² – estamos perante uma realidade, por ora, insuperável. Uma extensa parcela do povo brasileiro, parafraseando Wilhem Reich sobre o nazismo na Alemanha, “desejou” o bolsonarismo. Este não é uma invenção de Jair Bolsonaro, que apenas “capturou” com eficácia sentimentos vagos e dispersos, fragmentados na sua expressão cotidiana, e deu forma de cosmovisão aos velhos preconceitos, visões errôneas e deturpadas da História sob a forma de uma poderosa corrente política. Bolsonaro, nesse sentido, não é a causa, é, tão somente, o sintoma em forma política de uma sociedade desigual – no plano das classes sociais, das etnias e de gênero. Trata-se, pois, de debater o velho dilema que assaltou outras sociedades na primeira metade do século XX: que tipo de civilização ou barbárie os brasileiros escolherão como projeto de futuro para si e seus filhos. A segunda hipótese volta-se para a eficácia política do bolsonarismo: talvez um tanto pessimista, vimos que o projeto de Extrema-Direita no Brasil – por vezes em fusão com formas fascistas – conseguiu um grande feito: a unificação das Direitas brasileiras historicamente divididas. As vitórias constantes da Centro-Esquerda, modernizante e includente, no Brasil só foram paralisada, via o voto popular, em duas ocasiões: no governo Jânio Quadros (de janeiro até agosto de 1961) e Collor de Mello (de 1990 até 1992), em ambos os casos empurrados ao topo do Poder por campanhas moralizantes e sedutoramente anti-política. No entanto, nenhum dos dois conseguiu completar seus mandatos. Desde Dutra, Vargas, Juscelino, João Goulart – saltando o triste período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 – e, então, FHC, Lula da Silva e Dilma Rousseff foram presidentes do campo da centro-esquerda, por vezes com alianças mais à Direita, contudo todos modernizantes e includentes, que

50 Tratamos dessa temática, as origens e extensão do bolsonarismo, em: Teixeira Da Silva, Francisco C. e Schurster, Karl. A República Sitiada – Militares e Bolsonarismo no Brasil. Recife, Edupe, 2022.

51 Ver Ribeiro, Darcy. O Povo Brasileiro. São Paulo, Companhia de Bolso, 2007.

52 Fernandes, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

venceram as eleições livres. Os governos José Sarney (1985-1990) e Michel Temer (2016-2019) foram governos não eleitos, um chega ou poder pelos azares da História e o outro por um Golpe parlamentar-empresarial-militar. Assim, a Centro-Esquerda reformista, desenvolvimentista e includente conformou a entrada do Brasil na modernidade depois de 1930. Ora, a irrupção, da Extrema-Direita, unificando as Direitas tradicionais e democráticas, sob a liderança do bolsonarismo – fenômeno não aderente aos marcos básicos do “arco constitucional –, é uma novidade política estrutural, que altera e desestabiliza a própria Nova República.

Assim, definimos e recortamos o nosso tema as tratativas em torno de um Golpe de Estado, que desfechado foi, felizmente, derrotado e os limites temporais da análise compreendendo uma linha temporal da grande instabilidade institucional da República.

Nossas fontes serão os jornais e agências de notícias e, fundamentalmente, conversas e entrevistas feitas pelos próprios autores com lideranças políticas e militares e com funcionários em posições centrais no Estado brasileiro. Utilizamos nosso conhecimento e experiência de trabalho no Ministério da Defesa e no GSI, entre 1991 e 2016, ou seja os governos FHC, Lula 1 e 2 e Dilma Rousseff até 2016. Infelizmente, a maioria dos entrevistados e daqueles que nos concederam espaço de conversas e avaliações da situação de grave ameaça ao Estado de Direito que vivemos, solicitaram a manutenção do anonimato. A instabilidade política, e possíveis consequências funcionais, explicam tal cuidado, que procuramos rigorosamente seguir. Possivelmente, em alguns anos poderemos reescrever o texto que se segue com a identificação plena de alguns atores e de fontes aqui, por hora, ocultas. Em virtude de uma certa incompreensão do campo da nova História do Tempo Presente, área que nos dedicamos desde 1991, resolvemos dotar este pequeno trabalho de um capítulo, à guisa de “Introdução Metodológica”, sobre “Tempos Históricos, Memória e História do Tempo Presente”. O leitor interessado diretamente nos eventos golpista no Brasil sintase livre, sem qualquer prejuízo, para saltar esta árida empreitada e ir direto ao tratamento do tema desta publicação.



GOVERNO
MINISTÉRIO DA
FUNDAÇÃO NACIONAL
TERRA PROTEÇÃO

ACESSO INTERDITADO A PESQUISA
ARTIGO Nº 231 DA CONSTITUIÇÃO
ARTIGO Nº 18, § 1º
ARTIGO Nº 161 DO DECRETAR Nº 11.224/66

CAPÍTULO IV

Encontro marcado: o 8 de janeiro de 2023

Após a bela cerimônia de posse, em 1º de janeiro de 2023, quando o povo brasileiro, na ausência do presidente cessante, entregou a faixa presidencial a Lula da Silva, os responsáveis pela segurança do Presidente Lula da Silva, no seu terceiro mandato - fora presidente entre 2003 e 2011 em dois mandatos consecutivos -, viveram um natural relaxamento nas perspectivas de crise e confronto com a Extrema-Direita. Durante meses, após o segundo turno das eleições presidenciais de 30/10/2022, dezenas de grupos de extremistas vinham anunciando, com slogans do tipo: "Ele não vai subir a rampa!" - em uma referência à arquitetura futurista do Palácio do Planalto, sede da presidência brasileira - a iminência de atos de violência contra a sucessão presidencial. Entre os autores das ameaças, inclusive armadas e propondo a morte do novo presidente, contra a assunção de Lula da Silva, estavam funcionários civis e militares do próprio sistema de segurança do Estado brasileiro, incluindo os órgãos de garantia e prevenção de crises, como o notório Gabinete de Segurança Institucional/GSI, criado em 1999, diretamente ligado à Presidência da República e com escritórios no próprio Palácio do Planalto⁵³. Durante quase dois meses depois das eleições, criou-

53 TRIBUNA DO NORTE. Programação da posse de Lula será reavaliada após ameaça de atentado, diz Flávio Dino, 26/12/2022, In: <http://www.tribunadonorte>.

-se um clima de ameaças e insegurança, não mais contra o sistema eleitoral, mas contra a própria sucessão e, mesmo, a vida do novo presidente. Assim, os encarregados de prever, gerir e reprimir ameaças à “Ordem e ao Estado de Direito” estavam, desde o resultado das eleições de 30 de outubro de 2022, a conspirar abertamente contra a própria Democracia que deviam proteger. O chefe do GSI, função em nível ministerial, durante os anos do governo Bolsonaro (2019-2023), era o general Augusto Heleno (nascido em 1947), um conhecido militar que sempre se manteve na oposição ao próprio ordenamento constitucional da “Nova República”. Não se tratava de oposição ao Partido dos Trabalhadores/PT e seus dirigentes. Era em verdade oposição à própria existência da “Nova República”, criada após o final do Regime Civil-Militar no Brasil (1964-1988)⁵⁴. Antes mesmo da transição democrática, o general Heleno havia sido punido, embora de forma muito suave, quando em 1977 apoiou uma tentativa de golpe de Estado promovida pelo chefe da “linha dura” militar no Brasil, general Sylvio Frota, então ministro do Exército do Governo Militar (na época exercido pelo general Ernesto Geisel entre 1974 e 1979). O general Frota acusou o próprio regime militar – a partir do uso das “fichas” do temível Serviço Nacional de Informações/SNI⁵⁵, de “acoitar” dezenas de comunistas na administração federal, declarando-se abertamente contra o projeto da “Transição Democrática” no país. Tratava-se do projeto de “Abertura controlada”, uma liberalização paulatina e sob controle dos militares do regime ditatorial vigente no país desde 1964⁵⁶. A “Abertura Política” promovido por Geisel e seu conselheiro político, o general Golbery do Couto e Silva fora imaginada exatamente como um pacto entre elites para descomprimir o regime. Porém, nem mesmo tal “abertura” lenta, gradual e segura” – embora tenhamos dúvidas se isso foi dito desta forma – agradava a linha dura dos militares. Embora tenha sido um processo de “Transição” política no Brasil mantido sob controle, durou

com.br/noticia/programaa-a-o-da-posse-de-lula-sera-reavaliada-apa-s-ameaa-a-de-atentado-diz-fla-vio-dino/554260, consultado em 18/01/2023.

54 Ver Teixeira Da Silva, Francisco C. “A modernização Autoritária” In: Linhares, Maria Yedda (Org.) História Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 10ª. Edição, 2016.

55 Sobre o papel do SNI na ditadura civil-militar ver: Figueiredo, Lucas. Misticismo do silêncio: a história do serviço secreto de Washington Luis a Lula (1927-2005). São Paulo: Record, 2005,

56 Gaspari, Elio - A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia da Letras, 2004

o longo período entre 1977 e 1988, quando finalmente foi aprovada a nova Constituição Federal. A República que nascia em 1988, com seu arcabouço alargado pelo empuxo de milhões de pessoas que foram às ruas exigir a anistia e depois eleições “diretas já” transbordou os limites do projeto inicial de Geisel-Golbery e encontrou forte oposição dos setores “duros” das Forças Armadas.⁵⁷

A lentidão do processo de “Abertura” expressa muito bem o caráter de “Transição Acordada”, ou “pactada/pactuada”, da transição democrática brasileira, iniciada com o Decreto Geral de Anistia de 1979, que abriu caminho para o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos e, infelizmente, perdoou ao mesmo tempo os torturadores e sequestradores do Regime Civil-Militar. O modelo adotada pela transição espelhava-se na transição “acordada” espanhola, tendo os chamados Pactos de Moncloa um forte impacto na modelagem da “Abertura” no Brasil. As transições “por colapso”, como no caso da Argentina, Grécia ou Portugal não tiveram grande influência no Brasil, impondo-se o modelo de acordo das elites do velho regime com os representantes dos movimentos populares do tipo que ocorria, então, na Espanha e seria implantado no Chile – a pactuação da transição política⁵⁸. O núcleo “duro”, antidemocrático e autoritário das Forças Armadas, e seus chamados órgãos de inteligência e segurança, permaneceram intactos durante toda a “Transição/Abertura” do Regime, impondo limites ao desenvolvimento democrático das instituições.⁵⁹

Esse foi um legado pesado para a então jovem democracia brasileira.

Assim, sob a proteção das instituições de segurança do Estado, a Extrema-Direita, que permanecerá uma força adormecida nas instituições que impediram uma conversão democrática nas suas próprias estruturas (como

57 JORNAL OPÇÃO. General Sylvio Frota tentou derrubar o presidente Ernesto Geisel pra barrar a Abertura, 04/10/2021. Em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/general-sylvio-frota-tentou-derrubar-o-presidente-ernesto-geisel-pra-barrar-a-abertura-355969/>, consultado em 18/01/2023.

58 Teixeira Da Silva, Francisco C. e Schurster, Kar. Militares e Bolsonaroismo: um caso de Transição falhada e Democracia Inacabada. In: Idem. A República Sitiada. Recife, Edupe, 2022, pp. 267-302.

59 Fico, Carlos. “Militares e Política no Brasil” In: Teixeira da Silva, Francisco C. Dicionário de História Militar do Brasil, 1822-2022. Recife/Rio de Janeiro, Edupe/Editora da UFRJ, 2022.

as polícias, as Forças Armadas e parte da Magistratura) voltaram, gradualmente, a ocupar praças e jardins. Contudo, ocorria entre tais forças a tradicional, no Brasil, fragmentação das Direitas, em especial entre uma Direita que aceitava as novas regras democráticas e o novo extremismo negacionista da democracia.

A grande novidade, após as eleições de 30/10/2023, foi a emergência dos chamados “acampamentos dos patriotas”. Tratava-se de uma série de reuniões de variadas tendências direitistas, de monarquistas neointegralistas até simpatizantes dos partidos de Direita com representação no Congresso Nacional, com uma forte presença de militares, da Ativa e da Reserva, policiais, bombeiros e guardas penitenciárias. Acampavam em frente a quartéis e comandos militares, como o QGI, Quartel General Integrado, em Brasília, defendendo abertamente a “Intervenção Militar” e “Intervenção Militar com Bolsonaro”⁶⁰. Incentivaram diariamente os militares a realizarem uma “Intervenção Militar”, através do Artigo 142 da Constituição Federal – algo claramente ilegal – eufemismo para golpe. Tratava-se de uma clara sedição contra as urnas eletrônicas, o sistema de apuração de votos, o próprio Tribunal Superior Eleitoral/TSE (encarregado de organizar as eleições no Brasil) e, claro, contra os resultados. Tais exigências, sem nenhuma reação do Ministério Público Federal ou da Procuradoria Geral da República, expressavam as próprias mentiras divulgadas em rede pública de comunicação pelo Governo Bolsonaro, por vezes em “lives” onde o próprio presidente aparecia ladeado pelo Ministro da Justiça, Anderson Torres, ou militares de sua assessoria palaciana. Durante muito tempo, mesmo no exercício da Presidência, Jair Bolsonaro alegou, sem qualquer prova, que as urnas eletrônicas seriam fraudulentas. Só haveria legalidade nas eleições se ele próprio fosse o vencedor⁶¹. O ápice da campanha presidencial contra o

60 UOL. À espera de golpe contra Lula, acampamento bolsonarista em Brasília se mantém e incomoda transição... -In: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2022/12/28/a-espera-de-golpe-contralula-acampamento-bolsonarista-em-brasilia-se-mantem-e-incomoda-transicao.htm?cmpid=copiaecola>, 28/12/2022. Consultado em 21/01/2023.

61 UOL. Sem provas, Bolsonaro diz que foi ‘roubado demais’ na eleição de 2018... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/11/20/sem-provas-bolsonaro-diz-que-foi-roubado-demaish-na-eleicao-de-2018.htm?cmpid=copiaecola>, 20/11/2020. Consultado o 19/01/2023.

sistema eleitoral e a livre manifestação das urnas se deu quando o Presidente convocou os embaixadores creditados em Brasília para anunciar, perante uma plateia perplexa, que haveria fraude nas eleições e ele não aceitaria, desde logo, os resultados eleitorais⁶².

Além de não ter provas de fraude eleitoral, Bolsonaro atacou a imprensa e, em seguida, as empresas de pesquisa eleitoral como parte da fraude organizada pelo TSE, o STF e as forças “tradicionais”. Bolsonaro apresentava a si mesmo como uma “candidatura antissistema”, numa fraca imitação do desprezo pela democracia de Benito Mussolini em 1922 ou, mais concretamente, das intenções auto golpistas de Jânio Quadros em 1961⁶³.

Com apoio do Ministro da Defesa e do Comandante do Exército, exigiu que o TSE respondesse a perguntas puramente formais, apresentadas por uma comissão de militares sobre o funcionamento das urnas eletrônicas, e que os militares fossem incorporados na validação dos resultados, criando uma forte teoria conspiratória sobre a manipulação do “código fonte” das urnas, assunto de especialistas e que serviu esplendidamente para reforçar as dúvidas sobre o sistema eleitoral. Mesmo após as explicações da Justiça federal, examinadas e aceitas pelos partidos políticos e instituições universitárias, Bolsonaro continuou declarando a existência de fraude no processo eleitoral⁶⁴. Sua insistência levou à abertura de uma ação, no Supremo Tribunal Federal/STF – parte do “Processo contra Atividades Antidemocráticas”, contra o próprio Bolsonaro e o líder do Partido Liberal/PL, Valdemar da Costa Netto, que endossou as alegações de Bolsonaro, sem quaisquer materialidades ou indícios de fraude⁶⁵.

62 UOL. Não faremos papel de idiota, diz Bolsonaro ao citar Exército e atacar urna... In: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/06/07/bolsonaro-07-de-junho.htm?cmpid=copiaecola>, 07/06/2022, consultado em 21/01/2023.

63 Silva, Hélio e Carneiro, Maria Cecília Ribas. *A Renúncia* 1961. São Paulo: Editora Três, 1975.

64 EL PAÍS. Bolsonaro não tem provas sobre fraude de urnas, mas insiste em ilação já desmentida por TSE, 20/07/2021. Consultado em 21/01/2023.

65 SINTRAJUFÉ. Bolsonaro quer “apuração paralela” de votos pelos militares, 28/04/2022. In: <https://sintrajufe.org.br/ultimas-noticias-detalle/bolsonaro-quer-apuracao-paralela-de-votos-pelos-militares-tentativas-de-desacreditar-eleicoes-sao-questionadas-judicialmente-pelo-sintrajufe-rs/>; O TEMPO Bolsonaro quer apuração paralela por militares em computadores próprios, 28/04/2022. In: <https://www.otempo.com.br/politica/governo/bolsonaro-quer-que-milita->

A saúde do sistema eleitoral brasileiro, desde a criação da Nova República, em 1985, e das urnas eletrônicas, em funcionamento desde 1996, nunca havia sido questionada, nem por partidos de direita ou esquerda, nem por qualquer outra instituição. O próprio Bolsonaro foi eleito várias vezes deputado federal com o sistema eletrônico em funcionamento.⁶⁶

No entanto, a insistência do presidente Bolsonaro em questionar o sistema eleitoral, em especial o funcionamento das urnas eletrônicas, conseguiu gerar forte insegurança sobre os resultados em setores importantes da população, já propensos a acreditar nas teorias conspiratórias da Extrema-Direita. O próprio Ministério da Defesa levantou dúvidas sobre a imparcialidade do processo, ecoando em grande parte da tropa. Para remediar tais suspeitas, o STE criou uma comissão de transparência eleitoral, que incluía, surpreendentemente, representantes militares do Ministério da Defesa.⁶⁷

As falsas acusações de Bolsonaro – certo a essa altura da campanha eleitoral de uma provável derrota contra Lula da Silva – eram claramente dirigidas ao seu eleitor médio, propenso a acreditar em teorias da conspiração, sem muita cultura política ou histórica, sem experiência ou capacidade para entender o sistema computacional das urnas. Simplesmente queriam acreditar no seu líder, a quem chamam de “Mito” ou simplesmente “o capitão”. Bolsonaro criou, assim, um clima de insegurança e desafio ao sistema eleitoral que teria sérias consequências nos dias seguintes ao 30/10/2022. Em tempo recorde, o TSE apresentou as respostas às perguntas – 80 itens – co-

res-facam-apuracao-paralela-em-computador-proprio-1.2660148, consultado em 19/01/2023.

66 De fato, Bolsonaro foi vereador no Rio de Janeiro entre 1989 e 1990, depois eleito deputado federal pelo Partido Democrata Cristão/PDC (mais tarde passou para outros cinco partidos de Direita). Entre 1991 e 2019 permaneceu no Congresso Nacional com uma atuação medíocre. Passou do terceiro deputado mais votado do Rio de Janeiro, em 1994, para a vigésima primeira posição, em 2002, sem estar, desde então, entre os dez deputados mais votados do Rio.

67 CNN. TSE responde a questionamentos da Defesa sobre o sistema eleitoral, 09/05/2022. Em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tse-responde-a-questionamentos-da-defesa-sobre-o-sistema-eleitoral/>. Em 02/11/2022, o TSE publicou uma “Nota” esclarecendo as questões colocadas pelo ministro da Defesa, general Braga Netto, destacando que se tratava de um genérico “Pedido de Informação”. Ver: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/nota-de-esclarecimento-perguntas-das-forcas-armadas-para-compreender-o-sistema-serao-respondidas-em-breve>. Consultado em 20/01/2023.

locadas pelo Ministério da Defesa, incluindo os aspectos técnicos de contagem e divulgação dos resultados, o controle do código-fonte, além de convocar militares para a segurança prévia das urnas. Mas, naquela altura, as dúvidas levantadas por Bolsonaro já estavam incorporadas ao clima mental do bolsonarismo, passando a ser parte importante do imaginário bolsonarista. Setores importantes da sociedade, incluindo muitos militares, continuaram a argumentar que o sistema eleitoral não era sólido. Nessas condições, Bolsonaro polarizou ao máximo a sociedade brasileira e incentivou grupos extremistas, inclusive armados – os famosos CACs, grupo de “Colecionadores, atiradores e caçadores” a quem Bolsonaro favoreceu a aquisição de um grande número de armas –, a defenderem o “voto” contra possíveis fraudes patrocinadas por “comunistas”, “bolivarianos”, a grande mídia, enfim, “a sociedade corrupta”, apresentando-se como o único candidato “antissistema” e vítima do próprio “sistema”. Como entidades clandestinas norte-americanas, de caráter miliciano armado, como a F.E.A.R., muitos extremistas, autodeclarados “patriotas”, começaram a arquitetar a deposição dos ministros do STF, do STE e a própria interdição de Lula da Silva⁶⁸.

No entanto, entre a população brasileira como um todo, apenas 20% aderiram às falsas razões de desconfiança contra o sistema eleitoral, enquanto 47% disseram confiar plenamente no sistema eleitoral e outros 32% disseram confiar razoavelmente nele, somando uma alta taxa – 79% – daqueles que confiavam no sistema eleitoral e não acreditavam em fraudes em urnas eletrônicas.⁶⁹

68 Ver: Shapiro, Eliza (August 30, 2012). “FEAR Militia Group Faces the Music”. *The Daily Beast*. Retrieved May 25, 2013.

69 AGÊNCIA JOTA.INFO. TSE responde às Forças Armadas sobre funcionamento das urnas eletrônicas, 16/02/2022. Em: <https://www.jota.info/eleicoes/tse-responde-as-forcas-armadas-sobre-funcionamento-das-urnas-eletronicas-16022022>. Acessado em 20/01/2023. Entre os 22 militares – generais em comando, almirantes, coronéis e comandantes do Mar-e-Guerra – consultados entre 8 e 20 de janeiro de 2023, mantiveram numa parte dominante, quase 90% – sérias dúvidas sobre o sistema eleitoral e o funcionamento das urnas eletrônicas. Muitos somam à desconfiança do sistema eletrônico a “interferência” do STF e do TSE no processo eleitoral, especialmente dos juízes do Supremo Tribunal Federal – Alexandre de Moraes e Luis Roberto Barroso – que teriam “desequilibrado” o processo eleitoral a favor de Lula da Silva. Todos os oficiais consultados pediram que suas identidades fossem ocultadas. Então, infelizmente, devido à situação política instável no país, não podemos esclarecer os locais de serviço e os nomes dos entrevistados, limitando-me a apre-

Bolsonaro, no entanto, recebeu decisivo apoio dos inimigos históricos da Nova República. Militarizou o Estado brasileiro ao designar, segundo o Tribunal de Contas da União/TCU, 6.175 militares para a gestão pública civil. Número que pode, entretanto, ter chegado ao patamar de 7 mil em 30/12/2022 em face das constantes nomeações. Militares foram nomeados para cargos centrais na Saúde Pública, e para o Ibama e a Funai, abrindo caminho para uma terrível tragédia da História do Brasil⁷⁰. Enquanto isso, assuntos importantes e tradicionais das Forças Armadas, desde o controle de fronteiras, a parceria com a Funai e a presença militar na ONU, foram negligenciados pelo Presidente.

Os extremistas, expulsos do poder após a “democratização” entre 1977 e 1985, conseguem assim se reagrupar em torno de figuras de destaque da Extrema-Direita e da e do bolsonarismo, retornando a posições de poder em 2019 com a eleição de Jair Bolsonaro. Este último nunca reconheceu a existência do regime militar de 1964, da tortura e os sequestros nos “Anos de Chumbo”, zombando abertamente das vítimas das brutalidades cometidas, mesmo diante dos familiares dos desaparecidos. Durante seu governo, nomeou militares negacionistas para a “Comissão de Anistia e Reparação às Vítimas do Regime Militar”, com o objetivo de paralisar os processos de reparação, suspendendo diversos processos já em curso. Bolsonaro, que sempre expressou publicamente seu ódio contra os professores, e especialmente os professores de história – além do desprezo e da pura ignorância em relação às artes, cultura e a ciência em geral – é a expressão mais completa anti-intelectualismo e do negacionismo brasileiro.⁷¹

sentar apenas as patentes, a data da entrevista e se são de Reserva ou de Serviço Ativo. AGÊNCIA ISSO. Mais militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro, 10/06/2022. Em: <https://www.jota.info/jotinhas/mais-militares-assumiram-cargos-no-executivo-no-governo-bolsonaro-10062022>. Consultado em 19/01/2022.

70 ISTÓ É. Governo Bolsonaro debocha dos brasileiros que foram torturados e mortos durante o regime militar, 21/04/2022. Em: <https://istoe.com.br/amarca-da-tortura/>. Acessado em 19-01-2023.

71 GAZETA GAÚCHA/GZG. Fala de Bolsonaro sobre desaparecido na ditadura causa repúdio até de aliados, 29/07/2019. In: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/07/fala-de-bolsonaro-sobre-desaparecido-na-ditadura-causa-repudio-ate-de-aliados-cjyp2f7el01o401mgntuzt6sz.html>. Consultado em 20/01/2023.

Da mesma forma, Bolsonaro nega o aquecimento global, a importância das florestas tropicais e até mesmo a natureza da pandemia de Covid-19. Sob sua liderança, o ministro da Saúde, o notório general Pazuello - alheio aos meios médico-sanitários - levou o Brasil ao abismo de 36,7 milhões de casos e 696 mil mortes por Covid-19 em 30/12/2022. Bolsonaro buscou atrasar, negar e impedir o processo de vacinação contra a pandemia, negando o uso de máscaras, da quarentena e o distanciamento social⁷².

Nomeou dezenas de militares para a Fundação Nacional do Índio/Funai, afastando especialistas na área e indígenas da gestão dos seus territórios. Sistemáticamente negou recursos médicos e de saúde a esses territórios, levando à tragédia do genocídio Yanomami. Tudo isso informado por um livro negacionista, escrito por um coronel do Exército que afirmava a inexistência do povo Yanomami, a partir de uma manipulação semântica. Ao contrário dos estudos de dezenas de antropólogos e historiadores, esse coronel - sem qualquer verificação de fontes - forjou em sua obra a falsa teoria de que os Yanomami seriam uma invenção da esquerda com ONGs globalistas para roubar ouro do Brasil. O processo de aniquilação da cultura e, posteriormente, física do próprio povo Yanomami começou no Governo Temer (2016-2019), quando o presidente nomeou pastores evangélicos e posteriormente militares para a direção da Funai. Com Bolsonaro, o órgão será completamente militarizado.⁷³

Bolsonaro, no caso da pandemia, mais uma vez, mentiu e zombou cruelmente das vítimas, dizendo que era uma “gripezinha”, sem maiores consequências, da mesma forma que acusou os povos originais de atrasar o desenvolvimento do Brasil. Ele nunca foi capaz de confortar as famílias enlutadas e, expressando-se na típica “novilíngua” fascista, acusou a mídia e a assistência médica de serem um “bando de maricões”⁷⁴. Sob o novo governo

72 SENADO FEDERAL. Bolsonaro veta uso obrigatório de máscara no comércio, em escolas e em igrejas. In: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/03/bolsonaro-veta-uso-obrigatorio-de-mascara-no-comercio-em-escolas-e-em-igrejas>, 03/07/2020. Consultado em 21/01/2023.

73 O livro negacionista chama-se “A Farsa Yanomami”, escrito pelo coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto, publicado em 1995, no Rio de Janeiro, pela Editora Biblioteca do Exército/Bibliex. O livro, apesar de sua fragilidade científica, foi amplamente utilizado em escolas e academias militares brasileiras

74 O GLOBO. ‘Chega de frescura, de mimimi’: frase de Bolsonaro repercute

Bolsonaro, as forças de segurança do Estado tornaram-se, com a benevolência e favores do presidente, uma autêntica “fortaleza” da extrema direita⁷⁵.

Sem dúvida, o resultado mais doloroso do governo Bolsonaro foram as alocações inadequadas feitas à FUNAI/Fundação Nacional do Índio e os serviços médicos negados às populações indígenas do Brasil, muitas vezes desviados para os invasores garimpeiros e o mercado clandestino. Os trágicos resultados para o povo Yanomami na Amazônia levariam ao indiciamento, pela Procuradoria-Geral da República, em 19/01/23, de Bolsonaro como responsável por genocídio. Os Yanomami são cerca de 35 mil indivíduos localizados no estado amazônico de Roraima que sofrem um tremendo impacto devido à presença de garimpeiros, madeireiros e pescadores ilegais nas terras Indígenas⁷⁶. Nada semelhante havia acontecido no regime militar implantado em 1964, quando os ministérios “técnicos”, como Saúde, Fazenda, Planejamento foram reservados aos chamados “sábios” ou os “homens dos livros”, como no caso de Delfim Netto, Francisco Campos ou Mario Henrique Simonsen. Na Saúde, foram indicados médicos de grandes instituições nacionais. A perseguição contra professores e pesquisadores, como em Manguinhos e na UFRJ, nunca chegaram, sob a ditadura militar, ao nível massivo de negação da própria ciência. Embora a terrível epidemia de meningite, que atingiu a população, em especial sua faixa infantil-es-

na imprensa internacional, 05/03/2022. In: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/05/chega-de-frescura-de-mimimi-frase-de-bolsonaro-repercutena-imprensa-internacional.ghtml>, consultado em 21/01/2023.

75 AGÊNCIA POTÊNCIA 360. 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia... Leia mais no texto original: (<https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>). Em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>, consultado em 19/01/2023. Para uma análise da “novilíngua” do bolsonarismo veja: Teixeira Da Silva, Francisco C.; “O Discurso de Ódio: análise comparada das linguagens dos extremismos”; Revista nuestraAmérica; ISSN 0719-3092; Vol. 7; núm. 13; enero-junio 2019

76 O povo Yanomami tem sido vítima de um processo sistemático de genocídio nos últimos seis anos. Madeireiros, pesquisadores e pescadores ilegais - como os que mataram Dom Philips e Bruno Pereira - invadiram a “Urihi”, a floresta-terra, entidade cósmica viva da cosmovisão Yanomami, em busca de ouro, madeira e pedras preciosas. Eles feriram mortalmente a “floresta-terra”, envenenando as águas através da mineração ilegal (uso de mercúrio), matando os “animais-irmão” e envenenando o povo da floresta. Conversa com o autor em Roraima.

colar de São Paulo, entre 1971 e 1976, com mais de 67 mil casos, tenha sido ocultada da população brasileira através da censura, foram criados grandes esquemas de vacinação em escolas, fábricas e igrejas, a partir de 1975, bem ao contrário do comportamento do Governo Bolsonaro perante a pandemia de covid-19⁷⁷.

⁷⁷ Schneider, Catarina et alii. O retrato da epidemia de meningite em 1971 e 1974 nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. In: RECIIS – Rev Eletron de Comun Inf Inov Saúde. 2015 out.-dez.; 9(4) | [www.reciis.iciict.fiocruz.br] e-ISSN 1981-6278, consultado em 21/01/2023.



CAPÍTULO V

As bases sociais do bolsofascismo

Desde a campanha eleitoral, Bolsonaro mobilizou diversos segmentos da sociedade brasileira em torno de uma agenda negacionista. Em especial os grupos sociais das camadas média e baixa urbanas, especialmente nas cidades de 300 a 500 mil habitantes do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país aderiram efusivamente ao bolsonarismo. Uma grande parte dos funcionários dos setores público e privado adotou muito rapidamente o discurso “politicamente incorreto” e a linguagem de mensagens agressivas, violenta e muitas vezes obscenas – o núcleo da novilíngua bolsonarista. Tanto o discurso autoritário em defesa da família heteronormativa patriarcal carregado de misoginia e homofobia, quanto os ataques contra a Esquerda, especialmente em defesa de pequenos empresários, lojistas e produtores rurais conseguiram unificar vastos segmentos sociais até então sub-representados – devido à sua dispersão –, no cenário político-partidário brasileiro. O governo Bolsonaro proporcionou aumentos salariais e privilégios abrangentes para os militares, incluindo a possibilidade de acumular soldos militares com comissões de postos na administração civil. Ao mesmo tempo, defendeu as forças policiais e sua brutal política de violência contra os pobres, negros e pardos, especialmente na periferia das grandes cidades brasileiras. Ele cortejou, em particular, a Polícia Militar dos estados da Federação, decretando anistias para policiais envolvidos em crimes e assassinatos contra a popu-

lação civil e a população carcerária, em especial o chamado “Massacre do Carandiru”. Tais tropas de “segurança pública” se tornariam contingentes fortes e coesos, leais ao bolsofascismo participando de forma ativa e passiva dos eventos de 8 de janeiro de 2023.

A Polícia Militar no Brasil forma um exército de 660 mil soldados, com outros 250 mil na Reserva, nem sempre fiéis e disciplinados e obedientes ao controle civil dos governadores dos Estados da Federação. Esse sempre foi um contingente que mereceu toda a atenção de Bolsonaro e de seus ministros, com favoritismo aberto. Da mesma forma, Bolsonaro também buscou controlar a Polícia Federal/PF. O presidente foi protagonista de um grande escândalo ao tentar manipular a PF em favor de seus filhos envolvidos em casos de corrupção, a chamada “organização das rachadinhas”⁷⁸. Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros, Guardas Penitenciários e guardas particulares – estes que formam um mega exército de 1,7 milhão de homens armados, com baixa formação técnica e tática e práticas muito violentas, inclusive um acentuado sentimento racista ao tratar o público – são os principais seguidores de Bolsonaro, superando em muito o contingente das Forças Armadas brasileiras.

Algumas outras categorias sociais, como caminhoneiros, taxistas e pequenos empresários, lojistas – que apoiaram o presidente em sua luta contra o distanciamento social e o fechamento do comércio durante a pandemia – tornaram-se pilares do bolsofascismo. Muitos taxistas, dado seu constante acesso ao público, favorecidos pela política de preços do combustível e por prêmios, tornaram-se porta-vozes do bolsonarismo e caminhoneiros assumiram a vanguarda de bloqueios e paralisações de tipo golpista⁷⁹.

No entanto, os setores mais poderosos da economia brasileira, como o agronegócio e o chamado “mercado financeiro”, distante do chão de fábrica,

78 PODER 360. Rachadinha é uma “prática comum”, diz Bolsonaro...In: . <https://www.poder360.com.br/governo/rachadinha-e-uma-pratica-comum-diz-bolsonaro/>, 13/08/2022. In: <https://www.poder360.com.br/governo/rachadinha-e-uma-pratica-comum-diz-bolsonaro/>, Consultado em 21/01/2023.

79 CNN. Bloqueios nas rodovias, silêncio de Bolsonaro e mais de 1º de novembro, 01/11/2022. In: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bloqueios-nas-rodovias-silencio-de-bolsonaro-e-mais-de-1o-de-novembro/>, consultado em 21/01/2023.

apoiaram Bolsonaro até o fim de seu mandato, participando firmemente da construção de um clima de pânico econômico contra a candidatura de Lula da Silva. Particularmente o agronegócio, fortemente oposto a uma política de defesa da floresta tropical e de biomas como o Pantanal e o Cerrado, além de favorecido por medidas de isenção fiscal e liberação em massa de agrotóxicos, foi o núcleo econômico de apoio e financiamento do bolsonarismo. Muitos deles serão responsáveis por pagar os ônibus, hospedagem e alimentação dos “acampamentos patrióticos”, de onde partiram os ataques à Democracia de 08/01/2023 e, antes disso, na noite destruição e fogo em Brasília em 12/12/2022 – como foi o caso das manifestações anti-Dilma em 2016⁸⁰. Vários produtores rurais, setores da frigorificação e exportação de carne e grãos ameaçaram seus empregados com a demissão caso Lula da Silva tivesse a vitória nas suas áreas municipais, repetindo velhas práticas de voto “de cabresto” típicos da Velha República de 1889⁸¹. O próprio Governo Federal utilizou-se de mecanismos do Estado, desde a isenção de impostos até a manipulação do famigerado “orçamento Secreto” para influir, através do poder público, nos resultados da eleição⁸².

Muitos dos proprietários de terras abriram novas fazendas de gado em áreas indígenas ou de proteção natural, destruindo a floresta, enquanto garimpeiros envenenavam as águas dos rios – tudo isso não só com o silêncio, mas acima de tudo, com o incentivo do Presidente Bolsonaro. Tais “pecuaristas” são, ao mesmo tempo, garimpeiros e madeireiros, nas áreas afastadas de estados da Amazonia. Um papel importante foi desempenhado pela política frouxa do ex-presidente diante de irregularidades e crimes do vasto segmento de garimpeiros e madeireiros, especialmente na Amazônia e no Pantanal com a invasão de terras indígenas, uso de mercúrio na mineração e a revogação das leis de proteção ambiental, o desmantelamento de órgãos especializados no monitoramento do desmatamento – como o

80 De acordo com as conversas do autor com participantes dos “acampamentos patrióticos” no Rio de Janeiro e em Brasília entre 01/05/2023 e 01/07/2023.

81 Ver Leal, Víctor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

82 UOL. Governo despejou R\$ 21 bilhões extras na mão de eleitores durante campanha... – Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/21/governo-bolsonaro-concedeu-r-21-bilhoes-extras-a-eleitores-na-campanha.htm?cmpid=copiaecola>, 21/10/2022. Consultado em 21/01/2023.

Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente/Ibama ou o Instituto Chico Mendes incluindo a demissão de funcionários - forjaram uma sólida aliança entre esses grupos - o chamado “lobby pró-garimpeiros” e a “bancada do boi, da Bíblia e da bala” - e o Partido Social Liberal/PSL, o Partido Liberal/PL e outros, como o Podemos e o PTB, base de apoio do bolsonarismo, com o novo extremismo de Direita. Tais partidos sofreram uma violenta conversão às pautas mais acentuadamente extremistas, ora assumindo um discurso pretensamente “antissistema”, como o fez o Partido Nacional Fascista, na Itália, ora manipulando os dados da própria realidade com acusações de limitação dos Direitos Civis - “à nossa Liberdade” na novílingua bolsodefascista - ao próprio STF, ao STE e confundindo a incitação ao golpe e a violência com liberdade de expressão⁸³.

A confluência de garimpeiros, madeireiros e pecuaristas foi especialmente importante no chamado “Arco do Fogo”, que do sul do Pará ao Pantanal se tornou a área mais afetada pelo desmatamento. Também setores dedicados à pesca predatória e de volume industrial - responsáveis pelo assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira, em 06/05/2022 -, na Amazônia e no Pantanal, se juntaram a esses segmentos de madeireiros, pecuaristas e garimpeiros.

Grande parte dessas atividades predatórias, portanto ilegais, são apoiadas, controladas e protegidas por um poderoso cartel de drogas: a “Família do Norte”. Esses criminosos, aliados ao poderoso cartel paulista do PCC, o “Primeiro Comando da Capital”, dominam uma ampla gama de atividades predatórias na Amazônia. Da mesma forma, controlam o fluxo de drogas pela chamada “Rota do Rio Solimões”, causando brutais enfrentamentos com os aliados do “Comando Vermelho”/CV, na disputa das rotas de drogas e outros ilícitos. Esta nova “rota” de drogas - substituindo a tradicional “Rota do Sul” (Bolívia-São Paulo-Europa) liga a Bolívia/Peru, através da navegação no rio Solimões (primeiro nome do rio Amazonas), após a pacificação das Farc na Colômbia, passaram a controlar a rota para Manaus/Natal/Fortaleza (aeroportos) e depois para a África e Europa⁸⁴.

83 O GLOBO. PF busca provas de que ‘minuta do golpe’ circulou entre autoridades do governo Bolsonaro, 23/01/2023. In: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/01/23/pf-busca-provas-de-que-minuta-do-golpe-circulou-entre-autoridades-do-governo-bolsonaro.ghtml>, consultado em 21/01/2023.

84 UOL. Pecuaristas usavam Pix de loja de informática para financiar atos gol-



A “Rota do Solimões”: a necessidade de revisão do papel do Comando Militar da Amazônia e sua substituição pela PF. O controle de aeroportos, de equipamento moderno de voo, de monitoramento e de “C4I” – Controle, Comando, Comunicações, Computação e Inteligência – profissionais. Área de controle do 8º. Batalhão de Infantaria de Selva (com um destacamento de Batalhão de Engenharia e um excelente Hospital, com obstetria).

Todos esses segmentos – fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, pescadores ilegais, o crime organizado – têm frentes legais para lavagem de dinheiro, especialmente por meio de lojas que vendem materiais de construção, caça e pesca, material agrícola e ferragens. Muitas dessas “lojas”, com filiais em diversas cidades do Amazonas e Centro-Oeste, financiaram as violentas manifestações de 12/12/2022 e a tentativa de Golpe de Estado de 08/01/2023.

Algo que chamou a atenção da mídia e dos cientistas sociais, desde o surgimento do bolsonarismo como força política, foi a forte presença de idosos nas fileiras extremistas. Surpreendentemente, entre os presos em Brasília, em 08/01/2023, 600 deles eram idosos. Uma análise in loco dos “bolsonaristas” nos mostra que entre os participantes das depredações em Brasília, 65% eram homens, maiores de 35 anos (78%), brancos (66%) e com renda mensal acima de 5 salários-mínimos (54%). Muitos psicólogos sociais e psicanalistas preocupados com esse perfil etário dos bolsonaristas apontaram o fato de que os “acampamentos patrióticos” e as manifestações bol-

pistas... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/reporter-brasil/2023/01/20/pecuaristas-usavam-pix-de-loja-de-informatica-para-financiar-atos-golpistas.htm?cmpid=copiaecola>, 20/01/2023. Consultado em 20/01/2023.

sonaristas constituíram-se em locais de sociabilidade e segurança para idosos, e com confortos – cozinha, banheiro químico, barracas – permitiram, assim, uma nova experiência para indivíduos isolados e faixa etária solitária, a maioria amedrontada pela violência e a insegurança pública, fator importante da adesão de idosos ao bolsonarismo. Outros, no entanto, cínicos ou simplesmente realistas, lembraram a máxima do grande jurista brasileiro e fundador da República Ruy Barbosa: “... os canalhas também envelhecem!”⁸⁵

85 REVISTA EXAME. Homem, branco e conservador: o perfil do manifestante pró-Bolsonaro em SP, 27/05/2019. Em: <https://exame.com/brasil/homem-branco-e-conservador-um-perfil-dos-manifestantes-pro-bolsonaro-em-sp/>. Consultado em 20/01/2023.



CAPÍTULO VI

A “falha”: confiança quebrada!

O governo de Lula da Silva, empossado em 01/01/2023, chegava ao 8 de janeiro sem ainda o tempo necessário para substituir os responsáveis indicados por Bolsonaro-Augusto Heleno nos órgãos de segurança e inteligência e sem renovar, de forma democrática e republicana, tais órgãos. Não se tratava apenas do GSI, embora este pudesse ser um núcleo fundamental da conspiração golpista. Outras agências federais, como a Abin/Agência Brasileira de Inteligência – sucessora do temível SNI/Serviço Nacional de Informações da Ditadura Militar – ainda eram amplamente povoadas por elementos do “antigo regime” bolsonarista, muitos dos quais ocuparam cargos durante a Ditadura Civil-Militar de 1964.

Aos poucos, diante da inação do governo cessante e em plena fase eleitoral, multiplicaram-se as manifestações de extremistas, diante das quais o (então) futuro ministro da Justiça pediu ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (do MDB) que assumisse a responsabilidade pela retirada dos extremistas que haviam acampado em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília. No entanto, sem qualquer sucesso, frente a um Governo do Distrito Federal não só impassível ao contínuo aumento das atividades ilegais nos “acampamentos patrióticos”, mesmo depois de descoberta do terrorismo no local, como ainda nomeia o antigo Ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres, para o cargo de Secretário de Segurança da Capi-

tal Federal. O apelo do novo Ministro da Justiça sobre a impropriedade de tal nomeação ficou sem resposta⁸⁶. Mais tarde, na noite de 8/01, o próprio Comando Militar do Planalto desdobrou tropas, e carros blindados, para impedir a ação de agentes da polícia urbana da capital federal na retirada das barracas, cozinhas e banheiros químicos que por dois meses serviram, tanto em Brasília quanto em todo o Brasil, como núcleos da reação contra as eleições e de preparação de atos terroristas. Havia sinais muito fortes de descontentamento da Extrema-Direita com a eleição de Lula da Silva, passando da falsa denúncia de fraudes nas urnas para a direta ameaça à própria vida do presidente eleito com palavras de ordem do tipo “Não subirá a rampa”⁸⁷. Além dos acampamentos às portas dos quartéis onde pediam “Intervenção Militar Já!”, outros cartazes eram preocupantes, chegando a dizer que Lula da Silva estava morrendo e que um sócio, comunista, assumiria seu lugar. Às vezes, oravam pelo golpe de Estado com seus telefones celulares voltados para o céu para que Deus ouvisse melhor.⁸⁸

No dia da diplomação do novo presidente, 12/12/2022, os extremistas promoveram um forte distúrbio em Brasília com dezenas de ônibus e veículos particulares queimados nas ruas e a tentativa de invasão da sede da Polícia Federal. Da mesma forma, pretendiam invadir as instalações da Polícia Federal/PF do Brasília para libertar um líder extremista preso por ordem de um ministro do Supremo Tribunal Federal/STF.

Então ainda não se sabia, mas a “Noite de Fogo e Destruição” de 12/12/22, em Brasília, foi apenas um “ensaio geral” do que aconteceria no infeliz dia 08/01/2023. Na ocasião não houve qualquer prisão de depredadores ou esquema de policiamento acionado pelo GDF para evitar a violência pelo seu secretário de segurança, como se repetiria, também, no 08/01/2023⁸⁹.

86 O GLOBO. Dino diz que nomear.... <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/dino-diz-que-nomear-anderson-torres-para-seguranca-do-df-foi-erro-politico-devido-a-seus-antecedentes.ghtml>, 05/01/2023. Consultado em 21/01/2023.

87 METRÓPOLES. Rifle de bolsonarista que ameaçou matar Lula era de chumbinho, 30/12/2022. In: <https://www.metropoles.com/brasil/rifle-de-bolsonarista-que-ameacou-matar-lula-era-de-chumbinho-video>, Consultado em 21/01/2023.

88 Ver Pereira, Anthony. Ditadura e Repressão. Petrópolis, Paz e Terra, 2005.

89 METRÓPOLES. Atos de vandalismo terminam sem presos e deixam prejuízos na área central de Brasília, 13/12/2022. In: <https://www.metropoles.com/dis->

Em seguida, foram descobertas bombas que deveriam explodir – e felizmente falharam – em caminhões-tanque de combustível no Aeroporto Internacional de Brasília. Em suma, “a festa da Selma” – essa foi a frase-chave, ou código, entre os extremistas para a ação planejada em Brasília – estava a todo vapor. No entanto, como o próprio presidente Lula afirmaria em 12/01/2023 e depois em 18/01/2023 em entrevista para Natuza Nery, da Globonews, houve brutal “falha de segurança”, ausência de previsão e inteligência e disposição para dismantelar a ameaça extremista por parte das próprias forças de segurança. Ou seja, houve uma *falha* – voluntária ou não – dos órgãos do próprio Estado – no caso do GSI, a União –, tanto no nível do GDF quanto no nível federal. O governo do Distrito Federal, controlador da PM local, e os órgãos federais, no mesmo Palácio do Planalto, como o GSI e Abin, especificamente dedicado à segurança das instituições democráticas da nação, não foram capazes de agir em tempo, atendendo às suas funções preventivas ou preemptivas. Nos dias seguintes ao 08/01/2023, Lula da Silva deixou muito claro seu descontentamento, especificando que “...alguém abriu as portas do Palácio do Planalto” aos assaltantes extremistas.⁹⁰

trito-federal/atos-de-vandalismo-terminam-sem-presos-e-deixam-prejuizos-na-area-central-de-brasilia.

Consultado em 21/01/2023.

90 O GLOBO. Lula diz estar ‘convencido’ que portas do Planalto foram abertas para entrada de terroristas, 12/01/2023. Em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/12/lula-diz-estar-convencido-que-portas-do-palacio-do-planalto-foram-abertas-para-entrada-de-terroristas.ghtml>, consultado o 20/01/2023.



CAPÍTULO VII

Um janeiro estilhaçado!

Após os primeiros momentos do “grande susto” de domingo 08/01, quando grupos bolsonaristas atacaram importantes símbolos da República – os icônicos palácios projetados por Oscar Niemeyer para abrigar os “Três Poderes” da República – começou-se a refletir sobre a destruição do Palácio do Planalto e do Palácio do Supremo Tribunal Federal, bem como a depredação das duas câmaras do Congresso Nacional. Os primeiros depoimentos dos presos começam a dar substância ao que já sabíamos: 1. Não foi um movimento espontâneo ou uma súbita explosão de ódio que motivou os milhares de bolsonaristas – a multidão de bolsonaristas é estimada em 20 mil, dos quais pelo menos 4 mil atacaram especificamente o Palácio do Planalto – que atacou os “Três Poderes”; 2. Não só houve uma mobilização prévia, que fez uso de meios de comunicação como Wzaps e Twitter, como também houve amplo apoio que mobilizou pelo menos 150 ônibus que levaram – com todas as despesas pagas – os extremistas para Brasília e, por fim, 3. Houve uma evasão, abandono, da Polícia Militar do Distrito Federal da Capital de suas funções básicas, quando o contingente foi reduzido e, além disso, parte significativa da polícia do Distrito Federal apoiou, por ação ou inação, a marcha dos extremistas em direção aos palácios dos Três Poderes, chegando a escoltar o grupo de extremistas, com quem, em algum momen-

to, confraternizou, identificou-se e fotografou-se sorrindo⁹¹. Hoje sabemos, através do “Relatório sobre os Eventos de 08/01”, realizado pelo Interventor Ricardo Capelli, que as tropas, por si só insuficientes, de PMs do GDF disponíveis para conter os depredadores eram constituídas de jovens recrutas, sem experiência em controle de manifestações de massa.

Em suma, havia uma intenção por parte do GDF.

Da mesma forma, agora sabemos que deputados federais e alguns senadores incentivaram os ataques e produziram vídeos apoiando os extremistas na destruição de edifícios e do patrimônio cultural e artístico da República, tudo em nome da “liberdade do povo”. Também emissoras de rádio e televisão, como a “Jovem Pan” de São Paulo, transmitiu incentivos aos invasores e chamou a tentativa de golpe de “Dia da Liberdade”, com o povo tomando o poder em suas mãos⁹². Esses mesmos jornalistas foram, durante o Governo Bolsonaro, honrados com homenagens e condecorações militares⁹³.

Após momentos de perplexidade inicial em 08/01, o Ministério da Justiça iniciou, ainda nessa noite, um processo decisivo de intervenção e controle das desordens, ordenando a evacuação dos edifícios e a detenção dos invasores-depredadores. À ação do Ministério da Justiça se somou uma intervenção cirúrgica do Supremo Tribunal Federal/STF – também vítima das violências extremistas –, por meio do ministro Alexandre Moraes, que já avançava na investigação contra as “atividades antidemocráticas” em curso nos últimos momentos do Governo Bolsonaro. Assim, a mão pesada da Justiça, vinda do Executivo e do Judiciário, recaiu sobre o Governador do Distrito Federal e seu (ausente) Secretário de Justiça, justamente um ex-ministro da Justiça de Bolsonaro (que visitava na época o ex-Presidente na Fló-

91 UOL. Invasões em Brasília foram planejadas publicamente, mas forças de segurança não abortaram ofensiva... 08/01/2023, In: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/01>. Consultado em 19/01/2023.

92 PODER DE AGÊNCIA 360. MPF investiga “Jovem Pan” por incitação de atos extremistas... In (<https://www.poder360.com.br/justica/mpf-investiga-jovem-pan-por-licitacao-de-atos-extremistas/>), 10/01/2023. Consultado e 22/01/2023.

93 O GLOBO. Bolsonaro ataca Alexandre de Moraes e diz que não cumprirá mais decisões do ministro do STF, 12/09/2021. In: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/07/bolsonaro-ataca-alexandre-de-moraes-e-diz-que-ministro-tem-tempo-para-se-redimir-ou-se-enquadra-ou-pede-para-sair.ghtml>, consultado em 21/01/2023.

rida), que viria a se constituir em local de peregrinação da Extrema-Direita e de onde o ex-presidente continuará sua campanha de desestabilização da Democracia no país. A própria gestão de Anderson Torres, no Ministério da Justiça, foi marcada por uma série de medidas negacionistas e ameaçadoras da democracia. Até então havia certa unanimidade no governo, expressa no voto positivo da Intervenção Federal em Brasília no STF e no Congresso Nacional, quase que imediatamente⁹⁴.

Ibaneis Rocha (governador de Brasília) e Anderson Torres (secretário de Segurança Pública) rapidamente se tornaram o rosto do golpe e da perigosa sedição das forças policiais, em especial da PM do GDF.

A situação do ex-ministro da Justiça ficará ainda mais grave perante a Justiça quando uma operação de “busca e apreensão de documentos” da Polícia Federal encontra na residência de Anderson Torres um “rascunho”, ou minuta, de um decreto presidencial que estabeleceria o “Estado de Defesa” “no” STE, ou seja, uma intervenção na própria Justiça Eleitoral brasileira. O explosivo “Projeto” explicava a formação de uma “Junta” de auditores com maioria militar que anularia as eleições presidenciais e estabeleceria uma nova ordem eleitoral, incluindo o direito de prender os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, violar a privacidade e a livre expressão da cidadania, bem como a prisão de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal.⁹⁵

94 Bolsonaro se vai do Brasil... <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-deixa-brasil-na-tarde-desta-sexta-feira-com-destino-a-orlando-nos-eua/>, 12 /31/2023. Consultado em 2023-01-19. Após um longo silêncio e o não reconhecimento dos resultados eleitorais, Bolsonaro viajou para Orlando, onde se reuniu com assessores, como o ex ministro da Justiça Anderson Torres, e depois secretário de Segurança em Brasília. A frequência das visitas dos bolsonaristas ao ex-presidente levou alguns a falarem de uma “República Bolsonarista da Flórida”, de onde o ex-presidente monitorava a situação política no Brasil.

95 GAZETA DE SÃO PAULO. Documento para Bolsonaro anular resultado da eleição é encontrado na casa de ex-ministro, In: <https://www.gazetasp.com.br/brasil/documento-para-bolsonaro-anular-resultado-da-eleicao-e-encontrado-na/1119656/>, 12/01/2023. Recuperado na mesma data.



FORÇAS ARMADAS, SALVEM O BRASIL

FORÇAS

ARMADAS & JUD

CAPÍTULO VIII

Intervenção Militar ou ruptura com a tradição?

No entanto, já havia algumas rachaduras na unanimidade em torno das medidas do governo contra o golpe de Estado. Além do “desconforto” do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, do dito partido “Novo” - e um dos primeiros candidatos a suceder a Lula da Silva como alternativa de Direita ao próprio Bolsonaro - com o impedimento de seu “colega” de Brasília, os setores militares também se declararam surpresos. Muitos ligados ao Comando Militar do Planalto e ao próprio comandante do Exército “ficaram surpresos” com a opção por uma “Intervenção Federal”, e não o uso (que se tornou corrente nos governos de Temer e Bolsonaro) do instituto GLO/”- Garantia da Lei e da Ordem”, segundo o Artigo 142 da Constituição Federal, que daria poder de comando aos militares, que então nomeariam um general comandante para restaurar a ordem. Lula da Silva escapou assim do que ele mesmo chamou de “armadilha” do Instituto GLO, opinião que o presidente já amadurecera antes mesmo de 08/01/2023.⁹⁶

Em um clima nervoso, mesmo tumultuado de ameaças - com o envio,

96 Alguns dados aqui não serão referenciados de forma correta e rigorosa por serem o resultado, como já advertimos, de conversas entre autoridades políticas e policiais in situ com o autor e sujeitas a sigilo ex officio e para evitar danos reais, administrativos e até mesmo de segurança física, aos informantes.

como marcamos acima, de tropas e veículos blindados para a praça pública em defesa do “acampamento patriótico” em frente do QGI -, as possibilidades discutidas para lidar com a crise foram tratadas duramente. Lula da Silva, assessorado por especialistas, logo entendeu que o Instituto GLO representaria um alto risco de invocar para seu próprio governo a onipresente “Tutela Militar”.⁹⁷

Preferindo, com assessoria de alguns especialistas e com o apoio do secretário do Ministério da Justiça Wadiah Damous – o Artigo 34 da Constituição, o ministro Flávio Dino descartou recorrer à força militar, amplamente utilizada por governos anteriores, inclusive os do PT. No caso da intervenção da segurança pública em Brasília e da ordem de controle e restabelecimento da segurança das instituições da República, o ministro da Justiça se distanciou claramente da prática anterior, em especial da intervenção federal no Rio de Janeiro, em 18/02/2018, quando os militares assumiram o controle da “Cidade Maravilhosa”, a qual seguiu-se a até agora misteriosa morte da vereadora Marielle Franco, em 14/03/2018, em meio da “intervenção” comandada pelo general Braga Netto. Este tornar-se-á futuro braço direito de Bolsonaro, ou, segundo o lema do Exército Brasileiro, “a mão amiga e o braço forte” do Governo Bolsonaro.⁹⁸

De fato, os setores militares esperavam o uso do Instituto GLO e, com ele, a nomeação de um general para estabelecer um verdadeiro regime de tutela sobre a capital federal. No entanto, naquela noite o Governo Lula da Silva não tinha confiança na PM do GDF, na Força Nacional e no próprio Exército. Pelo contrário, a nomeação de Ricardo Capelli como interventor civil frustra as expectativas dos militares – ele é um jornalista com grande experiência política, tendo sido secretário nacional de Esportes no governo Lula, secretário de Comunicação Social do próprio ministro Flávio Dino (do Partido Socialista Brasileiro/PSB) quando era governador do Maranhão e,

97 POTÊNCIA 360. Lula diz que GLO em Brasília resultaria em golpe.. IN: (<https://www.poder360.com.br/governo/lula-diz-que-glo-em-brasilia-resultaria-em-golpe/>), 12/01/2023; ver ainda: VALOR ECONOMICO. Lula-diz-que-não-decretou-glo-para-evitar-golpe-após-ataques, 13/01/2023, In: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/01/13/>, consultados em 20/01/2023.

98 CONSULTOR JURÍDICO. ‘Intervenção por WhatsApp’: Flávio Dino conta bastidores do 8 de janeiro, 13/01/2023. In: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-13/intervencao-whatsapp-dino-conta-bastidores-janeiro>. Consultado em 19/01/2023.

apenas uma semana antes, fora nomeado secretário-executivo (um “vice-ministro na prática”) do próprio Ministério da Justiça. A reunião entre o Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, do Comandante da Região Militar do Planalto, o Comandante do Exército, o general Arruda, e o Ministro da Justiça, Flavio Dino e o recém-indicado interventor Ricardo Capelli foi inusitada, com ameaças ao próprio Ministro da Justiça por parte dos militares. Estes tentavam evitar prisões no “campamento patriótico” para onde haviam refluído os atacantes dos palácios da República. O impasse foi resolvido pela intervenção do próprio presidente da República acatando o aconselhamento do Ministro da Defesa em “adiar” para a manhã seguinte as prisões. O Presidente ainda não tinha as informações completas e ainda não sabia que os blindados já haviam sido deslocados para a praça pública. Nos dias seguintes, com maiores informações, Lula da Silva perderá a confiança no Comandante do Exército⁹⁹.

De qualquer forma, a partir da madrugada de 9/01/2023, o ministro da Justiça tinha firmemente em suas mãos a segurança da Capital Federal, incluindo o controle da Polícia Militar e da PF, com a indicação de seu novo Diretor-Geral, delegado Andrei Passos Rodrigues, sem qualquer intervenção do chamado “Poder Militar”. No entanto, os ataques terroristas contra torres de transmissão de energia e as tentativas de bloqueio de rodovias e a invasão de refinarias – fatos relegados pela mídia ao segundo plano – continuassem até o dia 10/01/2023¹⁰⁰.

Aqui temos a grande novidade institucional resultante da crise que teve seu primeiro pico em 12/12/2022, passando pelo 08/01/2023 – o segundo ponto de ebulição – estender-se-á com a demissão do comandante do

99 ESTADO DE SÃO PAULO. Lula admite perde de confiança no Exército.... <https://www.estadao.com.br/politica/lula-admite-perda-de-confianca-em-parcela-de-militares>. In: <https://www.estadao.com.br/politica/lula-admite-perda-de-confianca-em-parcela-de-militares-e-adia-escolha-de-ajudante-de-ordens/>, 13/01/2023. Consultado em 21/01/2023.confiança’ em parcela

100 Miola, Jeferson. Exército tinha GLO preparada para atuar depois do caos terrorista que ajudou a criar, 10/01/2023. In: <https://www.brasil247.com/blog/exercito-tinha-glo-preparada-para-atuar-depois-do-caos-terrorista-que-ajudou-a-criar>. Consultado em 19/01/2023. Ver também: Martins Filho, João Roberto. Cada GLO empodera os militares. In: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/01/18/cada-operacao-de-glo-empodera-os-militares.ghtml>, consultado em 19/01/2023

Exército em 21/01/2023. A “Intervenção Civil” contra o bolsonarismo foi justamente o oposto do que os depredadores exigiam nas ruas, a “Intervenção Militar Já”, marcando um rompimento com a tradição da tutela militar sobre a República¹⁰¹.

101 GOVERNO DO BRASIL. Lula decreta intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal, 08/01/2023. Em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/01/lula-decreta-intervencao-federal-na-seguranca-publica-do-distrito-federal>, consultado o 20/01/2023.



CAPÍTULO IX

Brasília ocupada: o fascismo em marcha!

Esse “calafrio” entre as entidades governamentais se aprofundou quando vários vídeos circularam na internet mostrando que a invasão do Palácio do Planalto teve uma dinâmica diferente da invasão do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional. Nestes dois últimos edifícios, os guardas locais resistiram, foram atacados e, em minoria, tiveram de recuar, com uma atuação impecável e até heroica na defesa das instituições da República¹⁰².

Em alguns casos, no STF e no Congresso Nacional, a resistência dos guardas locais salvou alguns espaços da destruição total. No caso do Palácio do Planalto aconteceu diferente: não houve resistência. As forças de segurança que deveriam proteger o prédio futurista de Oscar Niemeyer abandonaram suas funções. Não só os homens à disposição do GSI/Gabinete de Segurança Institucional não intervieram para impedir a invasão, como também o próprio GSI errou como uma entidade de inteligência e previsão de risco da Presidência da República - a própria razão da existência -. incapaz, nos dias anteriores, de diagnosticar a ameaça crescente¹⁰³.

102 BBC NEWS BRASIL. Os 3 erros que levaram às invasões em Brasília, Segundo Especialistas, 9/01/2023. In: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64205792>, consultado o 20/01/2023.

103 Teixeira Da Silva, Francisco C. “Com a Intervenção Civil Lula busca superar a Tutela Militar”, 14/01/2023. In: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/01/com-intervencao-civil-lula-adota-politica-que-tenta-superar-tute->

Isso explica a indignação de Lula da Silva nos dias que se seguiram aos acontecimentos de 08/01. Em entrevistas nos dias 12 e 14 de janeiro, ele afirmou enfaticamente que havia – além da frouxidão dos órgãos de segurança: “... Muitas pessoas dentro das forças militares em conluio com a depredação”. Portanto, seria necessário realizar uma ‘filtragem’ de todo o pessoal de segurança no Palácio do Planalto. Para o presidente, a partir de então, todas as ações omissivas e comprometedoras que levaram ao golpe de Estado devem ser examinadas¹⁰⁴.

Acontece que a invasão, tratada nos Wzaps dos extremistas como um “Convite à Festa da Selma”, foi um segredo de papel¹⁰⁵.

Tudo isso foi organizado nos agora notórios “acampamentos patrióticos”. Nas “tendas patrióticas” em frente ao QGI/Sede Integrada em Brasília, foi entregue a bomba que explodiria no aeroporto de Brasília ou no caminhão de combustível. O “acampamento” em si era chamado de “vila” patriótica, onde havia uma barraca-cozinha, banheiros químicos, uma tenda de jantar e um poderoso sistema de som ultramoderno. Além disso, o “acampamento patriótico” em Brasília tinha um “teatro de fantoches” e uma tenda de massagem terapêutica para idosos (algumas barracas chegavam a 100 metros quadrados e eram alugadas por R\$ 1.000 por dia). Da mesma forma, os “campistas” recorreram sistematicamente aos serviços do próprio QGI, explicitando o conluio entre os militares e elementos extremistas de Direita¹⁰⁶.

Assim, foi, e é o imperdoável para o presidente, que o Comando Militar

la-militar.shtml, consultado em 19/01/2023.

104 O GLOBO. Lula diz estar ‘convencido’ que portas do Planalto foram abertas para entrada de terroristas, 12/01/2023. Em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/12/lula-diz-estar-convencido-que-portas-do-palacio-do-planalto-foram-abertas-para-entrada-de-terroristas.ghtml>, Consultado o 20/01/2023.

105 A palavra-chave que designou o golpe foi “O Partido Selma”, em alusão aos acontecimentos de 1963 e 1965 nos Estados Unidos, quando supremacistas brancos atacaram uma marcha pacífica liderada por Martin Luther King, causando dezenas de vítimas. O tema foi popularizado no Brasil através do sucesso do filme americano “Selma”, de Ava DuVerney, em 2015. A escolha sarcástica do nome do movimento golpista explicita o caráter reacionário, supremacista e excludente do bolsonarismo.

106 O GLOBO. Entenda como acampamentos golpistas montados depois da eleição resultaram em atos de violência e terrorismo em Brasília, 30/12/2022. Em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml>, Consultado o 20/01/2023.

[da Região] do Planalto, o GSI (com militares na suas secretarias) e a Abin não soubessem o que acontecia em tais “tendas”. O que Lula da Silva apontou como uma “falha de inteligência” ou, em uma hipótese mais séria, seria o caso de possível conluio – sedição¹⁰⁷.

Uma agência de inteligência do governo deve, por obrigação, identificar riscos que se aproximam da Praça dos Três Poderes. A chegada dos ônibus e a mobilização dos bolsonaristas acampados em frente ao Quartel-General do Exército não foram suficientes para que a Inteligência identificasse o risco iminente. Já que muito antes de 08/01, já havia diagnósticos que apontavam para o risco implicado pelas concentrações da extrema direita nos chamados “acampamentos patrióticos” tanto em 12/12/2022 quanto em 08/01/2023¹⁰⁸.

Nos dias que se seguiram aos ataques extremistas em Brasília, o próprio presidente Lula da Silva apontou a tamanha “falha de inteligência” por parte dos recém-empossados líderes – no GSI, Abin e até mesmo no Comando do Batalhão Duque de Caxias – cuja função é defender o Palácio do Planalto/sede do governo, e também no Comando Militar do Planalto e no próprio Comando do Exército. A proposta inicial do governo, liderada pelo ministro-chefe do GSI e pelo ministro da Defesa, de uma redução “gradual” da oposição bolsofascista começa a se mostrar ineficaz e até perigosa. Ambos os líderes foram a escolha pessoal de Lula da Silva, levantando um murmúrio baixo, mas constante, entre seus aliados sobre a própria capacidade de controlar a dissidência militar. Após a insurreição de 08/01, os pedidos de

107 UOL. Seis vezes que o Exército passou pano para golpistas acampados em Brasília... In: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/07/06-vezes-que-o-exercito-passou-pano-golpistas-acampados-no-qg-em-brasilia.htm?cmpid=copiaecola>, 7/01/2023. Vemos, então, que na véspera de 08/01, a clemência do Exército para com os “campistas” já estava clara. O Exército não permitiu a presença da PM, agentes de saúde que fiscalizaram o local, impediram a retirada de caixas d’água clandestinas e impediram a retirada de equipamentos, de uso ilegal nas ruas. Veja também: FORUM MAGAZINE. Prevaricação: comandante do Exército, general Arruda é denunciado pelo MPF por acampamentos golpistas, consultado em 20/01/2023.

108 CORREIO BRAZILIENSE. “Incubadoras de terroristas”, diz Flávio Dino sobre ‘acampamentos patriotas’, Em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/12/5061404-incubadoras-de-terroristas-diz-flavio-dino-sobre-acampamentos-patriotas.html>, consultado em 20/01/2023.

demissão de ambos subiram de tom e se tornaram públicos¹⁰⁹. Lula da Silva, em duas entrevistas consecutivas, nos dias 14/01 e 18/01, reconheceu publicamente a “falha de inteligência” que gera, como consequência, uma gravíssima “falha de segurança”. Lula garante que nenhum dos órgãos de segurança institucional lhe enviou um relatório, ou qualquer outra advertência, sobre a situação no país. A partir daí, e conforme a orientação do próprio Presidente, vão se acelerar as mudanças de segurança. No entanto, a real desmilitarização do GSI, sua conversão num órgão de garantia institucional e de construção de cenários de risco, não parece ser a opção do ministro-chefe Gonçalves Dias¹¹⁰.

A reação dos setores conservadores, e mesmo das Forças Militares, foi lançar a culpa sobre os eventos de 08/01 na direção do Ministério da Justiça, numa tentativa de desviar a atenção do GDF e do staff ainda bolsonarista agindo nos órgãos de Inteligência federais. A agitação em torno do ministro da Defesa, que em princípio nega a participação nas falhas de trato com os militares e de inteligência, começa a diminuir quando a crise atinge o Comando do Exército e o próprio José Mucio Monteiro será responsabilizado pela gestão da crise, culminando com a substituição do general Arruda pelo general Tomás no Comando do Exército. Explicitando, assim, o terceiro “pico” de ebulição da crise¹¹¹.

A questão central, no entanto, está, ao nosso ver, na origem da “falha de inteligência”. Tal falha resultou de um diagnóstico equivocado da natureza dos movimentos bolsofascistas e, em geral, da ascensão da Extrema-Direita fascistizada em todo o mundo.. Um importante núcleo político do governo acreditava, por engano, que o bolsonarismo diminuiria lentamente – daí a

109 ESTADO DE MINAS GERAIS. Múcio é criticado por Lula e passa por desgaste após atos de vandalismo, 10/01/2023. In: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/01/10/interna_politica,1443143/mucio-e-criticado-por-lula-e-passa-por-desgaste-apos-atos-de-vandalismo.shtml, consultado em 20/01/2023.

110 VEJA. Lula nomeia 122 militares para cargos no GSI e na segurança presidencial, 30/01/2023 In: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/lula-nomeia-122-militares-para-o-gsi/>, consultado em 21/01/2023.

111 CORREIO BRAZILIENSE. Lula demite comandante do Exército; omissão teria motivado a decisão, 21/01/2023. Em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5067863-lula-demite-comandante-do-exercito-omissao-teria-motivado-a-decisao.html> Consultado em 20/01/2023.

noção de “gradualismo” – e reduziria seu tamanho, e a acidez de sua “no-vilíngua”, ao longo do tempo. O próprio governo vinha trazendo deputados do partido “União Brasil” para o novo Ministério, uma frente formada pelo antigo Partido Social Liberal/PSL, criado por Bolsonaro como sua própria plataforma política.

A ausência de um grupo de assessoramento na área de Defesa e Assuntos Militares, durante a transição – embora tenhamos hoje dezenas de teses e dissertações nas áreas de Relações Internacionais, Defesa, Segurança Institucional e Internacional e Assuntos Militares defendidas em centros de pós-graduação de notório saber –, resultou na imposição de um pensamento único sobre o papel dos militares na República brasileira e a própria natureza da instituição militar. A crença otimista, porém seriamente equivocada, que o bolsofascismo recuaria com as ofertas de conciliação, apaziguamento e cooperação feitas pelo governo partiu de uma visão errada do fascismo. O que funciona com a Direita democrática não possui qualquer atração para o fascismo. Este funciona como uma forma de “paixão mobilizadora”, uma forma de metapolítica, apontando para a estridência, o ódio e o desprezo pelas formas democráticas como elemento de identificação, mobilização e unidade de seus seguidores. Os casos históricos de fascismo, na Alemanha e Japão, por exemplo, nos ensinam que a desfascistização de tais países só ocorreu com uma profunda reforma agrária e a pulverização da propriedade dos grandes “Konzern” e “zaibatsu” em sociedades anônimas e o afastamento de seus chefes e diretores que financiaram a ascensão da Extrema-Direita antidemocrática ao poder, base do militarismo e da agressiva política externa de tais países. Da mesma forma foi fundamental a dissolução dos Estados-Maiores das Forças Militares, das academias e escolas militares, centros de culto militarista e da noção de superioridade dos militares sobre os civis; além disso procedeu-se a culpabilização de elementos das instituições da “clínica”, da “escola” e da magistratura que abrigaram o fascismo. E, claro, o julgamento por genocídio dos principais perpetradores, ao longo de toda a cadeia de comando, com a recusa em aceitar a desculpa de cumprimento de ordens superiores¹¹².

112 O GLOBO. Barroso manda investigar possível crime de genocídio de indígenas por parte de autoridades do governo Bolsonaro, 30/01/2023. In: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/30/barroso-manda-investigar-possivel-cri>

Para evitar mais traumas, Lula da Silva decidiu manter em seus cargos o ministro-chefe do GSI, general Gonçalves Dias - velho amigo de Lula - e o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, também ex-ministro de Lula e um político tradicional com viés de “negociador”. Por outro lado, Lula iniciou uma profunda mudança nas hierarquias da Polícia Federal/PF e da guarda do Palácio do Planalto e do Palácio da Alvorada, que nos dias seguintes seriam estendidas ao Comando do Exército. A situação do comandante da Guarda Presidencial, coronel Fernandes da Hora, e do comandante militar [da região] do Planalto se agravaria. Esse é o limite do próprio comandante do Exército. A tensão aumentará quando Lula exigir a renúncia de TC Cid, assessor pessoal de Bolsonaro que foi nomeado por ele como comandante do estratégico Batalhão de “Forças Especiais” em Goiânia, perto de Brasília¹¹³.

No mesmo contexto, o governador de Brasília, Ibaneis Rocha, e o secretário-executivo de Segurança Pública (o “segundo” homem depois de Anderson Torres) apontam para a “desobediência” da Polícia Militar do Distrito Federal. Isso leva a dois pontos muito importantes, a saber: (i) as diferentes autoridades do Distrito Federal, na época detidas por decisão do Supremo Tribunal Federal, iniciaram uma estratégia de defesa baseada na ideia de “rebaixar” as responsabilidades pelo alcance da ação dos extremistas, buscando acusar os mandos da PM do GDF; (ii) todos os estudiosos do fascismo no Brasil já vinham apontando a “turboconversão” da polícia brasileira (Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros, Polícia Penitenciária e até mesmo seguranças privados) ao bolsofascismo. Houve, portanto, uma grave falha não só na Inteligência, mas também uma “falha teórica”, de diagnóstico, na compreensão e no significado do próprio fascismo brasileiro. Esperava-se que as eleições e algumas medidas de contenção fossem suficientes para impedir “gradualmente” um golpe de Estado por parte de setores de extrema-direita, poupando as estruturas-matrizes do próprio

me-de-genocidio-de-indigenas-por-parte-de-autoridades-do-governo-bolsonaro. ghtml, consultado na mesma data.

113 METRÓPOLES. Oficial do Exército que defendeu invasores chefiar batalhão encarregado de proteger o Planalto, 12/01/2023. Em: <https://www.metropoles.com/colunas/rodrigo-rangel/oficial-do-exercito-que-defendeu-invasores-chefia-batalhao-que-deveria-protger-o-planalto>, consultado o 20/01/2023.

fascismo no Brasil.¹¹⁴

Como podemos ver na análise aqui apresentada, muitos no futuro governo Lula da Silva e no mundo acadêmico esperavam um refluxo do bolsonarismo após a derrota nas eleições de 30/10/2022. No entanto, naquele exato momento - sabemos agora - estávamos à beira de um golpe de Estado por causa das ações do ministro da Justiça, Anderson Torres, com importantes setores militares, como o general Braga Netto, na negociação de uma declaração do “Estado de Defesa”, para intervir no TSE e anular o resultado das eleições, como nos revela a apreensão da “Minuta” do golpe e a declaração do presidente do PL que todos no governo tinham uma cópia e discutiam tal documento.¹¹⁵

Não só o “gradualismo” não conseguiu controlar e conter o bolsofascismo, como ainda o extremismo de Direita se aprofundou depois que o novo presidente assumiu o cargo¹¹⁶.

114 O próprio presidente Lula da Silva, em entrevista televisiva em 23/01/2023, na Casa Rosada - em Buenos Aires - vai apontar a presença muito forte do bolsonarismo nas forças policiais brasileiras.

115 Nesse contexto, por exemplo, o decreto sobre o estado de Defesa (art. 85, IV, do CRFB/1988), sem levar em conta as necessidades constitucionais, configurar-se-ia como crime contra a segurança nacional, na forma do art. 8º, n.º 3, da Lei 1079/1950. Assim, estaríamos diante de um golpe de Estado que levaria a ações de repúdio por parte do Supremo Tribunal Federal/STF, que poderia, por sua vez, representar uma intervenção militar completa com a direção de Bolsonaro - que era exatamente o que exigia a Extrema-Direita. Ver: Estado de defesa: o que diz a Constituição, quais direitos podem ser afetados?, sin fecha. Em: Correa, Maurício.<https://mauriciocorreia.jusbrasil.com.br/artigos/1158942752/estado-de-defesa-o-que-diz-a-constituicao-quais-direitos-podem-ser-afetados>, consultado o 20/01/2023.

116 BRASIL DE FATO. Atos bolsonaristas vão enfraquecer por total falta de apoio, aponta cientista político, 05/11/2022. Em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/05/atos-vao-enfraquecer-por-total-falta-de-apoio-aponta-cientista-politico>, Consultado o 20/01/2023.



CAPÍTULO X

Insurreição, golpe de Estado, terror e sedição:

A Agência Brasileira de Inteligência/Abin e o próprio GSI – mesmo com funcionários nomeados pelo general Augusto Heleno, notório bolsonarista e com currículo cheio de tentativas de golpe desde 1977 – não alertaram o governo sobre os riscos da manifestação bolsonarista. No entanto, o movimento nas redes sociais e nas estradas chamando os extremistas para a “Festa da Selma” já era público há dois dias. Além disso, as medidas preventivas resultantes não foram tomadas. Assim como no caso da Polícia Militar do Distrito Federal, os homens designados para defender o Palácio do Planalto eram poucos – apenas 38 soldados – e despreparados, a maioria novatos, tendo sido o grosso da tropa dispensada na véspera do ataque pelo novo ministro-chefe do GSI. Esta não era, no entanto, a situação do Batalhão da Guarda Presidencial, aquartelado no anexo do próprio palácio, com tropas na garagem do palácio, cuja principal função é a defesa do edifício presidencial. Composta por cinco Companhias de Infantaria de Guarda bem preparadas, entre as quais a 4ª e a 5ª são especializadas em assegurar a ordem, uma Companhia de Cerimônia e uma Banda de Música, com cerca de mil homens. Ou seja, o Batalhão da Guarda Presidencial, conhecido como Batalhão Duque de Caxias – ironicamente, o Duque de Caxias ficou conhecido na história brasileira por seu rigoroso cumprimento do dever – tem

treinamento de choque, equivalente ao da Polícia do Exército/PE e já participou, ainda recentemente, de ações contra manifestações de rua em defesa do Palácio do Planalto, em Brasília¹¹⁷.

É claro que a ação do Batalhão da Guarda Presidencial, por exemplo, em 2018, deu-se de forma diferente diante das manifestações de grupos de Esquerda contra o governo Temer. No entanto, no domingo, 8 de janeiro, o Batalhão Duque de Caxias não compareceu à festa de Selma. Não só o Batalhão estava ausente, mas o comandante coronel também entrou em um confronto aberto, filmado e disponível na Internet, com os primeiros comandos da PM chegados ao Planalto para reprimir os extremistas. E mais: o comandante do batalhão deu fuga aos depredadores detidos pela PM, gerando uma forte alteração, in situ, entre os dois corpos militares. Ao longo daquele domingo horrível, com os invasores já dentro do Palácio do Planalto, nem o GSI nem o Batalhão Duque de Caxias solicitaram a implementação do “Plano Escudo” para a defesa da Capital Federal. Só depois da contínua destruição e já com ordens de repressão do Ministério da Justiça, no final da tarde de 08/01, foi finalmente ativado o “Plano Escudo”. O mesmo teria acontecido no âmbito do GSI, onde a presença de militares bolsonaristas era, ainda o mesmo em 08/01/2023. Chegou-se a uma situação limite quando oficiais superiores, sargentos e cabos do Serviço Ativo pertencentes ao próprio GSI, apareceram em vídeos pedindo abertamente um golpe de Estado contra a assunção de Lula da Silva¹¹⁸.

Tais eventos eram amplamente conhecidos antes de 8 de janeiro e até mesmo de 12/12/2022, quando extremistas realizaram a “Noite de Fogo e

117 VALOR ECONÔMICO. E o Batalhão de Guarda Presidencial? 08/01/2023 Em: <https://valor.globo.com/opiniaao/cristiano-romero/coluna/e-o-batalhao-da-guarda-presidencial.ghtml> Consultado em 20/01/2023.

118 Sobre o “Plano Escudo” sabemos que para operar o esquema de defesa do Planalto, prevê três linhas de defesa: a Polícia Militar nas ruas do entorno imediato; agentes do GSI, que percorrem o palácio de terno ou uniforme; e depois o BGP das tropas de choque, como último recurso. A fraqueza do primeiro e a ausência dos outros dois em quantidade adequada são apontadas como erros na operação por especialistas. UOL. INVASÃO EM BRASÍLIA: imagens de atos antidemocráticos põem em dúvida profissionalismo de PMs e militares, 15/01/2023. Em: <https://jc.ne10.uol.com.br/politica/2023/01/15160208-invasao-em-brasilia-imagens-de-atos-antidemocraticos-poem-em-duvida-profissionalismo-de-pms-e-militares.html>, visualizado em 20/01/2023.

Destruição” contra a vitória de Lula da Silva em Brasília. Em ambos os casos, o ministro-chefe do GSI, general Augusto Heleno, não tomou nenhuma medida contra as ações antidemocráticas de seus subordinados. E, como vimos, o governador do Distrito Federal, seu secretário de Segurança, o comandante da PM – que segundo o “Relatório Sobre os Fatos Ocorridos no dia 08 de Janeiro de 2023” efetivamente não participou do golpe e, mesmo tentou evitar a adesão da PM do GDF ao golpe¹¹⁹ – e o próprio, então, ministro da Justiça também estavam ausentes do cumprimento de suas funções, todos dando um “cheque em branco” ao extremismo bolsonarista¹²⁰.

O então governador de Brasília e o secretário de Segurança, chefe da Polícia Federal Júlio Danilo, também ligado ao então ministro da Justiça de Bolsonaro – também chefe da PF, Anderson Torres – nada fizeram para deter os tumultos de rua de 12/12/2022. A cidade ficou por horas à mercê de depredadores que incendiaram carros e tentaram invadir a sede da Polícia Federal, não ocorrendo qualquer prisão dos arruaceiros. É assim que esta noite de 12/12/2022 funcionou, objetivamente, como um ensaio geral para o fatídico domingo 08/01/2023¹²¹.

Mas mais do que isso, notícias recentes de que o próprio Augusto Heleno discutiu com o general Braga Netto, ex-ministro da Defesa e candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro, as reais chances de um golpe de Estado em 30/10/2022, a partir da “Minuta” de Estado de Defesa encontrado com Anderson Torres, apontam para a existência de uma vasta conspiração já em curso quando Bolsonaro foi derrotado no segundo turno das eleições presidenciais. Na madrugada de 2 de fevereiro de 2023 o Senador Marcus do Val, conhecido bolsonarista do Podemos-ES, faz uma denúncia-bomba

119 Ver: GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Relatório dos Fatos Ocorridos no dia 08 de Janeiro de 2023”. Secretaria de Estado de segurança Pública, Gabinete do Interventor Federal, Roberto Capell, 27/01/2023, 66 pp.

120 CNN. Tudo será apurado e esclarecido, diz ministro da Justiça após atos de vandalismo no DF, 12/12/2022. Em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tudo-sera-apurado-e-esclarecido-diz-ministro-da-justica-apos-atos-de-vandalismo-no-df/>, consultado o 20/01/2023.

121 O GLOBO. Bolsonaristas radicais tentam invadir prédio da PF e incendiaram carros e ônibus em Brasília; vias são bloqueadas, 12/12/2023. Em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/12/bolsonaristas-radicaais-depredam-carros-em-frente-ao-predio-da-policia-federal-no-df.ghml>, consultado o 20/01/2023.

de uma vasta conspiração para a realização do Golpe de Estado, envolvendo o Presidente Bolsonaro e o ex-deputado Daniel Silveira no próprio Palácio Alvorada. Daniel Silveira - um agressivo e renitente militante da Extrema-Direita, conhecido por ofensas e ameaças aos ministros do STF, condenado por atividades antidemocráticas e anistiado por Bolsonaro - deveria conduzir a conspiração contra o STF, em especial contra o Ministro Alexandre de Moraes. As denúncias, no entanto, são dúbias, contraditórias e acabam por apontar para o Ministro do STF Alexandre de Moraes como sabedor do andamento do Golpe, narrativa que se imbrica com a existência da “Minuta”, já em 30/10/2022, e, por esse caminho, “cavando” um possível impedimento do Ministro Moraes, ou mesmo, anulação do Processo de Atividades Antidemocráticas conduzido pelo Ministro no âmbito do STF¹²². De qualquer forma, a denúncia, por mais canhestra e inverossímil que seja, explicita uma vasta urdidura golpista, interessado em deter as investigações sobre o 08/01/2023, ao menos no seu âmbito político-parlamentar, realizada, no mínimo, com o conhecimento do então Presidente da República¹²³. Assim, da mesma forma que a mídia de Direita e alguns dos seus representantes, como o senador Rogério Marinho, apontam para “incúria” do Ministério da Justiça nos eventos de 08/01/2023, a relação da “Minuta” do Golpe, via Valdemar da Costa Netto e a denúncia do Golpe, pelo senador Marcus do Val, buscaram atingir e paralisar o Governo Federal, inclusive com uma CPI-espetáculo que teria a função de não deixar Lula da Silva governar¹²⁴. Neste sentido, fecha-se a declaração do ex-Presidente Bolsonaro em 31/01/2023, desde a Flórida, quando afirma que o Governo Lula não chegará ao final¹²⁵.

122 FOLHA DE SÃO PAULO. Mensagem atribuída a Daniel Silveira mostra plano golpista para gravar Moraes, In: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/mensagem-atribuida-a-daniel-silveira-mostra-plano-golpista-para-gravar-moraes.shtml>, 2/02/2023, consultado no mesmo dia.

123 UOL. BRAGA NETTO liderou reuniões para discutir GOLPE, diz jornal, 19/01/2023. In: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2023/01/15162918-braga-netto-liderou-reunioes-para-discutir-golpe.html>, consultado em 19/01/2023.

124 CORREIO DO BRASIL. Costa Neto admite que Bolsonaro planejava dar um golpe de Estado, 27/01/2023. In: <https://www.correiodobrasil.com.br/costa-neto-diz-bolsonaro-planejava-golpe-estado/>, Consultado em 01/02/2023.

125 CARTA CAPITAL. Nos EUA, Bolsonaro diz que governo Lula ‘não vai durar muito’ e que golpistas foram ‘injustiçados’... Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/nos-eua-bolsonaro-diz-que-governo-lula-nao-vai->

As novas denúncias mostram uma vasta conspiração, não estancada nos dias seguintes ao 08/01/2023, que envolve personagens que nem mesmo Luigi Pirandello, ao construir seu “teatro do absurdo”, poderia imaginar. Na verdade tratava-se da tentativa de um – ou a tentativa de vários – Golpes de Estado. Daniel Vieira, Waldemar da Costa Netto, Marcus do Val, Ibaneis Rocha e o “psicologicamente abalado” Anderson Torres formam um conjunto de figuras que transitam numa faixa de sensibilidade entre o cômico e o trágico. Esse parece ser o toque característico da ampla conspiração bolsonarista: uma peça própria para um teatro de erros, com personagens menores e visitando a tragicomédia. No entanto, o cômico inerente de tais personagens não pode encobrir o horror da violência e do obscurantismo do projeto bolsonarista¹²⁶. Toda a destruição de obras de artes, de símbolos republicanos, de prédios históricos, do patrimônio artístico junto aos atentados à bomba contra torres de transmissão de energia, bloqueios de sumanos de estradas e tentativas de invasão de refinarias são indícios do que seria uma ditadura bolsonarista. A própria gestão do ex-presidente na Fundação Palmares – com a destruição de livros e revisão da História do país –, na Funai, no Ibama, na Saúde Pública, na Educação, a discriminada liberação de agrotóxicos e o desprezo pela Ciência apontam para o caráter regressista, negacionista e revisionista de uma “ditadura Bolsonaro”.

Assim, depois de 2/02/2023, já podemos traçar as conexões entre o ex-ministro Anderson Torres, o general Braga Netto e o general Augusto Heleno, do GSI, Daniel Silveira e um grupo de parlamentares reunindo-se dentro do próprio Palácio do Planalto, e do Alvorada, como envolvidos no golpe. Tais conexões ilustram o fato de que a “Festa da Selma” teria duas portas de entrada: uma para atos de sedição/insurreição e omissão da Polícia Militar de Brasília envolvendo o GDF, e outro pelo GSI, o Batalhão Duque de Caxias e seus ramos no Comando do Exército¹²⁷.

-durar-muito-e-que-golpistas-foram-injusticados/, 1/02/2023. Consultado em 2/02/2023.

126 UOL. Moraes manda investigar senador Do Val sob suspeita de falso testemunho, 03/02/2023. In: <https://www.uol.com.br/>, consultado na mesma data.

127 UOL. Torres é ponta do iceberg da cúpula de atos golpistas, diz ministro de Lula... In: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/19>, consultado em 19/01/2023.

Tais ligações mostram que medidas judiciais contra as autoridades do Distrito Federal – o governador, o secretário de segurança e o comando da Polícia Militar, por exemplo – não encerram as investigações sobre as ramificações do golpe. Tais punições devem, segundo as autoridades da Advocacia Geral da União/AGU, do Ministério da Justiça e do próprio STF, buscar a responsabilidade nos órgãos federais e no próprio Exército. Portanto, o comandante do Batalhão Duque de Caxias e o comandante da [Região] Planalto também deveriam, nesta ótica, serem investigados. No entanto, a substituição do TC Cid, nomeado para o Comando das Forças Especiais e apontado na mídia como membro do chamado “Gabinete do Ódio” do ex-presidente Bolsonaro, já havia gerado uma grave crise com a demissão do comandante do Exército, general Arruda (ele também era “Força Especial” ou “boina preta”). Agora, a inculpação de outros altos comandantes poderia gerar consequências ainda mais graves para as relações entre as Forças Armadas e o governo Lula da Silva¹²⁸. É nesse espaço conspirativo, ainda dominante nos círculos militares, que cresce uma versão que coloca Lula da Silva como o “perseguidor” dos militares e da imposição ideológica, invertendo o sentido dos fatos. Mídias – como o jornal “Correio da Manhã” e “Jovem Pan” e algumas televisões, que endossaram tal negacionismo histórico –, começaram a circular pelas redes de oficiais do Exército, demonstrando a permanência do sentimento de “perda” e “injustiça” por parte dos civis contra os militares. Essa versão de vitimização dos militares foi exatamente a tônica da Questão Militar no Segundo Reinado do Império do Brasil, que levou à Proclamação da República pelos militares. Esse sentimento, mesmo em uma época em que o anticomunismo/antibolivarianismo não desempenhava nenhum papel, era a queixa permanente dos militares, incluindo o fenômeno do “tenentismo” da década de 1920¹²⁹. Mais tarde, especialmente após a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial – e o estreitamento dos laços entre as Forças Armadas com os militares americanos –, o anticomunismo robustecerá as alegações de “injustiça” sofridas. Assim, uma ideologia modernizadora, autoritária e antidemocrática seria moldada nos círculos militares contra os civis. O viés dos “Jovens Turcos”, aludindo aos movimentos modernizadores e autoritários do final do Império Otomano,

128 “Forças Especiais” y el General Alvaro Pinheiro.

129 Santa Rosa, Virgílio. O Sentido do Tenentismo. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

será no Brasil marcado pela modernização técnica, conservadorismo social e alinhamento político com os Estados Unidos¹³⁰.

Cronologia da Crise Democrática no Brasil

07/09/2021: Primeira tentativa de golpe;

30/10/2022: Segunda tentativa de Golpe, com a Minuta de Estado de Defesa.

12/12/2022: A Noite do Fogo em Brasília;

08/01/2023: A terceira tentativa de Golpe;

21/01/2023: Exoneração do Comandante do Exército.

21/01/2023: Descoberta do Genocídio Yanomami

23/01/2023: Reunião do Alto Comando do Exército para definir o afastamento dos golpistas.

02/02/2023: Denúncia do senador Marcus do Val.

¹³⁰ Ver Penna, Lincoln. República no Brasil. Males de Origem. Curitiba, Appris, 2020.



CAPÍTULO XI

Lula fala sobre o perigo:

Após os primeiros momentos de perplexidade, o governo reagiu com firmeza e os invasores da Praça dos Três Poderes passaram a ser chamados de “vândalos”, radicais, extremistas e terroristas e ocorreram, então, prisões em massa. De acordo com o Departamento de Polícia Penitenciária, em Brasília, um total de 1.398 pessoas foram presas em Brasília e outras 8 pessoas nos Estados. Desse total, 464 foram libertados em condições cautelares - como tornozeleiras eletrônicas - e outros 942 foram decretados prisão preventiva, sem data de liberação imediata. São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato-Grosso e Rio Grande do Sul são os estados com o maior número de extremistas presos durante os eventos em Brasília - com mais de cem elementos para cada um desses estados¹³¹.

Pelo menos cinco acusações graves pesam contra todos os envolvidos:

- i. Danos ao patrimônio público da União - crime qualificado. Pena: prisão, de seis meses a três anos, e multa, além da pena por violência.

131 UOL. Presos em ato golpista partiram de 25 estados e só 6% são do DF; Em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/21/estado-de-origem-presos-por-ato-golpista.htm?cmpid=copiaecola>, consultado em 21/01/2023.

ii. Crimes contra o patrimônio cultural: destruir, desativar ou deteriorar bens especialmente protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial. Pena: prisão de um a três anos e multa.

iii. Associação criminosa: como a associação de três ou mais pessoas com a finalidade específica de cometer crimes. Pena: prisão, de um a três anos (a pena aumenta se a associação estiver armada).

iv. Abolição violenta do Estado Democrático de Direito: tentar, através da violência ou de ameaças graves, abolir o Estado de direito democrático, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais. Pena: prisão, de 4 a 8 anos, além da pena correspondente para violência.

v. Golpe de Estado - Tentativa de depor, por violência ou ameaça grave, o governo legitimamente constituído. Pena: prisão, de 4 a 12 anos¹³².

Diante da “materialidade”, e do imenso acúmulo de provas, Lula da Silva já em 11/01/2023 fala, claramente, de um golpe de Estado “fracassado”. O presidente afirma na quarta-feira 18/01 que uma “gente preparada” promoveu uma tentativa de golpe no dia 8 de janeiro [...] O que aconteceu aqui foi uma tentativa de golpe”, resumiu o presidente durante uma agenda com centrais sindicais em Brasília. O mesmo Lula explica: “... Uma tentativa de golpe por pessoas preparadas. Eu não sei se o ex-presidente ordenou, o que eu sei é que ele é o culpado, porque ele passou todo o seu governo pregando o ódio”¹³³.

Nos dias imediatamente seguintes aos atos extremistas em Brasília, a ação do ministro da Justiça colidiu com a política proposta pelo novo ministro da Defesa para enfrentar os extremistas. Antes de tomar posse, o mi-

132 YAHOO NOTÍCIAS. Invasão no DF: Quais crimes foram cometidos e qual pode ser punição aos terroristas?, 09/01/2023. Consultado em 20/01/2023.

133 CARTA DA CAPITAL. ‘Gente preparada’ tentou dar um golpe de Estado em 8 de janeiro, diz Lula...18/01/2023. Em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/gente-preparada-tentou-dar-um-golpe-de-estado-em-8-de-janeiro-diz-lula/>. Consultado em 21/01/2023.

nistro declarou que não retiraria dos campos os bolsonaristas, considerados “democratas” com quem o próprio ministro tinha laços de amizade e parentesco. Em uma disputa acirrada com o ministro da Justiça, este em favor de uma resolução firme das ocupações bolsonaristas, o ministro José Múcio Monteiro defendeu uma abordagem “gradualista”, garantindo que o movimento de sedição bolsonarista se extinguiria com o tempo. Mesmo quando os bolsonaristas, no dia da diplomação de Lula da Silva pelo Tribunal Superior Eleitoral/STE, em 12/12/2022, provocaram uma “Noite de Fogo e Destruição” em Brasília, seguida da descoberta de terroristas dispostos a explodir um caminhão de combustível no Aeroporto Internacional de Brasília, o ministro manteve sua postura “gradualista”¹³⁴.

O ministro da Defesa, com o apoio dos militares, continuou defendendo sua abordagem “gradualista”, em conflito aberto com a vontade da Justiça Federal, da AGU/Advocacia Geral da União, do STF e do Ministério Público, em aprofundar as ligações dos extremistas com outras autoridades da República, além de culpar o “malvado da ocasião”. a dupla Ibaneis/Anderson Torres¹³⁵.

Assim, ficou claro que a ausência de uma firme atitude prévia de “limpeza” dos órgãos de prevenção e Inteligência e a tolerada presença de bolsonaristas em altos cargos da República – como o GSI e o Batalhão Duque de Caxias – facilitaram, ou mesmo permitiram, a preparação do golpe¹³⁶. De fato, o novo governo não discutiu com especialistas em Defesa e Assuntos Militares a situação das Forças Militares e de Inteligência, ignorando a colaboração de militares leais e especialistas no campo. Essa situação forçará o novo governo a uma grande “onda” de demissões e exonerações de militares

134 O ESTADO DE SÃO PAULO. Ministro da Defesa afirma ter parentes nos acampamentos, 9/12/2022. In: <https://www.estadao.com.br/politica/ministro-diz-ter-parentes-em-atos-nos-quarteis-e-prega-compromisso-democratico-das-forcas-armadas/>, Consultado em 21/01/2023.

135 CORREIO BRAZILIENSE. “Não há base legal para essa ocupação”, diz Dino sobre acampamentos nos QGs, 06/01/2023. In: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5064218-nao-ha-base-legal-para-essa-ocupacao-diz-dino-sobre-acampamentos-nos-qgs.html>, consultado em 21/01/2023.

136 DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Coronel que assessorou GSI pede golpe, ameaça Dino e diz que militares da ativa estavam em atos, 19/01/2023. In: <https://www.folhape.com.br/politica/coronel-que-assessorou-gsi-pede-golpe-ameaca-dino-e-diz-que-militares/254909/>, consultado em 2/02/2023.

em posições-chave da gestão governamental¹³⁷.

Com a forte declaração de Lula da Silva sobre a verdadeira tentativa de golpe, iniciou-se uma polêmica na mídia e nos meios jurídicos sobre a natureza dos eventos de 08/01/2023 e sua possível tipificação legal. Assim, a verdadeira natureza dos fatos começou a ser questionada e a terminologia necessitou ser esclarecida: “Sedição”, “Golpe de Estado”, “Putsch”, “Pronunciamento”, “Insurreição” entraram no debate junto com a caracterização dos eventos que ocorreram como podendo ser tipificados como “Terrorismo”.

A noção de “Golpe de Estado” é antiga e bastante fixada em ciência política. O golpe de Estado deriva de uma ação, violenta ou não, de uma parte, do aparato burocrático do próprio Estado para assumir o controle de todos os poderes existentes. Assim, o golpe de Estado deriva da ação, por exemplo, de atos do Judiciário, ou das Forças Armadas ou da Polícia, pela “conquista do Estado” – por isso mesmo, a frente empresarial-parlamentar-militar que encerrou o Governo Dilma Roussef, partindo de casuísmos legais, pode ser definida como “Golpe de Estado”. E, 08/01 de acordo com a legislação, as autoridades da Capital Federal – como o governador de Brasília, o secretário de Segurança e o comando da Polícia Militar – podem, de fato, ser acusadas de “Golpe de Estado”¹³⁸. A “Insurreição”, por sua vez, é um movimento massivo e espontâneo de revolta da população ou parte dela contra o Estado estabelecido. De acordo com seu próprio significado latino - *insurrectus*, levantar-se – abrange claramente os eventos que ocorreram na Capital Federal. Pelo menos nas duas vezes que temos informações completas, Bolsonaro buscou uma variação do clássico Golpe de Estado: o autogolpe de Estado, valendo-se de forças policiais para forjar o caos social que justificaria, então, uma intervenção militar sob o comando do próprio Presidente. Ou seja, Bolsonaro conspirou contra a ordem democrática e a Constituição que havia jurado defender.

¹³⁷ Durante o período de transição, Lula da Silva instalou várias equipes de assessoria técnica, sob a coordenação do vice-presidente Geraldo Alckmin. No entanto, na área dos “Assuntos Militares e Defesa” não foi criada a comissão correspondente, deixando toda a análise e diagnóstico da situação dos quartéis sob o controle do general Gonçalves Dias, futuro primeiro-ministro do GSI e amigo de Lula da Silva.

¹³⁸ Luttwak, Edward. O golpe Estado: manuel pratique, Éd. Robert Laffont, Paris, 1969.

O “Putsch”, por outro lado, tem as mesmas características do “Golpe de Estado”, mas menos extensivamente, quase um “golpe de Estado” realizado por um pequeno grupo com o uso da violência: “Golpe de Estado realizado por um grupo armado; “...dans l’objectif de prendre le pouvoir”. Aparece na ciência política anglo-saxônica como “levante” ou “golpe”, tendo como mais conhecido exemplo o “Putsch da Cervejaria de Munique”, de 1923, conduzido, sem sucesso, por Adolf Hitler. Finalmente, “sedição” implica a violação da lei, especialmente das leis constitucionais ou da própria Constituição, e muitas vezes tem como perpetradores autores intelectuais de atos criminosos.

Vemos, portanto, que sob qualquer aspecto - considerando que os acontecimentos de 08/01 foram caracterizados por atos violentos de descumprimento da lei, com a intenção de paralisar o governo e derrubar o Estado de Direito produzindo uma intervenção militar - as pessoas presas e denunciadas cometeram os crimes e contravenções descritos acima¹³⁹.

Resta definir a existência de “Terrorismo” durante os eventos de 08/01. Numerosos comentaristas políticos criticaram o Ministério da Justiça e a Suprema Corte por acusar os insurgentes de serem “terroristas”, entendendo que o terrorismo é um ato isolado ou coletivo de violência clandestina destinado a intimidar a população e enfraquecer o governo, obrigando-o a adotar, ou suprimir, uma política específica. Tal análise é errônea em nossa opinião, sobre não haver acontecido terrorismo naquele domingo fatídico. Ocorre que tais comentaristas “esquecem”, estranhamente, que, junto com os acontecimentos ocorridos em Brasília, várias torres elétricas de longa distância foram derrubadas com bombas - 4 foram efetivamente demolidas e outras 16 foram atacadas sem demolição, porém com graves prejuízos, nos estados do Paraná, Rondônia e Mato-Grosso. Também foram feitas tentativas para ocupar refinarias e bloquear o abastecimento de combustível do país, bem como para ocupar e bloquear estradas e ferrovias. O objetivo era claramente levar o país ao caos e ao medo, justificando a intervenção militar. Tudo isso aconteceu nos dias 8 e 9 de janeiro, formando um quadro único com os acontecimentos de Brasília - e denotando

139 Neuberger, A. A Insurreição Armada, François Maspero, Paris, 1970.

uma “Inteligência” geral que organizou o golpe¹⁴⁰.

140 ANEL. Brasil já soma 16 torres de energia danificadas e 4 derrubadas desde 8 de janeiro, 24/01/2023. In: <https://sputniknewsbrasil.com.br/20230124/aneel-brasil-ja-soma-16-torres-de-energia-danificadas-e-4-derrubadas-desde-8-de-janeiro-27171768.html>, consultado em 24/01/2023. Até o momento, as investigações abertas pela Agência Nacional de Energia Elétrica/ANEL, não foram adicionadas às investigações sobre os eventos de Brasília e os investigadores desconhecem em grande parte as conexões nacionais entre os eventos de Brasília e o colapso de torres de energia e invasões de refinarias de combustível.



CAPÍTULO XII

Militares e a República: entre o braço forte e a mão amiga!

A estranha “festa da Selma” que transformaria a cidade de Brasília em uma nova “Selma” tropical, em alusão à cidade norte-americana, foi imediatamente entendida como uma oportunidade única para o Poder Civil romper com a tutela militar secular sobre a República. Tratava-se de romper com uma tradição que vem desde a década de 1920, com o chamado movimento “Tenentista”, ou mais precisamente em 1922, quando os jovens oficiais - chamados de “Jovens Turcos” por seu caráter modernizador e autoritário - deixaram o quartel para ameaçar a República pela primeira vez. Desde então, eles procuraram justificar a existência de um pretenso “Poder Militar”, auto estabelecido, que buscava sua legitimidade na história. Tal “Poder Militar”, nunca previsto em nenhuma das Constituições republicanas brasileiras, em verdade, ameaçava desde a fundação da República, em 1889, o princípio da soberania popular dentro da própria República¹⁴¹.

Os “Tenentes” participaram ativamente da Revolução de 1930, com Getúlio Vargas, e da Revolta Constitucionalista de São Paulo, em 1932. Desde a

141 Teixeira Da Silva, Francisco C. “Jovens Turcos e os Militares brasileiros”. In: Teixeira da Silva, Francisco C. (Org.). Dicionário de História Militar do Brasil, 1822-2022. Rio de Janeiro/Recife, Edupe/Editora da UFRJ, 2022, pp.

fundação da AIB/Ação Integralista Brasileira, a face brasileira do fascismo, fundiu-se com a ideia modernizante-autoritária dos jovens militares, em uma visão eugênica e elitista da população brasileira, especialmente na Marinha do Brasil, na qual, rapidamente, o Integralismo se tornou uma ideologia dominante. Posteriormente, os jovens oficiais do Exército desempenharam um papel central no golpe que criou o Estado Novo, em 1937, participando activamente em cargos e privilégios e apoiando as medidas repressivas do Estado Novo, inclusive no famigerado Tribunal de Segurança Nacional¹⁴².

Uma forte influência americana já estava se formando - que se desenvolveu no contexto da Segunda Guerra Mundial, seja com tropas brasileiras lutando na Itália, seja pela presença de grandes bases militares dos EUA no próprio Brasil. Foi nesse contexto que derrubaram o governo de Getúlio Vargas em 1945 e apresentaram seu próprio candidato à sucessão presidencial: Brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981). O “Brigadeiro” foi candidato à Presidência em duas ocasiões, em 1945 e 1950, pela UDN - partido modernizador, economicamente liberal e entretanto conservador na política - e, sendo derrotado em ambas as ocasiões. Mais uma vez intervieram na política, com deposição de Vargas em 1945, e constantes movimentos contra o processo eleitoral. Eles continuaram com a tentativa de golpe de Estado contra Vargas - democraticamente eleito para o período presidencial 1951-1954 - e em 1954, que preferiu cometer suicídio em vez de se submeter a decisões militares da chamada “República do Galeão”. Durante a “Quarta República”, entre 1945 e 1964, os militares se revoltaram várias vezes, como no caso das revoltas de Aragarças e Jacareaganga, na região amazônica em 1959. Como de costume, os rebeldes da Aeronáutica e do Exército não aceitavam os resultados eleitorais, contrários ao seus interesses políticos, que levaram à presidência de Juscelino Kubitschek¹⁴³.

Como legado do Integralismo, ao longo desse período tumultuado, os militares brasileiros cultivaram uma ideologia de desprezo por políticos e civis em geral, considerados incapazes e corruptos. Assim, os políticos seriam

142 Ver Castro, Celso. Exército e Nação. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012.

143 A presença do Integralismo nas Forças Armadas foi enfatizado por dois grandes líderes do Integralistas no Brasil: o vice-almirante Hélio Leôncio Martins (1915-2016) e o “tenente” e sociólogo Severino Sombra (1907-2000). Em ambos os casos, essas narrativas foram apresentadas em entrevistas com o autor.

incapazes de realizar o projeto de “refundação” da sociedade brasileira e, portanto, os militares deveriam assumir tal “missão”. As ideias integralistas, e às vezes até o nazismo, estavam fortemente implantado em pequenas comunidades do Sul e do Estado de São Paulo. O Brasil foi palco, nos anos de 1930, do segundo maior movimento nazista fora da Alemanha, em seguida ao “American-German Bund”. Tal legado integralista/fascista/nazista manteve-se presente nas várias instituições do Estado, incluindo escolas militares e academias de polícia, na forma da construção da narrativa da História do Brasil, rejeitando qualquer proposta de transformação estrutural do país, em especial no combate às brutais desigualdades da sociedade brasileira. Nesse sentido, as ideias socialistas, social-democratas e o “trabalhismo” nacional-desenvolvimentista – de Vargas, João Goulart e Leonel Brizola – foram tomados como “inimigos internos”, alimentando o pânico anticomunista que culminaria no golpe civil-militar de 1964. A presença dos EUA e o clima político gerado sob os efeitos da Guerra Fria aceleraram a adoção da chamada “Doutrina de Segurança Nacional”, uma forma de anticomunismo ferrenho que criminalizou até mesmo as propostas keynesianas e da CEPAL para o desenvolvimento social. O anticomunismo primário se impôs como a doutrina “oficial” das Forças Armadas e orientou a arregimentação para o golpe de Estado de 1964, que levaria à longa ditadura civil-militar. Mesmo durante a longa ditadura civil-militar, de 1964 a 1985 (para outros, a data de fim do regime de exceção só ocorreria em 1988, com a aprovação pelo Congresso Nacional da nova Constituição Democrática). Em 1968 e 1969 os setores “linha-dura” se impuseram com o Ato Institucional nº 5, o de triste memória “AI-5”, que brutalmente “suspendeu” os direitos políticos e civis no Brasil, cassou e exilou políticos e intelectuais opositores. Em 1977, o então Ministro do Exército Silvío Frota tentou um golpe de Estado contra o presidente-general Geisel (presidente entre 1974 e 1979), em desacordo com a política de Transição/Abertura. E, entre 1980-1982, numerosos militares se envolveram em ações terroristas contra os líderes democráticos do país, na busca pela cessação da “Abertura Política”¹⁴⁴.

Mesmo na Nova República os militares insistiram, sob a proteção do Decreto da Anistia de 1979, em manter uma forte presença no governo e

144 Gaspari, Elio. *A Ditadura Acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

impor sua versão da História, encenando a primeira crise militar da Nova República em 2004 quando ofenderam a memória do resistente Vladimir Herzog. No enfrentamento, o Governo Lula da Silva, ainda preso à proposta de conciliação e apaziguamento, resolveu demitir o Ministro da Defesa José Viegas, que, em resposta à fronda militar, nesse mesmo ano, havia acusado o Exército de manter uma visão anacrônica e autoritária da sociedade brasileira. A versão defendida para explicar o “Caso Viegas”, curiosamente tanto pela Direita Militar e quanto por parte da Esquerda de que as relações entre militares e os governos do PT eram cordiais e o momento do rompimento se deu quando Dilma Roussef montou a Comissão Nacional da Verdade – inclusive motivando a guinada política do General Eduardo Villas-Boas –, mostra-se, assim, falsa. Havia, desde sempre, na Nova República, uma tensão silenciosa e constante, expressa nas comemorações nos quartéis do 31 de março de 1964 como um ato de bravura e civismo dos militares contra as ameaças sindicalistas e comunistas.

Mais tarde, o chamado impedimento da Presidenta Dilma dá-se através de uma junção de uma frente conspiradora de origem militar com os comandantes nomeados pela própria Presidenta, com uma frente parlamentar com Michel Temer, Romero Jucá, Moreira Franco e o inacreditável Geddel Vieira costurando um pacto incrivelmente conservador e regressista – com a terceira frente, a empresarial –, numa ação conjunta com os empresários da Fiesp e da Febraban, como expresso no “Programa Uma Ponte para o Futuro”. Estes, uniram-se os oficiais superiores do Exército, sob a liderança do General Villas-Boas, dando corpo à formação de uma poderosa frente parlamentar, empresarial e militar que contava, com a subsequente prisão de Lula e de outros próceres do PT, extinguir os movimentos sociais e o sindicalismo no país, e realizar a série de (des)reformas da legislação social – Trabalho, Previdência Social, Educação, etc...que, ao lado das garantias dos Direitos Civis, caracterizavam a natureza social, liberal avançada e reformadora da Nova República.

O golpe contra Dilma Roussef foi, em verdade, um golpe contra as próprias conquistas da Nova República nos seus anos de fundação, quando imensas massas populares, na ruas entre 1977 e 1988, impeliram para frente o tacanho projeto de Abertura de Geisel-Golbery. O conluio aproveitou-se

de uma crise econômica, de caráter mundial, uma forma dura da Presidenta em lidar com a política “franciscana” das forças políticas vigentes no Congresso Nacional¹⁴⁵ – além de um violento viés machista e falocrata – para com o afastamento de Dilma iniciar a demolição institucional da Nova República. A antiga resistência militar à expansão do ‘demos’ no âmbito do Estado Democrático criado pela Constituição de 1988 deveria, para esse conjunto de setores militar-empresarial-parlamentar, com o apoio da mídia corporativa, paralisar qualquer avanço democrático que implicasse num rearranjo, perante a crise, da produção e distribuição da riqueza nacional através da ação do Estado¹⁴⁶.

Por fim, a prisão de Lula da Silva e sua condenação em uma manobra de “lawfare” possui as marcas da profunda influência do lava-jatismo – o novo lacerdismo golpista atualizado que nos anos de 1950 e 1960 campeava nas Forças Armadas – deveu-se, largamente ao famoso twitter do General Vilas-Boas de 2018¹⁴⁷ – embora, o mesmo, negue tal intervenção, que foi, contudo identificada como “pretorianismo militar” sobre a Corte Suprema por um dos seus juízes¹⁴⁸.

145 Nos referimos aqui como “Política franciscana” a prática vigente de favores, nomeações e disponibilização de verbas para o bom funcionamento do governo, muito especialmente durante a gestão do deputado Eduardo Cunha na presidência da Câmara Federal.

146 SENADO FEDERAL. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil, 28/12/2016. In: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>, consultado em 21/01/2023.

147 Twitter de 03/04/2028: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”. Consultado em 05/02/2023.

148 Na verdade deste antes de 3 de abril de 2018 já havia uma discussão entre os altos mandos do país em buscar uma forma de advertir ou mesmo constranger o STF visando evitar a participação de Lula da Silva nas eleições presidenciais. Coube ao General Alberto Cardoso, militar moderado, responsável pela criação do GSI no Governo FHC e ao General Luna e Silva, então Ministro da Defesa do Governo Temer, junto com o Comandante do Exército e os membros do Alto Comando do Exército, na mais perfeita tradição da tutela militar sobre as instituições republicanas, o esforço de “moderar” o ímpeto do General Vilas-Boas no tom a ser utilizado contra o STF. De qualquer forma, o twitter teve um imenso impacto – foi cuidadosamente planejado para poder entrar no ar durante o Jornal Nacional da TV Globo – e foi peça chave para Lula da Silva ser impedido de disputar as eleições contra Jair Bolsonaro,

Em 2016 iniciava-se a crise que levaria o bolsofascismo, e suas políticas negacionistas e regressivas, ao poder e a mais dura e profunda crise da República depois de 1961-1964.

e dessa forma viabilizar o próprio Governo do ex-capitão do Exército, que aliás agradeceu de público, na sua posse como Presidente, o apoio do antigo comandante do Exército, nomeado em seu governo para um cargo no GSI. Palestra do General Vilas-Boas na Eceme em 2019 e ainda Ver: O TEMPO. Twitter do general Vilas-Boas foi discutido por militares, 14/02/2021. In: <https://www.otempo.com.br/brasil/tuite-de-general-villas-boas-sobre-lula-foi-discutido-por-ministros-de-bolsonaro-1.2447248>, consultado em 05/02/2023. Da mesma forma, durante a sessão de Julgamento do Habeas Corpus de Lula, em clima de extrema tensão, o Ministro Fachin repudiou com veemência a intervenção militar sobre os trabalhos do STF. Ver: 15/02/2021 In: Fachin repudia pressão de Villas Bôas sobre o STF contra Lula; quando considerada o ato como 'Intolerável', "injurídico", "gravíssimo" e ferindo a ordem constitucional.. Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/politica/fachin-repudia-pressao-de-villas-boas-sobre-o-stf-contra-lula-intoleravel/>. Consultado em 05/02/2023.



CAPÍTULO XIII


O retorno de “1964”: a utopia reacionária

A presença, ou a inexplicável ausência, dos Militares em 08/01 reavivam dolorosamente toda essa memória da República em suas crises militares. A fragilidade da segurança e da inteligência presidencial, bem como as conexões mais diretas inclusive do Comando do Exército, é reconhecida pelo próprio presidente Lula, em entrevista no dia 12/01/2023, ao fazer um balanço da crise golpista. Na verdade, o retorno do tema “1964” aos debates acadêmicos e políticos foi uma consequência direta das falas revisionistas e negacionistas do próprio Jair Bolsonaro desde a campanha eleitoral de 2018. Ao negar sequestros e mortes, tortura e censura, por vezes com deboche – como no caso do sequestro sem solução do estudante Fernando Santa Cruz ou do deputado Rubens Paiva¹⁴⁹ – Bolsonaro obrigou familiares, sobreviventes e pesquisadores da História do Tempo Presente a rebater as fakenews e negativas rasas sobre a natureza da Ditadura de 1964 e da prática de tortura, sequestros, atentados com bombas e mortes no Brasil entre 1964 e 1985. A temática estava relativamente consolidada e poucas vezes saltava de teses

149 HORA DO POVO. Bolsonaro debocha de assassinato do pai do presidente da OAB durante a ditadura, 29/07/2019. In: <https://horadopovo.com.br/bolsonaro-debocha-de-assassinato-do-pai-do-presidente-da-oab-durante-a-ditadura/>, Consultado em 21/01/2023.

e livros de pequena tiragem para o noticiário político. Foi, contudo, o negacionismo histórico – incluindo as tentativas de Eduardo e Carlos Bolsonaro em recriar o SNI ou reeditar o AI-5, com apoio do General Augusto Heleno, que causaram espanto e revolta na opinião pública, reabrindo o debate público sobre a natureza do Golpe de 1964¹⁵⁰.

150 UOL. Bolsonaro defende golpe de 1964 e ditadura militar e a compara a seu governo... - Veja mais em <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2022/03/31/braga-netto-diz-que-golpe-militar-de-64-fortaleceu-a-democracia.htm?cmpid=copiaecola>, 31/03/2022. Consultado em 21/01/2023.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

D. G. I. L.
D. P. P. S. - P. O.
SERVIÇO DE BUSCAS

SECAO DE BUSCAS ESPECIAL

Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1978
Ass: JORNAL "EM TEMPO"
Ref: PEDIDO DE BUSCA 01011
Prot. D.º nº 817 - SB nº 602 - SBE nº 458

INFORMAÇÃO Nº 149

Senhor Chefe da S.B.E.
Cumprindo determinações exaradas no despacho -
de referência, informo o seguinte:

Trata-se do professor de História FRANCISCO -
CARLOS TEIXEIRA DA SILVA, brasileiro, natural do RJ, filho de Da-
vid Teixeira da Silva e de Zuleica Teixeira da Silva, residente na
Rua Lobo Júnior nº 1475 aptº 201 - Telefone 230-5933, portador da
identidade nº 3.165.419 - IFF, Título de Eleitor nº 169.587 da 11ª
Zona, professor do Colégio GPI, Turma 52 às 5ª feiras no horário -
das 19 horas.

Segundo apurou-se, consta que o reportado é um
bom professor da matéria e ministra seus ensinamentos com certa eu-
foria, tanto para a história moderna e contemporânea e que por isso
foi chamado atenção através do Major THOMPSON, do M.B.C.

Era o que nos cumpria informar.

Henrique

545

Mod. 14 - Ofício

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Divisão de Pesquisa e Preservação Cultural
Cópia com o original

Ass: *DEK*
Data: *16/5*

2545

Documento pertencente ao Acervo do DOPS/ Arquivo Público do Rio de Janeiro informando sobre as operações de "Busca e Apreensão" contra o então estudante Francisco Carlos Teixeira da Silva, um dos autores do presente livro. A perseguição policial, sequestros, cárcere ilegal, tortura e mortes era um traço marcante do Regime Civil-Militar de 1964.

Com essa especiosa interpretação da História do Brasil, desde as Batalhas dos Guararapes contra os holandeses, em 1648 e 1649, quando o “Exército” (qual Exército brasileiro?!) salvou o país da invasão estrangeira até a Proclamação da República, em 1889, os militares teriam adquirido um “direito” de intervir na República e decidir o que seria, para eles, a “ordem na casa de Selma”. Acreditam também que o extinto Poder Moderador do Imperador – estabelecido na Constituição Imperial de 1824 como recurso para a intervenção pessoal do Imperador na política – persiste na realidade política brasileira como uma “mão invisível” da “Tutela Militar” sobre a República. Com a deposição do Imperador Pedro II, o decadente “Poder Moderador” – um quarto “poder” para além do Legislativo, Judiciário e Executivo, este expresso na figura do ministro do Império (um primeiro-ministro) –, em 1889, teria emigrado para as mãos dos próprios militares, para que tivessem o direito e o dever de remediar os males da República, sendo, simultaneamente, os donos e os convidados na “Festa da Selma”¹⁵¹.

Pelo contrário, as medidas de controle dos acontecimentos recentes através de uma intervenção civil, com o recurso de PMs de estados onde o bolsonarismo não rompera a cadeia de comando – como Bahia, Pará, Maranhão, Ceará – sob uma intervenção “civil” inédita, sem GLO e sem generais como oficiais de justiça e da ordem, sob o controle do Ministério da Justiça, marca a nova política posta em ação pelo Governo Lula e, talvez, a superação do *habitus* histórico de tutela militar sobre a República. Hoje trata-se de defender a República sem as habituais botas e uniformes, refundando a República “civilmente”.

Esta é, sem dúvida, a grande novidade, a verdadeira ruptura, na história da República. O poder civil, a República Democrática, não usou os militares para restaurar a ordem na capital federal. De fato, no fim da noite 08/01, após uma violenta discussão entre o Ministro da Justiça e o comandante do Exército – durante a qual o Ministro Flávio Dino supostamente temeu por sua própria segurança e pela possibilidade de ser preso –, o Comandante do Exército impediu a prisão dos depredadores no acampamento em frente ao QG, supondo a possibilidade de resistência e de mortes. Assim, o Coman-

151 Teixeira Da Silva, Francisco C. y Schurster, Karl. A República Sitiada. Recife, Edupe, 2023, p. 21 e ss.

dante do Exército desobedeceu as ordens do Presidente da República., e a decisão do Interventor Federal Ricardo Capelli em permitir a prisão de depredadores da Capital Federal refugiados no acampamento em frente ao QG do Exército. Para isso, o General Arruda, de forma ameaçadora, desdobrou tropas na rua e moveu carros blindados para a Praça dos Cristais, onde se mantinha o “acampamento patriótico”. Somente a providencial intervenção do Ministro da Defesa, adiando para a manhã de 9/01 o desmantelamento do acampamento – aliás ordem do STF – e o início das prisões, evitou que o general se declarasse em rebeldia frente as ordens do Governo Federal, do Interventor Federal e do próprio STF¹⁵².

Na Praça dos Cristais se partira, em definitivo, a confiança entre o Presidente e o Comandante do Exército.

Naquele momento, notícias de ataques a torres de energia e refinarias de combustíveis no Paraná, Rondônia, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina ainda circulavam na imprensa. Para muitos, o golpe ainda estava em curso¹⁵³.

Da mesma forma, o general Arruda conduziu uma forte discussão sobre a situação da nomeação de TC Cid, ex-assistente do presidente Bolsonaro e considerado “chefe” do chamado “Gabinete do Ódio”, que assessorou o ex-presidente. O soldado em questão – um brilhante jovem, com excelentes passagens pelas escolas militares – havia sido designado, por Bolsonaro, para comandar o Batalhão de Forças Especiais do Exército, em uma cidade, Goiânia, muito próxima a Brasília. Além disso, o TC Cid é investigado na Suprema Corte por atividades antidemocráticas e outros inquéritos em andamento. O novo governo considerou “insuportável” a nomeação de um oficial para comandar uma unidade vital, estratégica, que poderia vir a responder a um processo por atividades contrárias ao Estado de Direito. Aqui há um profundo agravamento da crise Exército-Governo Federal: a nomea-

152 Ver De acordo com uma entrevista com funcionários do próprio Ministério da Justiça, em 01/10/2023

153 O GLOBO. Ataques atingem torres de 3 linhas de transmissão, mas não afetam abastecimento de Energia, 10/01/2023. Em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2023/01/10/ataques-atingem-torres-de-3-linhas-de-transmissao-mas-nao-afetam-abastecimento-de-energia.ghml>. Consultada em 19/01/2023.

ção de oficiais é de competência exclusiva do Comandante do Exército e não devem, nunca, seguir critérios político-partidários e, assim, o general Arruda considerou a exigência de revogação do ato de nomeação do TC Cid para um comando como uma intervenção indevida, política, apesar de o oficial estar sendo investigado pelo mais alto tribunal de justiça do país.¹⁵⁴ Neste sentido, o Comandante do Exército tinha, então, a total solidariedade da força, que acreditava – e acredita ainda – que um afastamento do oficial do seu comando só deveria se dar ao final de um julgamento “justo e transparente”, esgotados todos os recursos cabíveis. Na verdade, a indevida projeção da figura do tenente-coronel foi tão somente um biombo para um debate bem mais profundo e que ultrapassa muito além o personagem em pauta. Tratava-se, entre 9 e 20 de janeiro de 2023 de saber se o Presidente eleito poderia ou não exigir a exoneração de um oficial de um comando. O “bater de calcanhares” em torno do militar foi bem mais uma forma de “fechar” as Forças Armadas à “intromissão” civil, considerada pela maioria dos oficiais como indevida. Assim, a solidariedade do General Arruda ao jovem em questão – malgrado a “dinastia” de oficiais a que pertence e os méritos do próprio oficial, sempre entre os três primeiros de turma –, era uma cobertura sobre até onde poderia ir a decisão presidencial. O General Arruda apostou na defesa intra corpore do oficial como o rubicão do poder civil que não seria ultrapassado. E errou, talvez por demais confiado nas garantias do Ministro da Defesa, na contenção de Lula da Silva nos governos anteriores em face do que se pretendia como um “Poder Militar”. Errou claramente na sua avaliação. Desde Roraima, diante das televisões do país e do mundo, expondo a tragédia do povo Yanomami – que salpicava diretamente sobre os militares – Lula, reforçado política e moralmente, incumbiu o próprio Ministro da Defesa de exonerar o Comandante Militar.

Era o 21/01/2023, o outro ápice da crise.

Por fim, foi somente após a nomeação do novo comandante do Exér-

154 AGÊNCIA DO FÓRUM. Contas do gabinete presidencial sob suspeita: Moraes quebra sigilo de assessor de Bolsonaro, 26/09/2022. In: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/9/26/contas-do-gabinete-presidencial-sob-suspeita-moraes-quebra-sigilo-de-assessor-de-bolsonaro-123899.html>, consultado em 21/01/2023. Vemos que houve uma mistura indesejada entre o privado e o público nas funções do TC Cid, intimamente ligado ao ex-presidente Bolsonaro e sua família.

cito, general Tomás, que o imbróglio do papel do oficial foi resolvido, em 24/01/2023, com sua “renúncia” negociada ao cargo. Em seguida, o novo Comandante do Exército volta-se para a situação do coronel Fernandes da Hora, comandante do Batalhão da Guarda Presidencial Duque de Caxias, cuja a delicada situação é tratada. Neste caso o coronel “cai para cima”, assumindo um cargo no Comando do Exército. Tais negociações, longas e conflituosas, mostram que há um forte “espírito de corpo” na instituição, que se confunde com posições políticas, e uma grande dificuldade em reconhecer suas próprias falhas, seja pela ação, como no caso do TC Cid, seja pela inação, como no caso do coronel Fernandes da Hora¹⁵⁵.

Os altos comandos consultados consideraram, juntamente com o general Arruda, que seriam necessárias duas condições para a “punição” do oficial: que lhe fosse oferecido um processo formal com defesa livre perante a Justiça Militar e que a demissão só ocorresse depois de todos os recursos terem sido julgados. De fato, a hierarquia do exército teme que a autonomia das nomeações seja perdida e que seus membros sejam levados a um tribunal civil, mesmo que seja a Suprema Corte – esta por sinal, particularmente malvista nos meios militares por seu “ativismo” e “punitivismo”. Ao mesmo tempo, o Ministério Público Militar elaborou, rapidamente, sua “própria” análise dos eventos que antecederam e ocorreram no dia 08/01 que ameaça ser, no âmbito militar, o rascunho geral da crise, ignorando os episódios de bombas e das torres dinamitadas e considerando os “acampamentos patrióticos” como uma manifestação livre do espírito democrático¹⁵⁶. Incompreensivelmente, as investigações sobre atentados terroristas ao sistema elétrico nacional e a invasão de refinarias e a paralisação de estradas não foram correlacionadas nas investigações em curso – incluindo análises fundamentais da origem e tipo dos explosivos e da natureza dos mecanismos de detonação (fundamentais para estabelecer a origem dos atos terroristas), que continuaram a ocorrer nos dias posteriores a 08/01¹⁵⁷. O fato de

155 UOL. Novo comandante do Exército suspende nomeação de ex-assessor de Bolsonaro... In: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/24/exercito-barra-ex-ajudante-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>, 24/01/2023. Consultado em 21/01/2023.

156 Conversa do autor com oficiais gerais comandando regiões militares e oficiais superiores com comando da ativa.

157 Soares, Luis Carlos e Teixeira Da Silva, Francisco C. Reflexões sobre a Guerra. Rio de Janeiro, 7Letras, pp. 65 e ss.

haver pessoas armadas, manipulação de explosivos e pedidos permanentes de “Intervenção Militar Já”, inclusive ameaças físicas ao Presidente e seus próximos – como o Caso Cristiano Zanin no Aeroporto de Brasília – não foram considerados pela Justiça Militar como fonte de risco ao Estado de Direito. Foi nesse momento que o Ministro da Justiça, Flávio Dino – alvo de críticas da Direita e de ciúmes dos demais ministros “por excesso de exposição” – e Advocacia Geral da União/AGU, Jorge Messias, ao lado do Interventor em Brasília, Ricardo Capelli e, claro, o Ministro Alexandre de Moraes – agora respaldado pelo colegiado do STF – insistiram no aprofundamento das investigações, inclusive desafiando um modorrento Procurador Geral da União a apresentar as denúncias sobre os depredadores presos em Brasília¹⁵⁸. Numa postura “apaziguadora”, que sucede ao “gradualismo”, o Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, o Ministro-Chefe do GSI e, lateralmente, o Ministro do Exterior, embaixador Mauro Vieira, procuram gerir as perdas e danos no sistema de Inteligência, de Segurança e nas corporações militares e policiais¹⁵⁹. Somente o aprofundamento da crise, com o enfrentamento com o Comandante do Exército, e a consciência, mesmo que não revelada, da continuidade da conjuração antidemocrática – como comprova a “denúncia-bomba” do Senador Marcos do Val – inclinaram o Presidente Lula a exigir punições exemplares. A postura do Ministro Mauro Vieira, um diplomata de carreira, buscando o “rebaixamento” da tensão se explica pela preocupação com a imagem do país – já duramente afetada pelo bolsonarismo – no exterior. Assim, Vieira convence o Presidente Lula a “rebaixar” o nível da reunião da OEA sobre o Golpe no Brasil, recusando uma reunião de chanceleres, o que acaba transformando a reunião da OEA de solidariedade ao Brasil num encontro burocrático e rotineiro entre embaixadores já acreditados na entidade em Washington. Particularmente os Presidentes Petro e Boric, da Colômbia e do Chile, preocupados com a si-

158 AGÊNCIA PORTAL MOTOGROSSENSE. Atentados terroristas continuam: torres de energia foram derrubadas e bomba colocada em ponte, 10/01/2023. In: <https://portalmatogrosso.com.br/ataques-terroristas-continuam-torres-de-energia-foram-derrubadas-e-bomba-colocada-em-ponte/>, consultado em 21/01/2023.

159 O GLOBO. Múcio diz não ver envolvimento ‘direto’ das Forças Armadas em atos golpistas e que comandantes concordam com ‘providências’, 20/01/2023. In: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/20/mucio-diz-nao-ver-envolvimento-direto-das-forcas-armadas-e-que-comandantes-concordam-com-providencias.ghtml>, consultado em 21/01/2023.

tuação de golpismo e repressão no Peru e com a possibilidade dos tumultos no Brasil incentivarem grupos de Extrema-Direita em seus próprios países, se sentiram frustrados¹⁶⁰.

A continuidade da crise unifica o Governo sob controle direto de Lula da Silva. Para Lula da Silva se torna claro que o golpismo é uma estratégia bem planejada de impedir a plena realização do seu governo, seja pela ameaça real de derrubada da ordem democrática, seja pela sucessão de “sustos” e denúncias-bomba que ameaçariam tonar o mandato de Lula no “governo do golpe”, em especial através de uma CPI que tornar-se-ia palco de ameaças, lamentos e acusações contra o próprio governo, contra o STF e os demais tribunais superiores considerados como “usurpadores” na novílingua do bolsonarismo. Assim, todo o governo, depois de 15-19 de janeiro, já ciente das imensas urgências nacionais, começa de fato a fazer as nomeações administrativas necessárias e colocar as decisões presidenciais em movimento.

A crise militar, contudo, permanecia. Assim, permitir a demissão do jovem coronel, para muitos, abriria caminho para a demissão e criminalização do coronel Fernandes da Hora, comandante da Guarda Presidencial do Palácio do Planalto e, em última instância, até mesmo o risco de chegar-se ao Comandante Militar do Planalto (da Região). Isso abriria uma grande lacuna para investigações dentro do próprio Exército. Nesse caso, todos os oficiais consultados afirmaram que as demissões e acusações contra oficiais só poderiam ser realizadas pela própria Justiça Militar – velho e polêmico tema – e após todo o processo ter sido julgado. Assim, o Governo Civil, por sua vez, deveria conviver com comandantes militares em quem não confia e que poderiam, mais uma vez, agir de forma “indisciplinada” ou “negligente”¹⁶¹.

160 UOL. Brasil esvazia reunião internacional e barra voto sobre golpistas... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/01/09/brasil-esvazia-reuniao-internacional-e-barra-voto-sobre-golpistas.htm?cmpid=copiaecola>, 09/01/2023. In: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/01/09/brasil-esvazia-reuniao-internacional-e-barra-voto-sobre-golpistas.htm>, consultado em 21/01/2023.

161 Entrevista com o Comandos Militares do Comando Militar [da região] do Planalto nos dias 19 e 20 de janeiro de 2023. FOLHA DE SÃO PAULO. Lula demite o comandante do Exército. In: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/lula-demite-comandante-do-exercito-apos- crise-de-confianca.shtml>, 20/01/2023.

Dá um segundo ponto de algidez da crise constitucional brasileira: em 21/01, quando o Presidente da República exonera o comandante do Exército, dada a sua resistência em anular a nomeação do pivô da crise, no Batalhão de Forças Especiais. O general Arruda convoca uma reunião de emergência, remotamente, do Alto Comando do Exército para o mesmo dia. No entanto, ele não conseguiu a solidariedade dos seus pares do Alto Comando do Exército ou dos outros comandantes da Marinha e da Força Aérea, como acontecera no Governo Bolsonaro quando este interveio no Comando do Exército gerando a demissão solidária de todos os comandantes das Forças – uma importante sinalização da mudança de ares no setor militar¹⁶².

Pela primeira vez, o ministro da Defesa reconhece que há uma “crise de confiança”, uma fratura, nas relações entre o Comando do Exército e o Governo da República, o que justificaria as mudanças. Este reconhecimento marca o fim da política de “gradualismo” do ministro José Mucio Monteiro, substituída agora pelo “apaziguamento”. O general Tomás (Ribeiro Paiva), o próximo na hierarquia, é proposto e imediatamente nomeado Comandante do Exército. De forma muito “oportuna”, o general Tomás havia proferido um vigoroso discurso em defesa da Democracia e da disciplina militar pouco antes – em 18 de janeiro, filmado e publicado no site do Comando Militar do Sudeste (Região de São Paulo). O novo comandante do Exército é um oficial com fortes laços com os chefes do “antigo” PSDB, anterior a sua bolsonarização – partido quase extinto nas eleições de 2022, embora tenha sido uma grande força política de importantes quadros na Nova República. Além disso, é próximo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do atual vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, ele próprio, então, governador de São Paulo pelo PSDB.¹⁶³

Consultado em 22/01/2023.

162 FOLHA DE SÃO PAULO. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/lula-arrisca-tratamento-de-choque-para-por-fim-a-crise-com-os-militares.shtml>, consultado em 22/01/2023.

163 CORREIO DO POVO. Após ‘fratura de confiança’, Lula troca comandante do Exército, 22/01/2023. In: <https://correiopovo-al.com.br/geral/apos-fratura-de-confianca-lula-troca-comandante-do-exercito>, consultado em 22/01/2023.



CAPÍTULO XIV

Os golpes de Estado de Jair Messias Bolsonaro

Todos que acompanham a carreira política de Bolsonaro sabem que ele nunca foi um democrata e o bolsonarismo, embora vago e difuso, caracteriza-se por uma doutrina racista, autoritária, excludente e pelo cultivo do ódio e da mentira – as fakenews – como forma de mobilizar seus militantes. Ao longo de seus mandatos – foram um total de seis mandatos no Congresso Nacional, totalizando 27 anos de presença no Poder Legislativo –, o ex-presidente mostrou constantes sinais de truculência, ignorância dos valores éticos da Democracia, misógino e homofóbico e perfeito desprezo pela cultura e pelas artes no Brasil. O próprio ex-deputado, ou em diversas ocasiões seus filhos e apoiadores, ameaçou fechar o Supremo Tribunal Federal, produziu falsas alegações de fraude no processo eleitoral e, com o patrocínio do PL – seu atual partido – pediu a nulidade das eleições presidenciais de 2022 por uma pretensa fraude no voto eletrônico, gerando uma multa punitiva ao PL por parte do STE.

Não podemos esquecer, no entanto, que, mesmo antes de 8 de janeiro, as eleições de 2/10/2022 já tinham sido duramente ameaçadas: os gastos espantosos do candidato Jair Bolsonaro, as doações ilegais, o uso extenso da máquina do governo federal e, incluso, a violência, com a Polícia Rodoviária

Federal/PRF, sob as ordens do Ministro da Justiça de Bolsonaro, o notório Anderson Torres,. Tudo se fez, todo tido de chicana para impedir que os eleitores, em especial em Estados onde o candidato Lula da Silva tinha possível bom desempenho, pudessem votar. As mesmas práticas se repetiram no dia 30/10/2022, com a Presidência da República atuando para tumultuar as eleições¹⁶⁴.

Descobertas e testemunhos recentes, incluindo a “Minuta da Comissão Civil-Militar” de intervenção no Tribunal Superior Eleitoral, mostram o que há muito se suspeitava: Bolsonaro e seus correligionários, incluindo seu ministro da Justiça Anderson Torres – no momento atual sob prisão determinada pelo STF – planejaram um golpe no Brasil. Seu atual partido, o PL e seus aliados, continuam, mesmo depois de 8/01 a acusar o STF de impedir o bom funcionamento do sistema de Três Poderes e de interferir nas atribuições do Chefe do executivo. Na “novilíngua” do fascismo, com violentas torções semânticas, a defesa da ordem democrática aparece na fala bolsonarista como “insuportável” ameaça à Liberdade. De fato, podemos dizer com segurança, agora, que o ex-presidente tentou quatro vezes derrubar o Estado de Direito no Brasil e implementar um simulacro do passado Regime Civil-Militar inaugurado em 1964¹⁶⁵.

O primeiro ataque de Bolsonaro à Constituição Federal e à ordem democrática ocorreu em 7 de setembro de 2021, quando o presidente reuniu multidões em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro para declarar que não aceitaria mais as decisões do Supremo Tribunal Federal, ofendendo seus

164 CONGRESSO EM FOCO. GOVERNO BOLSONARO USA PRF PARA IMPEDIR ACESSO DOS ELEITORES DE LULA A SEÇÕES ELEITORAIS, 30/10/2022. IN: [HT-TPS://CONGRESSOEMFOCO.UOL.COM.BR/AREA/PAIS/GOVERNO-BOLSONARO-USA-PRF-PARA-IMPEDIR-ACESSO-DOS-ELEITORES-DE-LULA-A-SECOES-ELEITORAIS/..](https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/governo-bolsonaro-usa-prf-para-impedir-acesso-dos-eleitores-de-lula-a-secoes-eleitorais/) E AINDA: O GLOBO. Moraes intima diretor da PRF a parar imediatamente operações sobre transporte público de eleitores, 30/10/2022. In: [HTTPS://G1.GLOBO.COM/POLITICA/ELEICOES/2022/NOTICIA/2022/10/30/MORAES-PEDE-QUE-DIRETOR-DA-PRF-EXPLIQUE-IMEDIATAMENTE-OPERACOES-SOBRE-TRANSPORTE-PUBLICO-DE-ELEITORES.GHTML](https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/moraes-pe-de-que-diretor-da-prf-explique-imediatamente-operacoes-sobre-transporte-publico-de-eleitores.ghtml), CONSULTADOS EM 06/02/2023.

165 O GLOBO. Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputados dos atos antidemocráticos, 31/03/2022. In: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml>, consultado em 22/01/2023.

ministros, e que “devolveria” o poder ao povo – um bordão recorrente das Extremas-Direitas em todo o mundo. Ele foi aplaudido pela multidão de extremistas com gritos sintomáticos de “Eu autorizo!”. Estivemos, então, no limite do rompimento constitucional, e somente a recusa do Alto Comando do Exército, mobilizado pelo Ministro Fux, do STF, fez o Presidente recuar do seu intento.

A segunda tentativa de promover o golpe ocorreu, sabemos agora, logo após as eleições de 30/10/2022, quando Bolsonaro e Anderson Torres – de acordo com as evidências disponíveis também com a colaboração do general Braga Netto – propuseram por meio de um “Projeto de Comissão Reguladora Eleitoral” uma forma de declarar o “Estado de Defesa”, de acordo com o artigo 136 da Constituição, “no” STE. Numa visão distorcida travestiam de “ordem” a manipulação golpista do instituto constitucional. Em todo esse tempo, o ex-presidente continuou afirmando em público que sempre agiu “dentro das quatro linhas da Constituição”. A questão, no entanto, que foi levantada com a descoberta da “Minuta” do Golpe é a capacidade do ex-presidente de entender, e aceitar, o que seriam as chamadas “quatro linhas” da Constituição. Não só as noções de “ordem”, “segurança pública” e “paz social” foram ilegalmente distorcidas, mas também houve um mal-entendido de tais imperativos que caracterizariam uma crise e que poderiam desencadear o Estado de Defesa. Erro ou fraude a intervenção contra a Justiça Eleitoral também seria crime. A imposição, de forma distorcida, do “Estado de Defesa”, para estabelecer um resultado falsificado das eleições que daria vitória a Bolsonaro, desencadearia um conflito político aberto. A transformação do “Projeto Civil-Militar de Intervenção no STE” – na verdade, a rota do mapa golpista – via um decreto levantaria o STF e o STE contra o governo, que seria declarado “em sedição”, segundo o Código Penal brasileiro, levando o país ao confronto e ao caos. A tragédia não se concretizou devido, ainda uma vez, à falta de apoio por parte do Alto Comando do Exército às pretensões do presidente e do seu ministro da Justiça e do então poderoso general Braga Netto¹⁶⁶.

166 FOLHA DE SÃO PAULO. Bolsonaro ameaça golpe e o STF. 07/09/2022. In: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/bolsonaro-repete-ameaca-golpista-e-diz-que-7-de-setembro-sera-ultimato-a-ministros-do-stf.shtml>, consultado em 22/01/2023.

A recusa do ACE em participar de qualquer aventura golpista patrocinada por Bolsonaro não reflete uma conversão democrática, ilimitada, ou uma oculta simpatia por Lula. Em verdade, desde o melancólico final do regime militar, em 1985/88, os militares guardam uma profunda mágoa de seus companheiros civis na empreitada de 1964. Consideram que as instituições que promoveram, e pediram, também então, às portas dois quartéis, o Golpe de 1964, acabaram por abandonar a “nau da Revolução” e passar, com sucesso, por uma repentina conversão democrática, passando seus currículos á limpo. Assim, figuras notórias da ditadura, como José Sarney, Delfim Netto, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães tornaram-se, através da dissidência do PFL em face do PDS, em próceres da Nova República. Ao lado do Decreto da Anistia, de 1979, o chamado “Acordo de Minas Gerais”, formando a Frente Liberal em 1984, uniu líderes da antiga ditadura – Sarney à frente – com os líderes democratas, como Tancredo Neves, FHC e Leonel Brizola, com o apoio de Aureliano Chaves, Antonio Carlos Magalhães e Marco Maciel.

Tratava-se, então – e como agora –, de garantir que não haveria “revanchismo”, sem auditoria da gigantesca dívida externa, dos atos de corrupção, de declaração de inelegibilidades. Os militares – como então vocalizou o Ministro da Aeronáutica Délio Jardim – sentiram-se traídos e responsabilizados por um regime criado por inúmeros atores sociais. Tal experiência pesa fortemente sobre as decisões do Alto Comando sobre a manutenção do caráter estritamente “profissional” e o respeito ao “livrinho” – alusão à Constituição – do então todo poderoso General Leônidas Pires Gonçalves.

Tal “trauma” histórico não quer dizer que os militares não assumiriam, em vista da crise gerada pelos eventos de Brasília, as responsabilidades do Poder. Contudo, este deveria vir como um apelo para salvar o país da anarquia. Não provocariam o golpe, mas assumiriam suas responsabilidades, baseados numa leitura equivocada do Artigo 142 da Constituição de 1988. Hoje, aliás, consideram-se muito mais preparados para gerir a Nação do que estavam em 1964. Então precisavam dos “sábios”. Hoje, com os cursos de MBA acoplados à formação militar obrigatória, em convênios da Escola de Guerra Naval/EGN e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército/Eceme, com a Copead, da UFRJ, e com a FGV e a FDC, consideram-se como aptos

às funções do Estado. Embora o terrível evento de “explosão” de mortes em Manaus, durante a pandemia de covid-19, a situação trágica dos Yanomami e a incapacidade de detectar o tráfico de drogas em aviões da FAB sejam apontados, constantemente, como tremendas falhas de gestão cometidas por militares.

Em entrevista recente, o líder do PL, Valdemar da Costa Netto admitiu que o Presidente buscou todas as formas possíveis de aplicar um golpe de Estado – com seu “jeito meio maluco” –, só não o fez por falta de apoio parlamentar, militar e internacional, como comprova a “Minuta” do golpe e a alopada denúncia do senador Marcos do Val, conectando pontas que explicitam a inconformidade de Bolsonaro com os resultados eleitorais de 30/10/2022¹⁶⁷.

Pela terceira vez, foi tentado um golpe de Estado naquele “Domingo da Vergonha” de 08/01/2023, quando após o incentivo de Bolsonaro – que previu “algo maior que o Capitólio” –, no twitter, com a deserção do secretário de Segurança do DF, a inação do governador do DF e a benevolência do Batalhão Duque de Caxias, que guardava o palácio presidencial, junto à inoperância da PM do GDF, ocorreu um espetáculo de destruição, violência e ódio na Capital Federal. A atitude do Batalhão Duque de Caxias e suas possíveis conexões é, como vimos, particularmente grave, especialmente se lembrarmos que o ministro da Defesa de Bolsonaro, com o aval do Exército, endossou as suspeitas sobre a higidez das urnas eletrônicas¹⁶⁸.

Assim, três vezes em pouquíssimo tempo, o bolsonarismo buscou subverter a ordem democrática no Brasil. Por duas vezes houve uma intenção, ação direta, da Presidência da República, em movimento iniciado pelo próprio presidente, em 2021, e por meio de seu ministro da Justiça, no período pós-eleitoral de 2022, coroando as 35 “lives” feitas pelo presidente exclusivamente contra urnas eletrônicas – incluindo a presença do então

167 GGN. Bolsonaro na mira: Valdemar Costa Netto depõe hoje à PF sobre “minutas de golpe”, 02/02/2023. In: <https://jornalggcn.com.br/politica/bolsonaro-valdemar-costa-neto-depoe-minutas-golpe/>, Consultado no mesmo dia.

168 UOL. Bolsonaro anuncia o golpe ao mundo: já hora de reagir!... Em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/comissao-arns/2022/07/21/nota-publica-xxxxxxxxxxxxx.htm?cmpid=copiaecola>, consultado em 22/01/2023.

ministro da Justiça quando foram alegadas provas falsas de fraude em urnas eletrônicas. Finalmente, através de uma vasta conspiração contra a Democracia – muito maior que os eventos em Brasília –, no domingo 08/01, elementos bolsonaristas no Brasil e no exterior, mais uma vez tentaram o golpe, rompendo a cadeia de comando legal das forças policiais e do próprio Exército¹⁶⁹. Foi com a inação e benevolência dos órgãos de segurança, que os extremistas chegaram ao ápice da violência e da destruição dos espaços icônicos dos Três Poderes. Trajando seus “uniformes” amarelos, a camisa da seleção nacional de futebol, e cobertos pelo uso infame da bandeira do Brasil – emulação dos “Camisas Negras” do fascismo italiano, dos “Camisas Pardas” das SA nazistas e dos “Camisa Verdes” do Integralismo brasileiro –, mostraram à nação como seria o país, se entregue à destruição e a violência, caso chegassem ao poder, conforme a prática comum das insurreições fascistas.

Por fim, uma última tentativa de desestabilizar o Governo Lula da Silva, emerge em 2/02/2023 quando o senador Marcos do Val faz sua “denúncia-bomba”, visando claramente envolver personagens do atual governo nas aventuras golpistas e impedir as investigações através da falsa inculpação do Ministro Alexandre de Moraes. Neste caso, áudios posteriormente publicados demonstram que, já em 10 de janeiro, urdia-se no próprio GSI uma versão falsificada do 8 de janeiro, atribuindo os eventos a uma conspiração anti bolsonarista do Ministério da Justiça com o próprio Presidente eleito Lula da Silva¹⁷⁰.

Vemos, como registro histórico, que Bolsonaro nunca foi um democrata, como evidenciado por sua defesa da ditadura e da tortura no passado recente e tempestuoso do Brasil. No entanto, o que emerge de uma disposição tão repetitiva da busca do golpe de Estado é um caráter irremediavelmente antidemocrático e ditatorial. Nesse contexto, para muitos, não se deve apostar

169 AGÊNCIA AOS FATOS. As 356 mentiras sobre ditadura, Judiciário e urnas que compõem quatro anos de golpismo de Bolsonaro, 18/01/2023. Em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-mentiras-quatro-anos-de-golpismo/>, acesso em 22/01/2023.

170 FORUM. EXCLUSIVO: Áudios mostram que ‘contaminação’ no GSI permanece e Lula e Dino são alvos, 10/02/2023. In: <https://revistaforum.com.br/politica/2023/2/10/exclusivo-audios-mostram-que-contaminacao-no-gsi-permanece-lula-dino-so-alvos-131316.html>, consultado em 12/02/2023.

em um “gradualismo” inercial para combater os inimigos da Democracia. Ou, mesmo, apostar no seu “apaziguamento”. O bolsonarismo é um movimento de massas que conseguiu reunir o fundo conservador e escravista comum de nossa história, com o fundamentalismo religioso pentecostal e católico resistentes ao aggiornamento da Igreja, com a herança integralista e nazista dos anos 1930 e, finalmente, a forte presença do novo bonapartismo de feição trumpista. Essas várias fontes doutrinárias do bolsosfascismo permitiram o surgimento de uma visão de mundo reacionária, mas flexível o suficiente para abranger vastas camadas sociais. O bolsonarismo tornou-se, assim, uma nova corrente política no cenário nacional. Com um simples programa doutrinário baseado no racismo e na negação de movimentos que defendem os direitos das minorias, a inclusão social e a ampliação dos Direitos Civis – negando até mesmo a denúncia da longa opressão de gênero, etnia e classe no país e o papel da escravidão na história do Brasil – conquistou vastas camadas das classes médias, atônitas e furiosas com a crise, real ou imaginária, de seu próprio status social. Tal movimento, como seus homólogos na França, Espanha, Alemanha e Estados Unidos, é uma realidade nova e permanente das sociedades industriais de massa modernas. No entanto, ao contrário do caso do “Vox” na Espanha, ou do “Alternativ für Deutschland”, na Alemanha, ou da “Frente Nacional” na França, os grupos bolsonaristas de extrema-direita alcançaram, no Brasil, um feito inigualável. Por um lado, conseguiram unificar as várias e fragmentadas forças das Direitas pré-existentes, que tinham uma longa história de divisões e de lutas intestinas; por outro lado, tornaram-se hegemônicos no “bloco orgânico da Direita” a partir de um programa “maximalista”, em um sentido amplo negacionista, supremacista e excludente. Enquanto, na Espanha, por exemplo, o Vox deve manter uma convivência dúbia e conflituosa com o Partido Popular/PP ou na Alemanha partidos como a CSU, ou mesmo a CDU, confrontam a Extrema-Direita, no Brasil o bolsonarismo ganhou uma ampla hegemonia sobre as diferentes formas das Direitas no Brasil¹⁷¹. Destas fontes múltiplas resultou uma fala – a novilíngua bolsonarista – peremptória, que não dialoga, mas ofende e acusa, não participa do “arco constitucional” da República, desdenhando da democracia, não aceita o dissenso ou a diversidade, apos-

171 ESTADO DE MINAS GERAIS. Bolsonaro elogia coronel condenado por tortura: ‘Lutou por democracia’, 27/02/2022. Consultado em 22/01/2023.

tando num mundo uniforme e hierárquico permanentemente mobilizado contra um inimigo “conveniente” antipatriota, corrupto e anticristão.

O bolsonarismo em si não se limita ao seu partido oficial, o PL/Partido Liberal, com maioria na Câmara dos Deputados. Outros partidos, como o Partido Novo, que elegeu o governador de Minas Gerais, são uma clara linha auxiliar do bolsonarismo, diferenciando-se apenas na disputa entre personalidades e no vernáculo educado – embora por vezes bastante inculto. De fato, a “função partidária” orgânica da Extrema-Direita no Brasil hoje é compartilhada pelo próprio partido bolsonarista do ex-presidente – o PL – mas também envolve as corporações militares que foram profundamente “partidárias” durante o período Temer-Bolsonaro, bem como uma parte substancial do Judiciário e da Magistratura. A íntima associação do Estado, através da administração pública, com os militares ficou explícita na cooptação de cerca de 7.000 deles para funções governamentais civis. Desde os primeiros dias do governo Bolsonaro, foram organizadas “listas” de militares dispostos a participar do governo, mantendo seu pleno estatuto de militar, somado aos cargos comissionados, contando o tempo de serviço para promoções e passagem à Reserva, com emolumentos integrais e acréscimos de cargos civis. Assim, o bolsonarismo conseguiu montar um sistema de poder que é inédito, uma verdadeira “Nomemklatura” soviética. O “Sistema Bolsonaro”, ao contrário de qualquer mérito, formação ou habilidade, dispunha dos cargos da administração pública como forma de forjar lealdades básicas. Para a distribuição dos diferentes cargos da administração civil, foram utilizados critérios específicos das forças armadas, como patente, antiguidade e data de graduação da turma em academias militares e rodízio entre as diferentes “Forças” – Marinha, Exército e Aeronáutica.¹⁷²

É nesse sentido que, através da sociedade civil, surgiu a ideia de que o Brasil pós-Bolsonaro precisa de uma urgente “reconstrução” dos próprios instrumentos de Governança do Estado. No entanto, tal processo de reconstrução moral, ética e institucional do Estado deve ocorrer em meio às

172 REVISTA VEJA. Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo <https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo/>, 31/05/2022. Em: <https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo/>, consultado em 22/01/2023.

urgências que assolam o país: o retorno da fome em massa, o crescimento das desigualdades sociais, étnicas e de gênero, o aumento da violência. Compreende-se, assim, a pressa do Governo Lula da Silva em resolver a questão do golpe e evitar a paralisação do governo em torno da temática “Golpe de Estado”.

No último ano do governo Bolsonaro, o “Centro Nacional de Reclamações da Safernet” apresentou um aumento de 67,5% nas denúncias de crimes de ódio na internet envolvendo racismo, lgbtfobia, xenofobia, neonazismo, misoginia, apologia a crimes contra a vida e intolerância religiosa. Os ataques racistas, homofóbicos e de intolerância religiosa, especialmente contra cultos afro-brasileiros, aumentaram em média 31%. E, pior de tudo, houve um aumento notável de discursos e ações racistas por parte das autoridades públicas¹⁷³.

Soma-se a tudo isso a necessidade urgente de intervenção imediata em situações emergenciais de crise, como o triste caso do povo Yanomami.

A descoberta das miseráveis condições de vida do povo Yanomami levanta novos e sérios questionamentos para o governo Bolsonaro e para toda a nação. Foram descobertas dezenas de relatórios oficiais escritos e devidamente enviados para a Funai, para Ministério da Cidadania, da Mulher e dos Direitos Humanos, cujo dirigente era um “pastor” evangélico filiado ao bolsonarismo, para a ministra Damares Alves, e o próprio Bolsonaro, nos quais foi solicitada ajuda para os Povos da Floresta. Nada disso foi considerado e outras medidas foram tomadas pelo ministro-chefe do GSI, general Augusto Heleno, e pelo vice-presidente, general Mourão, para permitir, e até facilitar, a invasão da Terra Yanomami. A extrema polarização da sociedade brasileira, o avanço de casos explícitos de racismo e a busca sistemática pela aniquilação dos Povos Indígenas nos obrigam a refletir sobre noções comuns sobre pacifismo e cordialidade do povo brasileiro¹⁷⁴. Não se trata

173 AGÊNCIA TERRA DE DIREITOS. Estudo aponta 94 discursos racistas de autoridades públicas nos 3 anos do governo Bolsonaro, 22/03/2022. Em: <https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/estudo-aponta-94-discursos-racistas-de-autoridades-publicas-nos-3-anos-do-governo-bolsonaro/23714>, consultado o 21/01/2023.

174 YAHOO. Crítico do ‘ativismo judicial’, Rogério Marinho tem Bolsonaro como cabo eleitoral na disputa pelo Senado, 01/02/2023. Consultado em 02/02/2023.

apenas de Bolsonaro, assim como no Terceiro Reich não se tratava apenas de Hitler e seus ministros imediatos. Embora tudo isso, seja no Brasil ou na Alemanha, deva ser rigorosamente tratado como genocídio, há um vasto grupo de funcionários civis e militares que tornaram possível o genocídio Yanomami. Todas as pessoas comuns, os aparentes “cidadãos de bem”, que devem ser responsabilizados por suas ações, que afinal causaram, e continuam a causar, tanta dor.¹⁷⁵

Os eventos extremistas, entre 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023 – os 26 dias de agonia que abalaram a Democracia no Brasil – quando na realidade a constitucionalidade do país esteve em grave risco, são pontos de ebulição derivados da intervenção na política representativa desses novos grupos extremistas. Não devemos ter ilusões – como provam as experiências de outros países – de que “aqueles que vêm com a tempestade” vieram para ficar no cenário político brasileiro, com ou sem Bolsonaro.

175 CORREIO BRAZILIENSE. Dino manda investigar ex-governo Bolsonaro por genocídio e omissão de socorro, 24/01/2023. Em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5068463-dino-manda-investigar-ex-governo-bolsonaro-por-genocidio-e-omissao-de-socorro.html>, consultado o 24/01/2023.



CAPÍTULO XV

Conclusões Provisórias: O retorno da Insurreição Fascista.

O que vimos, com perplexidade, em Brasília em 8/01/2023 foi uma nova forma de manifestação violenta e antidemocrática organizada por forças da Extrema-Direita. Trata-se claramente, como buscamos explicar, de uma “insurreição” – um levantamento de massas, com vários milhares de indivíduos organizados e financiados por instituições clandestinas visando a derubado de um governo constitucional e, até mesmo, a mudança da própria forma do Estado de Direito. O modelo clássico de “Insurreição” da Extrema-Direita deu-se com a “Marcha sobre Roma”, quando cerca de 30 mil pessoas, uniformizadas com camisas negras, apoiadas pela polícia e as milícias de “Camisas Negras” do Partido Nacional Fascista, tentaram invadir as sedes do Governo Institucional da Itália em 28 de outubro de 1922. O governo de Roma, com o apoio do Rei e do Exército, cedeu à pressão do movimento fascista, e o Rei indica Benito Mussolini como primeiro-ministro. A partir de 1922 o novo ditador centraliza todos os poderes em suas mãos, tornando-se o “Duce” do fascismo italiano – o “primeiro” fascismo e modelo para todos as demais formas de fascismo. Ditador inquestionável, em especial após as chamadas “Leis Fascistíssimas”, entre 1925 e 1926, Mussolini molda o novo modelo de estado exceção – a ditadura fascista.. Tal modelo de “insurreição fascista” – como forma de tomada do poder, repetiu-se em vários países,

incluindo o Brasil em 1938, quando a Ação Integralista Brasileira/AIB, o mais importante movimento fascista brasileiro, se rebela contra o Governo de Getúlio Vargas e tenta invadir o Palácio Guanabara e outros prédios da administração pública.

Após a Segunda Guerra Mundial e o fim dos fascismos históricos, em 1945, por várias vezes a ressurgência do fascismo tentou, através de ações violentas de terror, desestabilizar governos democráticos, como na própria Itália, quando dos atentados de massa em Milão e Bolonha nos anos de 1960 ou nos Estados Unidos, como no atentado de Oklahoma City em 1995. Essa forma de fazer política, com ódio e terror, emerge no Brasil dividindo a população, e mesmo amigos e familiares, na repetição do clima de enfrentamento do ocaso das democracias. A tão propalada “ternura brasileira” mostra-se uma tênue camada de verniz, ou uma mera pátina, que encobre, como já sabíamos, o ódio e a violência ao longo da nossa História. As teses do “bom brasileiro”, já duramente questionadas por Sérgio Buarque de Holanda nos anos de 1930 e pela literatura social-regional-universal – como nos personagens cruéis, dominadores, sexualmente exuberantes e sempre profundamente autoritários – em Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Érico Veríssimo e, mesmo, nos personagens-tipo de Jorge Amado – tomam vida e afloram à superfície da sociedade. Toda essa nova vivência do inesperado, impõe uma importante revisão sobre o caráter nacional brasileiro¹⁷⁶.

As grandes insurreições, moldadas na “Marcha sobre Roma”, de 1922, retornaram, entretanto, no início do século XXI. A insurreição da Praça Maidan, em Kiev em 2014, foi a primeira vez, neste século, que uma insurreição fascista resultou na deposição de um presidente eleito e a formação de uma nova administração que, por sua vez, originará a crise russo-ucraniana. Uma nova “insurreição” ocorre em La Paz em 2019, quando forças políticas da Extrema-Direita, alegando fraude eleitoral, depuseram o presidente Evo Morales. O movimento se inicia com o levante dos bairros ricos da capital boliviana, recebe o apoio das forças policiais, se estende com a depredação da casa dos políticos do partido governista, o MAS, e de prédios públicos, o

176 Ver sobre esse debate sobre “ternura” e “cordialidade”: Teixeira Da Silva, Francisco C. “As origens sociais do bolsonarismo” In: Teixeira Da Silva, Francisco C. e Schurster, Karl. A República Sitiada. Recife, Edupe, 2023.

que “obriga” a intervenção militar, com apoio dos Estados Unidos e da OEA. Mais tarde, a Comissão de Direitos da própria OEA desmentiria a legalidade da deposição e exílio, de Evo Morales e a violenta mudança de governo¹⁷⁷. Já em 2021, em Washington, com o mesmo argumento de fraude eleitoral, os seguidores de Donald Trump, supremacistas brancos, milicianos neonazistas e extremistas de Direita invadem, em 06/01, o Capitólio para impedir a diplomação do presidente eleito Joe Biden. Imediatamente, os argumentos de fraude eleitoral e da “liberdade” do povo (ou seja, do grupo insurrecional) de mudar e recusar os resultados eleitorais majoritários se espalha nos grupos extremistas no Brasil, com o apoio de Jair Bolsonaro – aliado de Donald Trump e que se recusara longamente a reconhecer o caráter ilegal, antidemocrático e golpista do 6/01/2021. Assim, os eventos de 8/01/2023 em Brasília inscrevem-se na tradição insurrecional fascista como forma de organização de um golpe de Estado ou, ao menos, de causar caos e destruição em massa que permitiriam que outras forças já fascistizadas, em especial militares e policiais, assumam o poder em nome da “ordem” e da “paz social”, como aliás sublinhava como sendo seu objetivo a “Minuta de Intervenção” no processo eleitoral brasileiro proposta, depois das eleições de 30/10/2022, pelo Governo de Jair Messias Bolsonaro.

Assim, no ponto de conhecimento e análise que nos encontramos, e através dos enlaces passado–presente típicos da História do Tempo Presente, podemos dizer que os eventos ocorridos entre 12/12/2022 e 02/02/2023 – entre a “Noite de Fogo e Destruições” que sofreu Brasília no dia da diplomação de Lula da Silva até a tentativa de obstaculizar as investigações apresentada pelo Senador Marcos do Val, em 02/02/2023, passando pela “insurreição” de 08/01/2023 e seus desdobramentos, com a exoneração do Comandante do Exército e a denúncia-bomba de uma conspiração na Residência Presidencial, assistimos a seguinte soma de eventos:

- i. Uma insurreição de massas em Brasília em 8/01/2023, promovida e financiada por uma larga faixa de extremistas bolsonaristas, visando a para-

177 EL PAÍS. O que aconteceu com Evo Morales na Bolívia é um golpe de Estado?, 12/11/2019. In: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/11/internacional/1573500916_562089.html, consultado em 04/02/2023.

lisia do Governo eleito e a intervenção militar;

ii. Uma série de atos sediciosos das autoridades públicas de Brasília, lideradas pelo Governador do DF e o Secretário de Segurança Pública, ex-Ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, com a participação de outras autoridades locais, através da omissão em defender os prédios públicos da República, e pela ação proposital de enfraquecer a PM do GDF, através da retirada de contingentes, troca de comandos experientes por novatos, passividade e solidariedade com os extremistas depredadores;

iii. Uma série de atos de sedição por parte de autoridades militares, das Três Forças, do Serviço Ativo e da Reserva, em especial nos chamados “acampamentos patrióticos”, apoiando e participando de atos de sedição e de incentivo a derrubada de um Governo legalmente constituído, e de incentivo ao magnicídio e do incentivo ao ódio;

iv. Atos terroristas de fabricação de bombas e sua disposição em vias públicas de grande relevância logística e forte aglomerado humano visando causar mortes, pânico, caos e terror como forma de inviabilizar um Governo eleito;

v. Atos de terrorismo contra torres de transmissão de energia em várias unidades da Federação nos dias 8, 9 e 10 de janeiro de 2023 na expectativa de levar o país ao caos e, assim, derrubar um Governo legalmente eleito;

vi. Atos de terrorismo ocupando estradas e outras vias públicas e a invasão de refinarias visando a destituição de um Governo legalmente eleito;

vii. Uma vasta conspiração entre diversos representantes do Poder Público – ou seja, uma “associação criminosa” –, estabelecida entre membros do Governo do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro – como o então Ministro da Justiça, Anderson Torres – com membros do GDF, elementos terroristas existentes nos chamados “acampamentos patrióticos”, militares localizados em órgãos públicos, como o GSI, parlamentares e pessoas em órgãos de imprensa visando a derrubada do Governo legalmente existente.

viii. Por fim, operações de tipo “falsa bandeira” conduzidas por parlamentares e ex-membros do Governo Bolsonaro para desviar, obstaculizar,

impedir as investigações sobre o 8/01/2023, substanciando plenamente a forma ativa e voluntária de “falsa denúncia”.

Cabe, ainda, a busca ativa de quem foram os responsáveis pela organização e a forma coesa, sistêmica, da insurreição da Extrema-Direita em 2023. Como a “Marcha sobre Roma” de 1922 ou o “Putsch” da Cervejaria de Munique em 1923, cem anos depois, os eventos de 8/01/2023 implicam, também, em uma “Inteligência”.

Se, é certo que a História não se repete, como disse Hegel – ou o faz somente sob a forma de farsa como corrigiu Marx –, no caso brasileiro a História, de fato, em 2023 não conseguiu repetir 1922. Como afirmava Maria Yedda Linhares, no Brasil a História não se repete, apenas gagueja.

ISBN: 978-65-00-62871-5

CDL



9 786500 628715

ISBN: 978-65-86413-96-0

CDL



9 786586 413960

Com o uso muito bem pontuado da História do Tempo Presente, Francisco Carlos e Karl Schuster, dois tarimbados historiadores, desvendam por completo o roteiro da tentativa de Golpe de Estado de 8 de Janeiro em Brasília. Rica em detalhes e assertiva ao extremo, a obra *"Como Não Fazer um Golpe de Estado no Brasil"* revela os meandros do movimento golpista que visava derrubar o Presidente Lula e recolocar o Brasil baixo a uma tutela militar. Com o apoio de setores poderosos do agronegócio, empresariado, comerciantes e agentes públicos de vários escalões, a "Operação Selma" tinha a intenção de atirar o país em uma conjuntura tenebrosa, onde o fascismo seria a ordem do dia.

A leitura dessa obra é assustadora, mas ao mesmo tempo reveladora, quanto a demonstrar como o golpismo produzido pelos setores mais reacionários de nossa sociedade ao longo do século XX continua vivo ainda hoje. Talvez seja essa a pior constatação que a pesquisa de Francisco e Karl nos ofereça, o perigo está longe de ter passado.

João Claudio Platenik Pitillo

Pós-Doutorando em História

Política pela UERJ.

Pesquisador do NUCLEAS-UERJ.

